



Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) - 2030 -

“uma (nova) década para co-construir região e desafiar o futuro”

- Proposta Final -



ÍNDICE

ÍNDICE DE TERMOS E DE ABREVIATURAS

1. ENQUADRAMENTO

1.1. EREI ALENTEJO₂₀₂₀ - RACIONAL E LIÇÕES

1.1.1. RACIONAL DA EREI ALENTEJO₂₀₂₀

1.1.2. ASPETOS LIGADOS À IMPLEMENTAÇÃO

1.1.3. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO E AOS OBSTÁCULOS À DIFUSÃO DA INOVAÇÃO

1.1.4. LIÇÕES DE APRENDIZAGEM

1.2. OS ATIVOS

1.3. ESTRATÉGIA REGIONAL₂₀₃₀ – VISÃO DE SÍNTESE

2. EREI ALENTEJO₂₀₃₀

2.1. METODOLOGIA

2.2. OBJETIVOS & DOMÍNIOS

2.2.1. OBJETIVOS ESTRUTURAIS E LINHAS DE AÇÃO

2.2.2. DOMÍNIOS TRANSVERSAIS

2.2.3. DOMÍNIOS DE ESPECIALIZAÇÃO

2.2.4. ARTICULAÇÃO MULTINÍVEL E VARIEDADE RELACIONADA

2.3. GOVERNAÇÃO

2.3.1. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

2.3.2. COOPERAÇÃO TERRITORIAL

2.3.3. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

1. ENQUADRAMENTO

| Neste ponto importa fazer o enquadramento macro e conceptual da EREI, a estruturação do próprio documento e encadear, de forma resumida, os seus principais itens e conclusões. Dar um enfoque grande sobre os Objetivos estruturais e indicar onde estão descritas o cumprimento das condições habilitantes. Neste sentido será o último ponto a ser definido e fechado. É onde iremos referir em que pontos cumprimos as condições habilitantes... |

1.1. EREI ALENTEJO₂₀₂₀ - RACIONAL E LIÇÕES

Neste ponto, de forma sintética, procuramos, com o apoio de um conjunto de informação e da sua análise, construir um quadro de análise à implementação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI₂₀₂₀) bem como construir uma base de sustentação ao racional de decisões inerentes a este processo de revisitação para a construção regional da Estratégia Regional de Especialização Inteligente para a próxima década (EREI₂₀₃₀).

No primeiro ponto revisitamos o racional da EREI₂₀₂₀ tendo em conta os seus objetivos estruturais e os seus domínios específicos. No ponto seguinte, suportados no processo regular interno de monitorização da EREI₂₀₂₀, analisamos a implementação da mesma, considerando projetos realizados e alinhados com os diferentes domínios específicos. No ponto subsequente analisamos a evolução do próprio território em termos de indicadores, alinhados com os observados aquando da construção da EREI₂₀₂₀, relacionados com a capacidade territorial para a inovação.

Finalmente apontamos, com base nos pontos anteriores e no modelo de governação da EREI₂₀₂₀, algumas aprendizagens que se pretendem constituir como bases do racional de decisões face aos novos domínios da EREI₂₀₃₀.

1.1.1. RACIONAL DA EREI ALENTEJO₂₀₂₀

O racional da EREI₂₀₂₀ propôs-se prosseguir os seguintes objetivos estruturais: (i) melhorar o desempenho do Sistema Regional de Inovação (SRI); (ii) explorar áreas emergentes; (iii) intensificar os padrões de interação e cooperação entre atores, reforçando a combinação simbiótica entre recursos e atividades económicas; e (iv) promover a construção coletiva de vantagens competitivas e de spillovers económicos e de conhecimento.

Na aproximação temática ao padrão de vantagens competitivas identificadas pela EREI₂₀₂₀, em 2014, destacam-se as seguintes: (i) consolidação, forte expressão económica e crescente introdução de inovação - domínio “Alimentação e Floresta”, com elementos potenciadores de investimentos no regadio e de evolução para culturas de maior valor acrescentado e menores ciclos de produção; (ii) em consolidação e emergência - domínios “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo” e “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social” agregados por alguns segmentos de contacto num segundo nível, designado por “Património, Cultura e Sociedade”. (iii) potencial de articulação entre o domínio emergente das “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente” e o domínio mais consolidado da “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais”.

A EREI₂₀₂₀ culmina com a identificação do Património e do Ambiente como os elementos estruturantes para a Região, enquanto fatores únicos e diferenciadores.

Na abordagem à operacionalização da **variedade relacionada**, a EREI₂₀₂₀ propôs-se promover: (i) os recursos e ativos, essencialmente o potencial de conhecimento que a Região pode gerar em termos competitivos; (ii) a inovação empresarial, que constitui uma aproximação à produção de tecnologia; e (iii) a procura e tendências de mercado, uma aproximação à ideia de utilizadores avançados, cuja existência e desenvolvimento devia m ser trabalhado s à medida que a EREI fosse implementada.

A clareza do racional da EREI₂₀₂₀ pode ser compreendida também à luz do estágio de desenvolvimento do SRI Alentejo em termos de apetrechamento institucional e colaborativo e de maturação de um perfil de especialização em transformação, onde coexistem duas principais tendências/vetores: domínios de especialização com presença estrutural na Região: (i) alimentação e floresta; (ii) economia dos recursos minerais, naturais e ambientais; e (iii) património, indústrias culturais e criativas e turismo; e domínios de especialização emergentes: (i) nas tecnologias críticas, energia e mobilidade inteligente; e (ii) tecnologias e serviços especializados de economia social.

1.1.2. ASPETOS LIGADOS À IMPLEMENTAÇÃO

Uma abordagem objetiva à implementação da EREI₂₀₂₀ no território, parte da base de informação dos projetos (interna) **que abrange as ferramentas de apoio financeiro Programa Operacional Regional Alentejo 2020 e COMPETE 2020**, com referência à EREI, no âmbito das análises de admissibilidade e/ou de mérito, sendo assim possível agregar os projetos de acordo com o domínio ou domínios prioritários em que se inserem.

Neste contexto, no caso dos projetos alinhados apenas com um domínio prioritário, observa-se que, do ponto de vista do número de projetos e do investimento elegível, o domínio da “Alimentação e Floresta” (41% dos projetos e 40% do investimento elegível) e o domínio emergente “Tecnologias críticas, Energia e Mobilidade Inteligente” (22% dos projetos e 27% do investimento elegível) são os mais representativos. No ponto oposto encontramos o domínio emergente “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social” é aquele com menor expressão (5% do total dos projetos apresentados e 3% do investimento elegível).

Quando se considera o investimento médio por projeto, o domínio emergente das “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente” é o que apresenta um valor médio superior (1,765M€) e o domínio das “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social” apresenta o valor médio por projeto mais baixo (0,887M€), abaixo da média do total dos projetos alinhados apenas com um domínio.

No caso dos projetos com alinhamento em dois ou mais domínios prioritários constata-se que 54% desses projetos foram considerados elegíveis e representam um investimento global elegível de 0,771M€.

A larga maioria destes projetos apresentam alinhamento em apenas dois domínios prioritários, destacando-se os projetos elegíveis que alinham simultaneamente com os domínios da “Alimentação e Floresta” e “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais” que representam 38% do total dos projetos elegíveis.

Em termos de peso de investimento elegível, a combinação entre os domínios “Alimentação e Floresta” e “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente” apresenta um valor claramente superior face às outras quatro combinações mais expressivas: 475,124M€ que representa 62% do total de investimento elegível.

Quando analisamos os dados **apenas com base no Programa Operacional Regional Alentejo 2020**, percebemos que a dotação das prioridades de investimento (programação) relacionadas com a EREI representam 50% do total do Programa, facto que assinala a relevância da EREI na programação.

Numa abordagem à implementação do Alentejo 2020, no que concerne às prioridades relacionadas com a EREI, importa realçar que: (i) as prioridades de investimento relacionadas com o emprego ainda não apresentam qualquer execução; (ii) as prioridades de investimento relacionadas com inovação produtiva, investigação&inovação&transferência e ações coletivas apresentam valores de compromisso (projetos aprovados) muito superior ao valor de programação; (iii) as prioridades de investimento relacionadas com formação avançada apresentam valores residuais de compromisso e execução face ao programado; (iv) um elevado peso de projetos sem ligação a nenhum Domínio de Especialização (31%); (vi) uma maior predominância de projetos no domínio consolidado “património, indústrias culturais e criativas e serviços de turismo”, e, no domínio emergente “tecnologias críticas, energia e mobilidade inteligente”; (vii) em termos de distribuição territorial, o município de Évora concentra quase 50% dos projetos apoiados e 5 Municípios concentram mais de 75 % dos projetos apoiados; (viii) se assumirmos como estruturantes os projetos com investimento acima de 1M €, apenas 12 projetos (24%) estarão nessa categoria; e (ix) em termos de alinhamento, do conjunto de projetos aprovados 52% ocorre em tipologias de alinhamento parcial.

O balanço sucinto da implementação da EREI₂₀₂₀ permite, para além dos indicadores observados anteriormente, contextualizar um conjunto de traços identitários e/ou de tendências qualitativas que podem apontar futuro, designadamente: (i) incremento de atividades colaborativas na região, sejam as orientadas para a promoção do empreendedorismo, sejam as orientadas para a promoção da disseminação de conhecimento e inovação, com o incremento das parcerias em projetos conjuntos seja na chegada aos mecanismos de financiamento de novas entidades beneficiárias para além da Universidade de Évora, Institutos Politécnicos e principais centros de investigação. Este facto é observável nas candidaturas desenvolvidas no âmbito da prioridade de investimento “SIAC transferência”; (ii) presença de atividades emergentes na Região (Aeronáutica, TICE e Sistemas de Informação), com relevância própria e na respetiva capacidade de acrescentar valor à estrutura produtiva regional (principalmente, agricultura e agroalimentar) criando condições para um incremento considerável do potencial de procura de atividades e serviços de inovação indispensável para robustecer cadeias de valor; e (iii) ao nível da governação, os mecanismos identificados na fase de conceção registaram uma maturação lenta na capacitação e reforço da dimensão estratégica das atuações das entidades do SRI, na intensidade das práticas colaborativas, na dinamização de espaços de descoberta empreendedora, e na afirmação da variedade relacionada entre domínios prioritários, objetivos que carecem de uma maior institucionalidade de instrumentos (monitorização permanente, plataformas setoriais, funcionamento regular do Conselho Regional de Inovação, ...).

1.1.3. ANÁLISE DE EVOLUÇÃO E AOS OBSTÁCULOS À DIFUSÃO DA INOVAÇÃO

No sentido de termos uma perspetiva de evolução da região, no que à inovação diz respeito, tivemos em conta uma continuidade de análise aos indicadores escolhidos aquando da elaboração da EREI₂₀₂₀ e consideramos uma análise mais fina com a recolha de informação (inquéritos) junto de um conjunto regional representativo de empresas e de entidades/instituições de Investigação, Inovação, Desenvolvimento e de Transferência.

Da análise, com base em **indicadores de economia e de emprego**, verificamos que a região segue uma mesma linha de evolução positiva do **produto interno bruto** por habitante ao longo dos dois períodos de análise (2007 a 2012 e 2012 a 2018).

Neste indicador é de realçar, também, que a região acompanha e contribui para uma tendência de coesão nacional e que, do ponto de vista interno, ainda que todas as NUTS III tenham apresentado uma evolução positiva do indicador, existe uma tendência para a NUTS III Alentejo Litoral crescer mais, considerando a particularidade da região enquanto porta atlântica, *hub* de referência nacional/internacional.

No indicador da **produtividade**, nos mesmos dois períodos de tempo, assistimos a uma mesma evolução positiva do indicador, sendo um dos indicadores onde a região compara melhor com as outras regiões convergência (Norte e Centro) e, quando olhamos numa perspetiva comparativa entre as NUTSIII da Região Alentejo, verificamos uma tendência para uma regularização das diferenças entre elas com um sentido de coesão e não de aumento da disparidade.

Sobre o número de **empresas por localização geográfica**, importa assinalar o comportamento regional positivo, alinhado com o desempenho do total nacional. Importa também realçar o decréscimo do peso percentual de empresas com menos de 10 trabalhadores na Região, também alinhado com o comportamento do todo nacional. Como complemento a este indicador importa referir que, para o mesmo período temporal, as empresas com mais de 50 trabalhadores contribuíram, em média anual, para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) regional com 41%, facto que representa bem a relevância económica destas empresas, quando o tecido económico regional é composto em 96% por empresas com menos de 10 trabalhadores.

Em termos de **peso de cada ramo de atividade** (VAB/NUTSIII/Ramo de Atividade) sobressai muito a relação díspar no setor Agricultura/Pescas entre a região e o todo nacional (2% Portugal e 11% Alentejo), mas também conseguimos identificar disparidades regionais onde o Baixo Alentejo (32%) e o Alentejo Litoral (35%) apresentam valores acima da média regional (26%) no setor Indústria/Construção. Por outro lado, o Alto Alentejo (69%) e o Alentejo Central (71%) apresentam valores, no setor dos serviços, claramente acima da média regional (63%). Importa realçar que estes valores estão em linha com os períodos anteriores, mas é de realçar a subida do setor Agricultura/Pescas enquanto setor com forte contributo para o VAB regional.

Quanto ao indicador de **emprego por ramo de atividade** importa ter em conta a forte expressão no ramo “agricultura, pecuária, florestas, pesca, ...” (22%), em termos comparativos com o global do país (9%) e em termos de comparação regional com outros períodos analisados (EREI₂₀₂₀ apontava para 10% do emprego regional na agricultura e pescas). Esta forte subida deve ser analisada de todos os pontos de vista (deve até ser confirmada) considerando o forte impacto da ativação dos perímetros de rega (Alqueva e Mira) em termos de necessidades de mão de obra.

Outras das desproporções encontradas no comparativo entre o regional e o nacional são os ramos da “informação e comunicação” e das “atividades de consultoria, ciência” onde as diferenças (no sentido negativo para a região) são próximas dos 50%. Este valor é relevante na medida em que são áreas de elevada componente tecnológica e científica.

No domínio dos **indicadores de investigação e inovação** regionais procuraremos avaliar o comportamento da região em termos de inovação seja nas componentes de investimento seja na natureza e no resultado desse investimento. Assim, em termos de proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) assistimos a uma curva crescente, alinhada entre a região (0,47% para 0,56%) e o todo nacional (1,29% para 1,32%), ao longo dos últimos anos (2014 a 2017).

Este investimento crescente ao longo dos últimos anos tem permitido, no âmbito do “**Regional Innovation Scorebord**”, apresentar valores crescentes (Regional Innovation Index 0,320 em 2011 para 0,343 em 2019) que representam uma subida geral, no índice, de 5,1% e significam que a região está classificada, neste “scoreboard” como *inovador moderado*.

Os valores comparativos indicam que a região subiu menos que a média nacional e que existem parâmetros em que a região é mais frágil face a Portugal e face à União Europeia, como mostram os indicadores ligados às publicações científicas, ao emprego e ao investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Ainda em termos de **despesa com I&D** importa ter em conta que o Alentejo é das regiões com mais baixo valor neste indicador (0,56% do PIB que compara, para além do todo nacional 1,32%, com o Centro 1,32% e com o Norte 1,5%), que o Estado teve um investimento nulo neste domínio na região e que as empresas tenham assumido a liderança neste indicador (55,4% da despesa em I&D em 2017) por ao oposto ao ensino superior (44,6% da despesa em I&D em 2017). Esta realidade contrasta com o período anterior onde o ensino superior era responsável pela maioria da despesa com I&D na região Alentejo.

Quanto ao indicador de **pessoal ao serviço** equivalente a tempo integral (ETI) **em atividades de investigação e desenvolvimento** (I&D - N.º) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento assinalamos um crescimento nominal nos últimos anos (2015 a 2017) depois de um período onde houve uma degradação (2011 a 2014) deste indicador a nível regional. Este crescimento, em linha com o comportamento do todo nacional, alinha com o período do atual quadro comunitário.

Em termos dos indicadores de **inovação empresarial**, desde o período 2004-2006, associados à proporção de empresas com inovação, à proporção de empresas com cooperação para a inovação e à proporção de empresas com financiamento público para inovação, importa assinalar: um comportamento crescente, ainda que relativamente irregular no indicador associado à “proporção de empresas com inovação”; um comportamento relativamente irregular, que pode ter relação direta com os tempos dos quadros comunitários de apoio, mas com a valorização objetiva do indicador “proporção de empresas com financiamento público para inovação”; e um comportamento irregular, que pode ter a mesma origem, com tendência para degradação do indicador “proporção de empresas com cooperação para a inovação”.

Quando o indicador de inovação empresarial é analisado pela dimensão das empresas em termos de número de trabalhadores verificamos uma continuidade de valorização da percentagem de empresas com inovação, independentemente do número de trabalhadores, mas as empresas de maior dimensão apresentam uma tendência decrescente no presente período de análise, sendo mesmo o único nível de empresas em que o indicador apresenta uma degradação face ao período inicial (2004 a 2006). Podemos mesmo considerar que, no caso do Alentejo, são as empresas de dimensão média (50 a 249 trabalhadores) que apresentam um melhor comportamento neste indicador (77% das empresas com atividade de inovação), facto que não está alinhado com o comportamento nacional.

Em termos de volumes de negócios por dimensão de empresa com base no número de trabalhadores verifica-se o mesmo comportamento do indicador anterior sendo que, neste caso, as pequenas empresas (10 a 49 trabalhadores) com inovação, têm uma proporção de volume de negócios acima das restantes durante grande parte dos períodos de tempo analisados, cedendo essa posição para as de média dimensão (50 a 249 trabalhadores) no último período temporal observado (2014-2016).

Em termos de proporção de exportação de bens de alta tecnologia (%) assistimos, na região Alentejo a uma degradação deste indicador (4,5 em 2007 para 1,86 em 2019) sendo que esta degradação corre em contra corrente ao comportamento a nível nacional que recupera desde 2011.

Numa perspetiva de aproximação à realidade sobre os principais obstáculos à inovação realizámos um inquérito a um universo de 100 empresas que desenvolveram projetos elegíveis nas prioridades de investimento do PT2020 ligadas à EREI/ENEI.

Do resultado deste trabalho, que obteve apenas 28 respostas, identificaram-se obstáculos ligados a questões externas como: um quadro legal pouco amigo da inovação; elevada dificuldade no acesso a capital para investir em inovação; um custo benefício alto considerando a inadequabilidade das regras dos fundos comunitários (muito burocráticos); e o mercado, onde se considera que, apesar destas empresas terem o mercado nacional e internacional como destino aos seus produtos/serviços, o investimento em inovação não é coberto pelo acréscimo de valor obtido pelos produtos. Ainda no campo externo invoca-se, com algum significado, a dificuldade no acesso a recursos humanos disponíveis e qualificados para inovação. Por outro lado, também com algum nível de significado, apesar da maioria das empresas referir que investe em inovação com base em parcerias com entidades do I&I, considera-se a falta de relação com entidades do I&I como entrave à inovação.

No plano interno às empresas, com muito menor grau de significado, entendem que os entraves estão relacionados com a natureza, o quadro de competências e a dimensão da empresa para investir em inovação, logo seguido do entrave que representa o quadro de recursos humanos da empresa, inadequado para capitalizar e/ou promover o investimento em inovação. Esta resultante pode ser aquilo que também explica que, apesar de grande maioria referir investimento recente em inovação, o resultado desse investimento tenha um resultado residual no registo de patentes e no registo de design industrial.

1.1.4. LIÇÕES DE APRENDIZAGEM

Em termos gerais importa realçar que a riqueza do processo de construção da EREI₂₀₂₀, a definição dos seus objetivos estruturantes e a definição dos diferentes domínios específicos não conseguiram ter tradução e/ou suporte num modelo de monitorização e de governação que fosse capaz de avaliar os impactos da implementação de uma estratégia de especialização que tinha à sua disposição 50% do valor global do programa operacional regional da região. Importa, pois, visitar a EREI₂₀₂₀ no sentido de construção de uma nova proposta que consagre um modelo de governação e monitorização assente em objetivos estruturais e domínios que sejam rastreáveis e traduzíveis em indicadores mensuráveis com, dentro do possível, ligação a indicadores de continuidade com o processo anterior. Neste sentido o Regional Innovation Scorebord contém uma bateria de indicadores a ter em conta.

Em termos de implementação consideram-se três questões que indicam uma EREI com um posicionamento de “filtro” no acesso às ferramentas de financiamento e não um posicionamento de “motor” proativo na busca de concretização da especialização territorial inteligente, a saber: (i) um forte desequilíbrio em termos de domínios considerando que dois dos domínios congregaram mais de 60% dos projetos e/ou investimento elegível; (ii) um forte predomínio de projetos com alinhamento apenas num dos domínios e/ou no máximo entre dois domínios; uma forte concentração de projetos em termos territoriais. Estes resultados indicam que deve existir uma maior aposta num modelo de governação promotor da variedade relacionada e na promoção de espaços de descoberta empreendedora.

Em termos de indicadores territoriais promotores da inovação identificamos uma valorização regional da generalidade dos indicadores utilizados, mas, em termos de obstáculos à inovação, importa destacar os resultados nos seguintes indicadores: (i) uma forte subida do peso da agricultura na região em indicadores como o VAB e a empregabilidade, sendo este um setor com salários médios relativamente baixos e, tradicionalmente, com moderado investimento local/regional em inovação; (ii) ainda que apresente valores crescentes a região Alentejo não cresce ao mesmo nível das regiões convergência em termos de Regional Innovation Scorebord; (iii) ainda que apresente valores crescentes, a região Alentejo, é a que apresenta menor percentual de despesa em I&D; (iv) as empresas com maior número de trabalhadores (+ de 250 trabalhadores) apresentam uma diminuição de investimento em inovação o que contraria o comportamento a nível nacional;

e (v) a região apresenta uma degradação do indicador “proporção de exportação de bens de alta tecnologia” o que está em contraciclo com o comportamento global do país; (vi) quanto aos principais obstáculos identificados julga-se que, não podendo ignorar os fatores internos às empresas, importa olhar para que tipo de produtos podem ser valorizados pelo mercado e por encontrar os melhores mecanismos de acesso das empresas ao capital para investir em inovação.

Estes valores, associados aos indicadores de dispersão e densidade populacional (forte dificuldade na cobertura de redes e de serviços), aos baixos indicadores de literacia e aos indicadores de duplo envelhecimento da população, constituem-se como uma conjugação circular que se autoalimenta e que é forte obstáculo à inovação e mesmo aos processos de digitalização. Neste sentido importa ter, na próxima EREI, uma ferramenta que contribua para uma maior focagem regional no investimento em inovação com base em três princípios básicos: (i) uma governação ativa e mobilizadora dos atores regionais; (ii) uma aposta, em termos de objetivos estruturais, na criação de condições de suporte a um investimento focado na valorização das cadeias de valor regionais; e (iii) uma focagem em domínios com forte potencial de inovação na região.

1.2. Os Ativos

Neste ponto, de forma sucinta, mas objetiva, procuramos identificar e descrever o racional de “escolha” dos ativos bem como o seu grau de relevância e estruturação territorial. Seja do ponto de vista de um racional de continuidade a partir do processo de revisitação da EREI₂₀₂₀, ou seja, a partir de um racional de relação entre os ativos e os domínios da EREI₂₀₃₀, importou formular um exercício que fosse capaz de deixar claro as diferentes pontes que se estabelecem entre a dimensão ativos e a dimensão operacionalização das oportunidades e escolhas regionais no âmbito dos diferentes domínios da EREI₂₀₃₀.

Assim, no âmbito do processo de revisitação da EREI₂₀₂₀ identificamos, como base de partida, ativos permanentes (naturais – solo, sol, água e biodiversidade e adquiridos - património cultural e natural) e ativos emergentes ou adquiridos, resultantes do amadurecimento gradual dos processos produtivos e tecnológicos de base empresarial e da dotação de recursos materiais proporcionada por um ciclo prolongado de investimento público (infraestruturas tecnológicas, redes de incubadoras, espaços de acolhimento empresarial, redes de suporte à valorização de mercado, ...).

Sendo esta a base de partida dos ativos regionais entendeu-se que devem constituir-se como suporte de recursos para a EREI₂₀₃₀, considerando que as características intrínsecas da região prevalecem como fatores de diferenciação regional, merecendo e sustentando uma tendência de investimento público e privado na produção de conhecimento aplicado, capaz de produzir transformações positivas nas diferentes cadeias de valor da região.

Por outro lado, a base de recursos associados aos ativos permanentes como o solo, o sol, a água e a biodiversidade sustentam, de forma direta, domínios potenciais de especialização como a Bioeconomia Sustentável e a Energia Sustentável e são a base diferenciadora para um domínio potencial de transversalidade como é a promoção da circularidade da economia. Os recursos associados ao ativo património cultural e natural são a base direta para o domínio potencial de especialização em Serviços de Turismo e Hospitalidade e nos Ecossistemas Culturais e Criativos. Os recursos associados aos ativos, capital produtivo e infraestruturas tecnológicas, servem como base de suporte a todos os domínios potenciais de especializações e/ou transversais. No entanto, domínios potenciais como a Digitalização da Economia, a Energia Sustentável, a Mobilidade e Logística, a Inovação Social e Cidadania encontram, nesses recursos, o potencial relacional direto.

SOLO, ÁGUA, SOL E BIODIVERSIDADE

A Região, quanto ao ativo **solo**, caracterizado a partir da classificação de Cardoso (1965) e de acordo com Azevedo e Cary (1989), considerando os solos do Alentejo em 5 grupos (A a E) de aptidão agrícola decrescente, constatar-se-á que apenas os grupos A, B e C, somando no Alentejo cerca de 800 mil ha (cerca de 30% da área total) se podem considerar com aptidão agrícola e, ainda mais restritivamente, com aptidão para o regadio. Quanto ao regadio importa não desconsiderar áreas de qualidade excecional, sobretudo grandes aluviões de alguns rios, onde aliás se estabeleceram perímetros de rega coletivos. Em geral, deve encarar-se sempre o recurso solo como escasso, a proteger e conservar a todo o custo e que a qualidade dos solos e a sua capacidade de uso agrícola (em sequeiro ou em regadio) decorre principalmente da escassez de matéria orgânica.

Ainda no domínio do ativo solo, mas mais especificamente em termos **geológicos**, a Região é marcada por uma enorme diversidade, contemplando a grande planície alentejana e outros elementos geomorfológicos como relevos de dureza como as portas de Rodão e as serras de Ossa e de Ficalho, os vales fluviais do Tejo, do Guadiana, do Sado, do Mira e do Chança e estruturas costeiras da região litoral, entre Troia e a ribeira de Odeceixe. Esta diversidade e complexidade conferem-lhe um importante potencial em vários recursos minerais. De salientar os metais base (cobre, zinco, chumbo), os metais preciosos (ouro), o ferro e o manganês e as rochas ornamentais (mármore, granito e xisto), sem esquecer a necessidade de investigar melhor a eventual ocorrência económica de algumas substâncias consideradas críticas/estratégicas pela Comissão Europeia, como as terras raras, o índio, o germânio, o selénio, o rénio, o vanádio e a barite.

A **água**, sendo um bem cada vez mais escasso, com o sul de Portugal particularmente afetado, coloca nos processos de gestão forte pressão no sentido do incremento, ou não, da vulnerabilidade de toda a sociedade. Não obstante o referido anteriormente, este ativo assume, na região, formas diferenciadas e muito relevantes, como sejam: os recursos hídricos associados aos rios que atravessam a região (Tejo, Guadiana, Mira e Sado); os recursos hídricos subterrâneos; e os recursos (hídricos) associados ao mar. Em termos de aquíferos importa referir que, no Norte Alentejano, as disponibilidades de recursos hídricos serão normalmente bastante melhores que as da região a sul, todavia é de destacar os extraordinários aquíferos das formações sedimentares das bacias do Tejo e do Sado e outros aquíferos bastante produtivos, com destaque para as regiões de Ferreira-Beja-Serpa e Moura.

Ainda no âmbito deste ativo importa destacar a barragem de Alqueva que é, atualmente, um dos maiores lagos artificiais de toda a Europa, com os seus 250 km² de área, 1160 km de perímetro e capacidade de armazenamento de 4150 hm³. Esta reserva estratégica de água, além do abastecimento populacional, veio criar as condições para o incremento da diversidade e da competitividade de algumas das fileiras agrícolas (120 000 ha de novo regadio), e, para o reforço de algumas outras como os serviços de turismo e na produção/armazenamento de energia.

Ainda no domínio do ativo água, importa ter presente que a vastidão da plataforma litoral da região se constitui como um dos ativos mais valiosos de afirmação considerando que a mesma é onde se situa o maior porto nacional e que, por isso mesmo, está no centro do cruzamento das principais rotas marítimas internacionais. Esta plataforma litoral constitui uma oportunidade e um desafio ligados à economia azul e na aposta na produção de energias alternativas (eólica, solar por aproveitamento fotovoltaico, energia proveniente das ondas ou marés, ou no aproveitamento energético do hidrogénio).

De salientar ainda que a excelência do património natural, costeiro e marinho da costa alentejana, regista uma crescente atratividade do turismo de natureza (por exemplo, observação de aves, surf, caminhada, mergulho, navegação) e a sua extensa frente marítima tem um elevado potencial de desenvolvimento através das tradicionais atividades pesqueira e turística, ou de atividades emergentes que envolvem I&I (biotecnologia, energia, aquacultura).

O **Sol** é um dos recursos ambientalmente sustentável para a produção de eletricidade a partir de energia fotovoltaica ou do solar térmico de concentração no qual a radiação solar constitui “o dado” principal de entrada. Neste ativo torna-se evidente que a região sul de Portugal, com enfoque no interior Alentejano, tem um grande potencial para o aproveitamento de energia solar uma vez que nesta região se verificam elevados valores anuais de irradiação (acima de 1680-1800 kWh/m² de radiação global horizontal, ou acima de 1800-2000 kWh/m² de radiação direta normal, para as áreas Norte e Sul da Região, respetivamente, e um elevado valor de insolação, com locais que chegam a atingir as 3200h/ano. Assim, este ativo, pelo seu potencial energético, pelo seu contributo para as condições produtivas da região e/ou pelo potencial associado aos serviços de turismo e hospitalidade, emerge como um dos fatores mais relevantes da competitividade diferenciada da região.

Falar de **biodiversidade** no Alentejo significa considerar as principais áreas protegidas da região, onde a diversidade regional começa nos seus Parques Naturais (Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Vale do Guadiana, Tejo Internacional e Serra de São Mamede), estende-se pelas áreas classificadas da Rede Natura 2000 e nas suas diferentes Reservas Naturais e/ou da Biosfera (de Castro Verde, do Estuário do Tejo, do Estuário do Sado e das Lagoas de Santo André e da Sancha) que ocupam cerca de 25% do seu território, e onde ocorrem algumas das espécies mais ameaçadas, a par de habitats de relevância mundial e paisagens culturais marcantes, que contribuem para a notoriedade da região a uma escala internacional e exigem investimento em I&I com vista a garantir as medidas baseadas no conhecimento para a sustentabilidade e combate às suas principais ameaças (exploração excessiva, destruição de habitat, introdução de espécies exóticas, alterações climáticas).

De referir ainda, o Ecossistema do Montado que representa um dos mais distintivos fatores de identidade da região, seja ela natural e/ou cultural. Num território como o Alentejo, maioritariamente de uso agroflorestal, a biodiversidade será sempre um dos ativos a considerar, não só como referencial para a inovação em/para novos produtos (bioprodutos), mas também como espaço de fruição de enorme valorização económica, nas componentes dos serviços do turismo e hospitalidade como também nas componentes dos ecossistemas culturais e criativos.

No âmbito deste ativo a Região possui Instituições de Ensino Superior que desenvolvem formação, investigação, produção e transferência de conhecimento nestas áreas, designadamente a Universidade de Évora, os Institutos Politécnicos de Portalegre e de Beja, bem como, diversas unidades de investigação que suportam estas atividades como os centros MED, ICT e MARE-UE e as Cátedras Energias Renováveis e de Biodiversidade da Universidade de Évora e o seu Pólo da INIESC – Infraestrutura Nacional de Investigação em Energia Solar de Concentração, o CEBAL, o VALORIZA do Politécnico de Portalegre, o BIOREF (CoLAB) com polo no IPP, o Centro de Competências InovTechAgro, o Laboratório Circular do Alentejo, a Academia do Hidrogénio, o Fórum de Energia e Clima, igualmente sedeados no IPP, a par de um conjunto de laboratórios integrados da BioBIP do IPP (Bioenergy and Business Incubator of Portalegre, incubadora de base tecnológica do Instituto Politécnico de Portalegre), designadamente o Laboratório de Bioenergia e os futuros laboratórios de Fabricação Digital, Eletrónica, Robótica e Ciência Didática, e Animação e Multimédia, integrados na BioBIP 2 TechTransfer.

PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

A cultura, as artes e o património (cultural e natural) desempenham um papel fulcral, político e social, no desenvolvimento sustentável das Regiões, podendo ser fatores promotores de diversidade, inclusão e coesão social. Sem cultura não há sustentabilidade ambiental nem economia circular nem poderá haver uma proposta estratégica para o futuro do Alentejo. O património material e imaterial em concreto, bem como a criação, a prática e a investigação artística, são expressões culturais identitárias e o seu acesso, autenticidade e diversidade, um elemento diferenciador e impulsionador de atividades económicas como o turismo e as indústrias criativas. Neste contexto, e considerando a Região Alentejo, o seu papel torna-se mais importante tendo em consideração a abundância e excelente preservação da autenticidade das várias expressões tangíveis e intangíveis e os baixos níveis de industrialização.

Com efeito, a Região Alentejo tem sido continuamente habitada desde tempos pré-históricos e o seu património cultural e natural é reconhecido como um dos valores de maior interesse e potencial desta região. É fundamental preservar e valorizar esse legado, sublinhando o seu papel na identidade cultural da região, e projetando-o como base para atividades económicas.

Da mesma forma que se valoriza o passado, é importante estar atento ao que se faz no presente, com os olhos postos no futuro, e assim, estar aberto a novas manifestações ou a novos produtos, contemporâneos, que se constituam como verdadeiras criações artísticas e cujos sentidos ou significados sejam possíveis dentro da pluralidade garantida pelo devir que caracteriza a estruturação dos bens culturais. Por isso, também, é relevante a criação de espaços de experimentação artística que assegurem a vitalidade da criação e da receção ativa das obras produzidas.

Neste âmbito a Região possui, para além da entidade regional do sector, a Direção Regional de Cultura do Alentejo, que articula transversalmente estas dimensões, Instituições de Ensino Superior que desenvolvem formação, investigação e produção e transferência de conhecimento nas áreas culturais e criativas, designadamente a Universidade de Évora, o Instituto Politécnico de Portalegre e o Instituto Politécnico de Beja, bem como, diversas unidades de investigação que suportam estas atividades como o Laboratório HERCULES (Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda), o CHAIA (Centro de História de Arte e Inovação Artística), o CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades) e a Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber Fazer Tradicional.

Estas instituições, cátedras e laboratórios relevam, no quadro da diversidade regional, para obviar a um dos riscos mais importantes que as artes, a cultura e o património enfrentam: o seu **desconhecimento que leva à irrelevância**. É o desconhecimento que proporciona o abandono e a vandalização, o desperdício de potencial cultural, a negligência e o distanciamento público.

O aprofundamento do conhecimento sobre as Artes, a Cultura e o Património, a integração das suas valências e o seu desdobramento por várias disciplinas, a comunicação pública dos processos e resultados de investigação, a mobilização participativa das populações e comunidades no acompanhamento destas dinâmicas, ou seja, a dinamização de uma ciência cidadã, criam uma condição fortemente favorável ao estabelecimento de atividades económicas que lhe estão associadas e à capacitação cultural pública.

CAPITAL PRODUTIVO

No âmbito deste ativo, a região apresenta um nível de capacidade produtiva instalada e de competências dos seus recursos humanos, no domínio das redes de parcerias privado/privado e/ou privado/público ou no domínio da dimensão empresarial instalada, em quatro cadeias que importa ter em conta, associadas aos produtos do montado e do agroalimentar; à aeronáutica; aos recursos minerais metálicos e não metálicos; e aos serviços de turismo e hospitalidade.

No **montado e agroalimentar** as fileiras da cortiça, do azeite, do vinho e dos pequenos frutos são já cadeias fortemente ancoradas no mercado externo, com muito saber fazer associado e com uma crescente integração de inovação aplicada à resolução de problemas e no aumento da qualidade dos produtos. É expectável que estas fileiras continuem a contribuir de forma crescente para a inovação aplicada, para o emprego e para a competitividade da região.

Na **aeronáutica**, a Região tem evoluído em dois sentidos: por um lado tem vindo a consolidar infraestruturas e projetos como os da Embraer e Mecachrome no espaço industrial de Évora, da Tekever e da Escola de Aviação do aeródromo de Ponte de Sor, e, os projetos da MESA e da Hi Fly no Aeroporto de Beja; por outro lado tem vindo a acrescentar projetos e territórios como são exemplo o novo projeto industrial da Lauak em Grândola, o novo projeto do CEIIA (conceção e construção da aeronave ATL-110) que terá impacto previsível no Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia, em Ponte de Sôr e no Aeroporto de Beja e o projeto para instalação de uma escola de pilotos no Aeródromo de Évora. Esta capacidade, instalada e prevista, é geradora de atratividade para novos projetos o que cria expectativas fortes num crescente contributo para a inovação aplicada e para a inovação cruzada considerando domínios como a mobilidade e as energias sustentáveis. Por outro lado, a atração de talentos e promoção do emprego qualificado encontra, nesta fileira, um espaço de crescimento.

Relativamente aos **recursos minerais** metálicos e não metálicos importa ter em conta a relevância dos recursos, considerando o que foi referido no ativo solo, que se consubstancia especialmente nos que ocorrem nos depósitos de sulfuretos maciços polimetálicos da Faixa Piritosa Ibérica, destacando obviamente Neves Corvo e Aljustrel, e, os mármorees que ocorrem no triângulo Estremoz/Borba/Vila Viçosa. Por outro lado, importa realçar a capacidade instalada que pode ser definida a partir do facto de a sede nacional do “Cluster Portugal Mineral Resources” ser na Região e pela relevância da ligação entre empresas e investigação onde, a título de exemplo, podemos destacar o *cluster* envolvendo a ALMINA, a ORICA, a DRILLCON, ESANMET, o LNEG através do CEGMA e a nova infraestrutura *LITHOS – Laboratory for Innovation and Technological Hub for Ornamental Stone* da Universidade de Évora. Esta fileira, para além do que já significa em termos de emprego e de inovação, pode acrescentar potencial considerando a necessidade de reforçar a investigação e inovação relacionadas com a aplicação de recursos minerais nos processos de otimização da digitalização e/ou no armazenamento de energia e ainda na inovação disruptiva ao nível da circularidade da economia.

No âmbito do **turismo e hospitalidade**, para além da consolidação de uma oferta centrada nas pequenas unidades de alojamento e no crescimento de serviços associados, é bastante relevante que o crescimento continue a incorporar valor à oferta de pequena dimensão e que estejam a ser explorados, com mais qualidade, relacionais entre a fileira do turismo e outros ativos como o agroalimentar (vinho e azeite) e o património natural (diversas amenidades paisagísticas) e cultural (aspetos ligados à identidade da região). Neste sentido é expectável que os próximos anos possam consolidar um caminho de inovação aplicada e de valorização da oferta instalada sendo que isso pode representar mais emprego qualificado.

Finalmente, em termos de **recursos humanos**, aqui considerados como base para garantir a prossecução da estratégia de desenvolvimento do Alentejo, importa contar com as instituições de ensino superior, com a rede de escolas e de escolas profissionais, bem como com os centros de formação profissional e de certificação a validação de competências da região. E, num contexto de reforço da atratividade, das qualificações e das competências, a articulação vertical e horizontal das ofertas formativas com as necessidades das empresas e das instituições reforça um caminho de inovação & diferenciação regional que incrementa o reconhecimento nacional e internacional da qualificação na região, contribuindo assim para um processo de atratividade regional e para a resiliência e/ou capacidade regional de adaptação (antecipação) à mudança.

INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS E CONETIVIDADE EXTERNA

O mapeamento das Infraestruturas de Investigação, Inovação, Desenvolvimento e Transferência (IIDT) identifica um conjunto de ativos com alguma robustez na relação com domínios prioritários da especialização inteligente regional e com assinalável presença nas sub-regiões do Alentejo. A infraestrutura regional associada à IIDT está em posição de se constituir como interveniente central dos processos de consolidação e aceleração de mudanças, com destaque para o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) que beneficia da conclusão próxima das duas fases da respetiva infraestruturação. O reforço dos investimentos no SRTT e em outros centros de produção de conhecimento deverá contribuir para estimular de forma mais eficiente ajustamentos da capacidade competitiva do tecido empresarial da Região, em processos dotados de sustentabilidade.

As infraestruturas regionais que, no âmbito do atual período de programação, surgiram e/ou reforçaram de forma considerável a sua capacidade de intervenção poderemos destacar: o MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) que surge do ICAAM, com base num reforço de competências e de parceiros; o INIAV que apresentou projeto de valorização da sua principal infraestrutura de inovação e transferência (Santarém); o CIEMAR e o INEGI-Alentejo da Universidade de Évora; e a INIESC, coordenado pela Universidade de Évora (polo em Évora e outro no LNEG), que se constituem como infraestruturas de enorme relevância para o futuro da região, a última das quais inscrita no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação; o BIOREF - Laboratório Colaborativo (CoLAB) para as Biorrefinarias (com polo no Instituto Politécnico de Portalegre) que se constitui como entidade para investir em tecnologias de biorrefinaria avançadas; o Laboratório Circular do Alentejo, o Centro de Competências InovTechAgro, a Academia do Hidrogénio, bem como o conjunto de laboratórios internos à BioBIP já referenciadas; e o PACT que apresentou proposta para a segunda fase do seu espaço de ciência e tecnologia. Importa ainda destacar o envolvimento municipal em novas infraestruturas como: o CVTT de melhoria de plantas (Elvas); o Centro Tecnológico Agroalimentar do Alentejo (Serpa); o novo CVTT do CEBAL (Beja); o Centro de Inteligência Competitiva (Campo Maior); e o CVTT “Estação Biológica de Mértola - Biodiversidade, Agroecologia & Cinegética” (Mértola).

Importa ainda relevar a infraestrutura em termos de incubação de empresas de base tecnológica que conheceu, no âmbito do atual período de programação, um reforço considerável de apoio onde podemos destacar: o investimento considerável dos núcleos empresariais da região, da ADRAL e do Sines Tecnopolo, na criação de novas infraestruturas ou na ampliação de existentes; o BioBIP (Instituto Politécnico de Portalegre) que apresentou proposta para a segunda fase da sua infraestrutura de incubação; e o surgimento de novo projeto de iniciativa municipal (Odemira).

A par deste reforço na capacidade logística em incubação, ciência e tecnologia, cumpre realçar o investimento significativo, municipal (mais de 50 milhões de euros no presente período de programação), no reforço da capacidade regional na fixação de empresas. Ainda neste domínio importa realçar o crescente impacto em termos de internacionalização e conectividade externa de toda a zona portuária, industrial e logística de Sines, combinando infraestruturas pesadas com valências produtivas e “know-how” e prosseguindo uma trajetória de investimento em que se destacam novos projetos portuários (expansão do terminal XXI e novo terminal Vasco da Gama), *Port Tech Cluster* Porto de Sines - acelerador de transferência de conhecimento, nova refinaria, cabo transatlântico e polo de produção de gases renováveis, como o hidrogénio verde, com recurso à energia fotovoltaica..

1.3. ESTRATÉGIA REGIONAL₂₀₃₀ – VISÃO DE SÍNTESE

A revisitação da Estratégia Regional para a próxima década (ER₂₀₃₀), como processo central na revisitação da EREI₂₀₂₀ e na preparação para a construção do próximo período de programação a nível regional, revelou elementos de consolidação, mas também de mudança ao longo dos últimos anos que importa ponderar nas óticas da sustentabilidade do desenvolvimento regional e da fundamentação da aposta seletiva de Desafios Estratégicos Regionais.

Nesta visão de síntese, o diagnóstico prospetivo regional foi organizado em três vetores-chave: (i) identificação de fatores condicionantes do desenvolvimento regional; (ii) balanço de tendências pesadas e mais recentes; e (iii) sistematização de Ativos estratégicos regionais.

As principais **tendências pesadas** passam por questões ligadas à recessão demográfica e ao despovoamento como fatores críticos para a revitalização socioeconómica dos territórios. Passam pela afirmação das grandes infraestruturas, pela transformação dos padrões de uso da terra e pela estruturação de relevantes produtos turísticos que funcionam como motores económicos regionais ligados, de forma integrada, a todos os ativos regionais.

As **tendências mais recentes** assentam no investimento público na infraestruturação de polos de I&DT, na afirmação do potencial produtivo e de mercado de produções agrícolas e agroalimentares, na estruturação do Cluster Aeronáutica, Espaço e Defesa, nos investimentos na Energia fotovoltaica, nos investimentos no Porto de Sines, na crescente relevância do Mar e das águas interiores, na afirmação de trajetórias sub-regionais diferenciadas de crescimento económico e oportunidades de emprego que contribuem para alargar a base territorial da competitividade e na estruturação gradual de cadeias de valor com atração e instalação de atividades e serviços de inovação.

Relativamente aos **ativos estratégicos regionais** assinalam-se o posicionamento geoestratégico da Região, a dotação de infraestruturas de logística e transporte marítimo de escala internacional, os recursos naturais do solo e subsolo, as reservas estratégicas de água, as fileiras de especialização económico-produtiva com capacidade exportadora e as amenidades urbano-ambientais do território, incluindo uma rede de cidades médias com centros históricos de qualidade que beneficiam de notoriedade crescente induzida pela valorização estruturada potencial dos recursos turísticos regionais.

Esta visão de síntese constitui uma base de trabalho dotada de alguma robustez para suportar uma identificação dinâmica dos Desafios Regionais no horizonte 2030, uma década em que o Alentejo poderá beneficiar, em adaptação dinâmica, das oportunidades decorrentes da concretização de importantes orientações/intervenções das políticas públicas.

Entre estas destacam-se os compromissos do PNPOT e os investimentos públicos setoriais nas acessibilidades, no regadio, na saúde, e outros (públicos e privados) por via da participação regional em estratégias setoriais em cujo âmbito de atuação os argumentos competitivos das diferentes sub-regiões do Alentejo são determinantes para o respetivo sucesso (mobilidade sustentável, descarbonização, economia circular, adaptação às alterações climáticas, ...).

Fruto desta análise regional e de todo o processo de construção estratégico, estabeleceu-se um conjunto de cinco principais **desafios estratégicos regionais**: (i) Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar; (ii) Sustentabilidade Territorial e Valorização do Capital natural, no quadro das alterações climáticas; (iii) Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo;

(iv) Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da Base Territorial da Competitividade e aprofundamento das cadeias de valor; e (v) Reforço do Sistema Urbano Regional e da sua (inter)conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território das diferentes sub-regiões.

A aposta da Região neste conjunto de desafios estratégicos estabelece um compromisso dinâmico entre intervenções da esfera da Competitividade (dos recursos, da inovação e dos sistemas produtivos regionais) e da esfera da Coesão através da qualificação do território, tornando-o atrativo e acolhedor e com capacidade resiliente para enfrentar as mudanças climáticas e a transição energética.

No enquadramento dos desafios estratégicos da ER₂₀₃₀, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente, para a próxima década, procura, com base nos princípios das EREI, fazer/induzir as escolhas que sejam capazes de introduzir focagem e de aprofundar/incrementar a inovação dentro de cada um dos desafios estratégicos da própria ER₂₀₃₀. Ainda que a natureza da EREI possa apontar diretamente para alguns dos desafios estratégicos da ER₂₀₃₀, o racional da EREI₂₀₃₀ vai mais no sentido de se constituir como um instrumento que procura cerzir de forma cirúrgica alguns dos pontos de cada um dos desafios estratégicos de modo a que o potencial de inovação possa produzir efeitos transformadores na economia e bem-estar regionais.

Na mesma linha sequencial de enquadramento com os desafios estratégicos, a EREI₂₀₃₀ encontra, nos objetivos estratégicos da ER₂₀₃₀, uma forte articulação. Ainda que se assegure uma mesma lógica de indução focada da inovação em alguns dos objetivos específicos de todos os objetivos estratégicos, é irrefutável uma articulação interdependente com o objetivo estratégico que visa *“promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água”*, com o objetivo estratégico que pretende *“criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências”* e com o objetivo estratégico que procura *“mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial”*.

A abordagem de operacionalização destes desafios estratégicos e da sua articulação com todos os documentos de planeamento e de programação, deverá beneficiar de um decidido reforço das condições de governação e da ação coletiva regional, pressuposto do **modelo de governação** a adotar, compreendendo a capacitação institucional, as parcerias de gestão da diversidade de instrumentos de política (a estabilizar no quadro de um novo Acordo de Parceria) e das novas formas de cooperação inter-regional e no espaço transfronteiriço.

A par da conceção do modelo de governação emerge, por isso se refere, a necessidade de preparação dos atores regionais para um modelo de governação colaborativa e/ou ação coletiva. Esta focagem é absolutamente central no criar de condições para o sucesso das abordagens territoriais integradas e intersectoriais que vierem a ser construídas e aprovadas.

Assim, a ER₂₀₃₀, considerando toda a sua estrutura de objetivos e resultados esperados, aconselha à conceção e implementação de um modelo de governação que tenha também uma lógica de articulação horizontal com os PROT Alentejo e Oeste e Vale do Tejo e uma perspetiva de articulação consequente com os órgãos de governação dos instrumentos estratégicos e de financiamento, designadamente a EREI₂₀₃₀, o Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2021/2027 e os instrumentos de base intermunicipal a estabelecer na contratualização com as CIM.

A Estratégia Regional considera o desenvolvimento de oito Planos de Ação, no sentido da aproximação à programação e focados nas vertentes da Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral (SIG), Sustentabilidade Territorial, Património natural e Ação Climática, Conhecimento e Inovação, Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo, Qualificação, Emprego e Inclusão, Cooperação territorial, Governança e Capacitação e Água. Não excluindo outras possíveis ligações, podemos referir que na articulação entre as estratégias, regional e de especialização, têm particular relevância os Planos de Ação sobre cooperação territorial e conhecimento e inovação, na lógica das recomendações do Border Orientation Paper Spain-Portugal para abordagens de estratégias de especialização regional de vocação transfronteiriça e da dinamização das Instituições de Ensino Superior e das unidades de I&D regionais através de plataformas colaborativas que valorizem (aprofundando ou reorientando) as escolhas da Estratégia Regional de Especialização Inteligente Alentejo 2030.

2. EREI ALENTEJO₂₀₃₀

No processo de transformação para uma região inteligente importa considerar a orquestração ativa do ecossistema regional em torno de conceitos como cocriação e exploração de conhecimento, exploração de oportunidades e capacitação. É fundamental aumentar as interconectividades entre atores e iniciativas com base em softwares comuns em lógicas de plataformas de introdução e gestão de dados, estimular as atividades de clusters de negócios em torno da tecnologia da informação e fornecer serviços habilitados digitalmente para os cidadãos que sejam capazes de se tornarem de volta, cidadãos mais participativos. A inteligência da região é aprimorada por um ecossistema de inovação regional devidamente estruturado com uma forte "estratégia de especialização inteligente" que tem de aproveitar os novos papéis sociais desempenhados pelas diferentes entidades com papel ativo na região. Necessariamente nenhuma pode ficar de fora.

Este processo de incremento da cooperação regional e da interconectividade foi o racional que presidiu ao processo que teve como objetivo construir uma proposta de EREI, para a próxima década, tendo como base uma revisitação participada da EREI₂₀₂₀. Num primeiro momento, com a recomposição do Conselho Regional de Inovação, o processo evoluiu em paralelo com a construção da Estratégia Regional – Alentejo₂₀₃₀, com uma mesma linha de comunicação no sentido de um envolvimento pleno dos atores regionais. Num segundo momento a densificação de cada um dos processos, até ao término da programação e da conclusão de cada um dos documentos, obrigou a uma subdivisão do processo de construção e a metodologia de construção da EREI₂₀₃₀ permitiu a consolidação do CRI e a implementação de três plataformas de inovação multi(atores) que se definem como o centro do modelo de governação da futura EREI. Este processo teve como designação “Alentejo₂₀₃₀ - Desafiar o Futuro”.

O desenho dos domínios que se propõe, resultante do processo participativo, apresenta, maioritariamente, aspetos de continuidade com os domínios anteriores. Desde logo nos conteúdos dos diferentes domínios, mas, fundamentalmente, porque o que lhes dá suporte são os mesmos recursos e ativos do território e que assentam numa ideia de continuidade em termos e monitorização de indicadores de desenvolvimento do território.

É apresentada a metodologia seguida para a construção da EREI₂₀₃₀, apresentados os seus objetivos e domínios e, por conseguinte, as linhas de ação que se entende poderem dar cobertura a um conjunto de investimentos e de ações transformativas de base regional (**T-REGIO**). Neste âmbito, as ações transformativas, são consideradas como “uma coleção de capacidades e de ações inovadoras relacionadas, decorrentes das estruturas existentes, às quais capacidades extrarregionais podem ser adicionadas, e orientadas para uma certa direção de mudança” e foram definidas, pelos atores regionais, no âmbito do modelo de debate participado que presidiu à densificação dos conteúdos de cada um dos domínios da proposta de EREI₂₀₃₀.

É definido o racional da EREI₂₀₃₀ em termos de articulação multinível e de variedade relacionada, designadamente a sua relação com as Estratégias Nacional e Regional para aproxima década, com a ENEI e com os ODS. É definido o modelo de governação tendo em conta o processo de consolidação do CRI e na criação de diferentes espaços de promoção da articulação entre atores, e, é estruturado o racional de monitorização e de avaliação da EREI₂₀₃₀ a partir da definição da bateria de indicadores adaptados a uma expectativa de impactos na implementação, impactos de primeiro nível e de impactos promotores de mudança estrutural do perfil regional de inovação.

2.1. METODOLOGIA

Nos processos de revisitação das estratégias regionais, de programação do PT₂₀₃₀ e das estratégias regionais de especialização inteligente, recomendava-se que fosse proposta a participação dos stakeholders regionais, de forma documentada e evidenciada, uma “reflexão sobre o alcance das prioridades de cada EREI nos territórios de baixa densidade de tais regiões”, tendo em conta que a formulação de domínios prioritários (transversais e/ou de especialização) tenderá naturalmente a favorecer as concentrações territoriais de ativos a valorizar, pelo que, importaria que cada EREI, no quadro das particularidades de cada região, refletisse como minimizar os riscos de desenvolvimento desigual, promovendo a articulação das principais massas críticas de recursos regionais (de conhecimento e de inovação) com esses territórios.

A especialização inteligente, com base no processo participativo que se recomenda, deve fundar-se no potencial das regiões e esse potencial advém da existência de recursos e ativos com características de inimitabilidade e de não transferência, sobre os quais possam ser criados bens e serviços transacionáveis e construídas vantagens competitivas.

Estes recursos e ativos podem ser tecnológicos (conhecimento analítico e sintético) ou não tecnológicos (por exemplo, conhecimento e capital simbólicos). A base empresarial integra e confere foco aos recursos e ativos, produzindo bens e serviços transacionáveis inovadores. Por fim, os utilizadores avançados operacionalizam a análise prospetiva da evolução da procura. Esta análise é fundamental para avaliar a viabilidade dos domínios de especialização inteligente e as necessidades de intervenção em sede de política pública.

É com base neste racional que, ao longo de todo o processo participativo de revisitação da EREI₂₀₂₀, conseguimos orientar a descoberta dos diferentes domínios prioritários (transversais e de especialização) da EREI₂₀₃₀. Ainda que este racional esteja presente no diagnóstico efetuado e na identificação dos principais ativos da região é na definição dos domínios que se torna mais relevante a aplicação de um princípio de base para maximizar a exploração das bases de conhecimento, fomentar spillovers inter e intra setoriais e garantir a internacionalização do sistema regional de inovação.

A nível regulamentar e programático, os trabalhos tiveram como principais suportes as Orientações da Comissão Europeia para o período 2021-2027 (Europa mais inteligente, mais próxima, mais conectada, mais verde e mais social); o Plano Nacional de Reformas 2016-2022 (nomeadamente inovação na economia, modernização do Estado, valorização do território, qualificação, reforço da coesão e igualdade social); e as Orientações do Semestre Europeu (nomeadamente investigação e inovação, competitividade das PME, estratégias territoriais integradas, mobilidade sustentável, energias renováveis, economia circular, sucesso escolar, formação, inclusão social).

Em termos operacionais, a preparação do novo ciclo de programação 2021-2027 contou com a colaboração de duas perspetivas focadas em âmbitos diferentes desta problemática, uma de natureza mais estratégica (serviços da CCDR) e outra de natureza mais operacional (Autoridade de Gestão do Alentejo 2020) foi constituído um Grupo de Trabalho interno para dinamização e preparação dos documentos estratégicos regionais. Este processo contou igualmente com a colaboração e os serviços especializados de consultoria externa.

Os trabalhos de revisitação da Estratégia Regional e subsequentemente da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo, Alentejo2020 e EREI₂₀₂₀, decorreram, em boa parte, de forma paralela. Teve início genérico em 2018, com a elaboração do Contributo Regional para a Estratégia Portugal 2030, tendo sido um trabalho ao nível sub-regional, com várias sessões alargadas de debate que resultaram na identificação de desafios estratégicos e prioridades de intervenção para o Alentejo.

O processo, em concreto, de revisitação da EREI₂₀₂₀ tem início em janeiro de 2019, na reunião do Conselho Regional de Inovação, que procede à aprovação da proposta metodológica de revisitação onde são definidos os seus princípios base e respetiva calendarização. A partir desta reunião e com base na representatividade do órgão foram realizadas um conjunto de quatro oficinas de trabalho onde a descoberta dos desafios e domínios para a região começou a ser desenhada e preparada para um debate mais alargado na Região.

Esse debate alargado na região culminou com um evento plenário (junho de 2019) que incluiu uma conferência sobre “os desafios da convergência” e 3 mesas temáticas sobre: “os dados e o território”; “a sustentabilidade e o território”; e “a governação e o território” e onde participaram perto de uma centena de pessoas.

Para além destas duas iniciativas, foram (durante 2019) desenvolvidas outras ações de envolvimento de personalidades da região e de fora da região, designadamente: reuniões com grupos de entidades (associações empresariais, comunidades intermunicipais, instituições de ensino superior e com entidades do sistema regional de transferência de tecnologia); entrevistas dirigidas a vinte pessoas com relevância e pensamento sobre a Região; dois questionários dirigida as empresas e instituições de I&D&T da região.

O processo desenvolvido em 2019 permitiu consolidar e fechar a aprovação, em Conselho Regional de Inovação (janeiro de 2020), dos domínios transversais e de especialização para a EREI₂₀₃₀. Durante o ano de 2020, este processo de revisitação participada, teve continuidade com a construção e densificação dos conteúdos de cada domínio. Esta fase partiu da solicitação de contributos a duas dezenas de peritos externos, teve seguimento com a realização (online) de uma sessão experimental de descoberta empreendedora com base num dos domínios (Bioeconomia Sustentável) à qual se seguiu um conjunto de sete mesas temáticas online (junho de 2020), por domínio, com mais de centena e meia de participantes.

A Estratégia Regional Alentejo 2030 (ER Alentejo 2030) foi aprovada pelo Conselho Regional da CCDR Alentejo (setembro de 2020). A ER Alentejo 2030 inclui os principais aspetos relacionados com a EREI₂₀₃₀, nomeadamente os domínios de especialização e os domínios transversais, com referência às linhas de orientação a enquadrar em cada domínio. Em termos de articulação programática, a revisitação da EREI Alentejo, em simultâneo com a preparação da Estratégia Regional Alentejo 2030, proporcionou um enriquecimento de perspetiva e conteúdos dos Desafios Estratégicos Regionais, com especial ênfase no que se refere à Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ao Alargamento da Base Territorial da Competitividade. Neste contexto, a EREI₂₀₃₀ regista uma articulação acentuada com a matriz de desafios regionais para a Estratégia Alentejo 2030, nomeadamente com aqueles que se referem à sustentabilidade territorial e dos recursos, à consolidação do sistema regional de inovação e das competências e à valorização económica dos recursos e ativos regionais.

Após a aprovação da Estratégia Regional Alentejo 2030, os trabalhos desenvolvidos no âmbito da finalização da EREI₂₀₃₀ passaram por um trabalho técnico interno no aprofundamento, desenvolvimento e clarificação dos conteúdos, ações, tipologias a considerar em cada um dos domínios da EREI₂₀₃₀. Desse processo resultou uma proposta de consolidação e validação final das escolhas regionais para os vários domínios da Estratégia que veio a ser aprovada em Conselho Regional de Inovação (Novembro de 2020). Subsequentemente foram realizadas sete novas reuniões online de retorno, por cada um dos domínios, em que participaram, por convite, os membros do CRI e todos aqueles que tinham participado nas mesas temáticas de junho de 2020. Estas mesas permitiram um retorno, a todos os que contribuíram, do resultante dessa participação e permitiram consolidar e aprofundar escolhas.

Durante o ano de 2021 (janeiro e fevereiro) até à aprovação final do documento, foi feito trabalho técnico interno de finalização do documento e de ligação com perito externo, para efeitos de articulação sistémica da Estratégia Regional (EREI₂₀₃₀) com a Estratégia Nacional (ENEI 2030), bem como a calibragem do modelo de governação, de monitorização e de avaliação. Neste mesmo período foi desenvolvido trabalho tendente à construção de propostas de continuidade dos processos de cooperação com as regiões vizinhas do Algarve e do Centro, da Extremadura e da Andaluzia, numa perspetiva de cruzamento com a dimensão da cooperação territorial e englobando as duas euroregiões em que o Alentejo participa (EUROACE – Alentejo, Centro e Extremadura; EUROAA - Alentejo, Algarve e Andaluzia).

2.2. OBJETIVOS & DOMÍNIOS

Com base em todo o processo participativo de revisitação da EREI₂₀₂₀ este é o espaço para a apresentação descritiva do resultado desse processo e que será o pilar para os futuros processos de escolha na concretização de uma transformação regional em termos de produção e capitalização produtiva do conhecimento. Com base nos ativos identificados e no processo participativo de revisitação da EREI₂₀₂₀ foram estabelecidos, para a EREI₂₀₃₀, três (3) objetivos estruturais, dois (2) domínios transversais e seis (6) domínios de especialização.

É a partir destes pressupostos que desenvolvemos, nos pontos seguintes, as principais características de cada um dos domínios, no sentido de os diferenciar face aos ativos/recursos da Região, que, no âmbito dos objetivos estratégicos, aprofundamos as principais áreas de aposta da Região nas dimensões da competitividade e do conhecimento, e que, construímos, para além do quadro interno de variedade relacionada, o nexo relacional dos pilares da Estratégia Regional com a EREI, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável inscritos na Agenda 2030.

2.2.1. OBJETIVOS ESTRUTURAIS E LINHAS DE AÇÃO

O primeiro objetivo estrutural passa por **Incrementar a Sustentabilidade e Coesão Territorial** tendo por base a inovação que, sendo por natureza indutora de disparidades económicas, seja capaz de promover a coesão regional e o uso sustentável de recursos e ativos. Esta abordagem ao desenvolvimento futuro da Região, em torno de escolhas norteadas pelo uso sustentável e eficiente dos recursos, procura induzir a que as fileiras económicas do território contribuam para a resiliência e valorização dos sistemas naturais, atendendo aos fenómenos tendentes ao incremento da escassez de água, robustecendo as dinâmicas de investimento, atividade e emprego, a partir dos diferentes domínios da EREI₂₀₃₀ e estimulando a criação de ecossistemas de inovação. Estas dinâmicas deverão contribuir, igualmente, para o alargamento da base territorial de competitividade, atraindo novos investimentos e novos protagonistas empresariais.

INCREMENTAR A SUSTENTABILIDADE E COESÃO TERRITORIAL - LINHAS DE AÇÃO

Desenvolvimento de I&DT com vista a uma melhoria nos indicadores ligados à biodiversidade e ativos regionais, bem como à valorização sustentável de sistemas produtivos chave da região como são a Indústria Extrativa, o Ecossistema da Floresta Mediterrânica, os Sistemas de Regadio e os Ecossistemas do Mar e Dulçaquícolas

Incorporação de I&DT na economia que impacte sobre a transição energética (descarbonização) e sobre a transição dos modelos lineares para modelos circulares (utilização eficiente dos recursos solo e água, reforço do uso de materiais secundários e diminuição dos resíduos)

Atratividade do Alentejo com base nos seus elementos patrimoniais e nas amenidades proporcionadas pelos ecossistemas, com vista a uma cidadania ambiental e a uma elevada qualidade de vida (económica, ambiental e social).

O segundo objetivo estrutural passa por **Reforçar o Valor das Cadeias Produtivas Regionais**, pela densificação qualificante das cadeias de valor associadas aos recursos/ativos regionais e/ou pelo incremento do efeito âncora em torno de projetos/investimentos estruturantes da Região. Esta abordagem, nas duas componentes, terá em conta infraestruturas pesadas ligadas à mobilidade e logística (Porto de Sines, Linha Ferroviária Sines/Caia, Aeroporto de Beja, Aeródromo de Ponte de Sor), bem como a projetos empresariais associados às fileiras de especialização económico-produtiva com capacidade exportadora como são os Recursos Minerais, o Montado de Sobro, o Agroalimentar, a Aeronáutica, a Energia e os Produtos/Serviços do Turismo.

O objetivo estrutural deve compreender mecanismos de orientação das procuras empresariais para novos projetos em atividades e ações que, para além de serem compatíveis com o respeito pelos ativos naturais e por uma utilização sustentável/eficiente dos recursos, contribuam para adensar as cadeias de valor incorporando conhecimento, tecnologia e recrutando competências

REFORÇAR O VALOR DAS CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS - LINHAS DE AÇÃO

Incorporação de I&DT nas cadeias produtivas que impacte sobre as “falhas de cadeia”, criando assim processos mais “completos” (da extração à comercialização) e de maior valor acrescentado para a região

Incremento dos efeitos âncora e de spillover sobre (e dos) projetos estruturantes da região, reforçando a sua inter-relação com o conjunto das cadeias produtivas regionais e/ou criando novas oportunidades empresariais

Incorporação de I&DT na economia regional que impactem positivamente sobre componentes como a valorização unitária dos produtos e serviços, sobre a internacionalização e sobre a evolução ponderada da venda de produtos de alta tecnologia

Finalmente, o terceiro objetivo estrutural passa por **Incrementar a Qualificação dos Recursos Humanos Regionais (Talentos)**, pelo reforço da formação avançada ou porque se intensificam processos de criação e/ou captação de talentos com base na promoção/criação de ecossistemas de inovação a nível regional. Este objetivo está associado à estruturação de um novo paradigma produtivo que reclama a mobilização de novas qualificações, de base superior e avançada, mas também de reconversão de competências profissionais expostas às transformações dos sistemas de trabalho resultantes da disseminação da inovação e das tecnologias.

INCREMENTAR A QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS REGIONAIS (Talentos) -LINHAS DE AÇÃO

investimento regional em ações de I&DT que permitam, assente no reforço da ligação entre as Instituições de Ensino Superior, os centros de valorização e transferência de tecnologia, as empresas e as instituições, a construção de conhecimento/soluções aplicado/aplicadas e a criação de ecossistemas digitais e criativos abertos, que sejam propícios à atração de talentos e à criação de emprego qualificado

Investimento regional em I&DT e em formação/qualificação/literacia digital (ao longo da vida) que sejam capazes de produzir efeitos positivos em dinâmicas como a evolução das qualificações a nível regional, a diminuição das desigualdades no acesso ao emprego, a evolução do registo de patentes, a evolução da produção de inovação aplicada e a evolução do investimento empresarial em recursos humanos altamente qualificados

Desenvolvimento e prototipagem de Políticas Públicas Experimentais e de soluções em I&DT que, com base nas características distintivas da região, sejam capazes de gerar produtos, bens e serviços de alta tecnologia no âmbito dos diferentes domínios regionais (transversais e de especialização).

Os três objetivos estruturais/macro são, pela sua natureza, adaptados/adequados a **promover dinâmicas coletivas** pois a sustentabilidade territorial, as cadeias produtivas e a captação/criação de talentos obrigam mesmo a uma abordagem de “rede”, multinível e pluriatores (os Clusters como estrutura exemplo a mobilizar). É neste quadro de promoção de dinâmicas coletivas que emergem modelos de promoção da transformação, como os preconizados nas T-REGIO. Estes objetivos, sendo monitorizáveis em termos quantitativos, constituem-se como passíveis de uma avaliação de impacto a médio longo prazo com base numa ideia de **mudança estrutural**.

2.2.2. DOMÍNIOS TRANSVERSAIS

Sendo verdade que hoje 50% da população mundial vive em espaços urbanos, processo este de urbanização que se tende a agravar - estimando-se um crescimento populacional de 7 para 9 mil milhões até 2050, os quais representarão 75% da população global, é inquestionável que devemos cada vez mais encarar este desafio numa lógica territorial regional e não apenas numa abordagem de inteligência urbana assente nas denominadas *Smart Cities*, tirando partido da transformação digital a que acresce a necessária transição da economia linear para a economia circular.

Efetivamente, esta realidade coloca uma enorme pressão na governação das cidades e dos municípios, é essencial uma abordagem regional pois não só a grande maioria dos processos extravasam as fronteiras administrativas, como implicam a construção de modelos de análise e capacidades de planeamento e gestão supramunicipal, quer com o objetivo de gerir serviços e infraestruturas de forma a garantir a adoção de processos mais eficientes na utilização dos recursos, quer também para melhorar a mobilidade, a segurança, a resiliência, o ambiente e a qualidade de vida de quem habita, trabalha ou visita a região.

Assim, tendo como enquadramento o acelerado processo de transformação que vivemos numa abordagem regional, uma iniciativa de planeamento regional como a EREI₂₀₃₀ deverá visar aproveitar a digitalização e a circularidade para a geração de conhecimento que promova a regeneração económica, a coesão social, uma melhor administração do território e gestão das infraestruturas, criando as condições necessários para promover a inovação e o desenvolvimento económico sustentável.

Mas, para que esta visão de região inteligente se materialize, importa passar de uma lógica de gestão territorial reativa para uma lógica proactiva, suportada pela sua transformação digital e baseada no conhecimento, na disponibilização alargada de dados e na atualização permanente da informação, necessariamente dando passos efetivos para que seja instrumental também a montante, em sede de planeamento, criando uma região cognitiva ou algorítmica.

Neste sentido, os domínios transversais são dois e procuram funcionar a montante, face aos domínios de especialização, numa lógica de adicional de mérito, que valorizam os projetos enquadrados em qualquer dos domínios de especialização da EREI₂₀₃₀.

Neste sentido, os domínios transversais, não se constituem como filtro e/ou condição de entrada, exceto quando os projetos/ações tenham apenas enquadramento em qualquer um dos dois domínios transversais. Os dois domínios transversais pretendem, em áreas distintas, induzir uma focagem da inovação regional em processos ligados ao incremento da **Digitalização da Economia** e da **Circularidade da Economia**.

DIGITALIZAÇÃO DA ECONOMIA (DIGE)

A grande mudança de paradigma, que já está a ocorrer, está alicerçada na transformação digital, não apenas no seu potencial de promover processos mais eficientes com resultados diretos na sustentabilidade das atividades económicas, mas também no potencial para gerar novos produtos e serviços de base analítica tirando partido da ciência dos dados e da inteligência artificial.

Este impacto, das tecnologias associadas ao digital, é potenciado pela sua ampla difusão, decorrente do declínio tendencial dos custos e da crescente integração das três tecnologias digitais chave: *Big Data Analytics*; *Cloud Computing*; e *IoT*.

A expansão da fronteira de possibilidades que a transformação digital oferece pode ser a verdadeira alavanca da construção da inteligência regional. Neste contexto, para além dos riscos e oportunidades em termos de empregabilidade e de reconversão de competências, o potencial que as tecnologias oferecem hoje de capturarmos gigantescas quantidades de dados, lança o desafio de serem criadas as capacidades e competências analíticas para promover a sua conversão em informação e, assim, passarem a ter valor para os processos de tomada de decisão em sede de planeamento e gestão, para a criação de novos produtos e serviços e para uma cidadania mais ativa e participada.

A nível comunitário, o novo programa “Europa Digital” faz parte do capítulo sobre o «Mercado Único, Inovação e Digital» da proposta de orçamento da UE para o quadro financeiro plurianual (2021-2027). O seu principal objetivo é orientar a transformação digital da Europa, em benefício dos cidadãos e das empresas. Por outro lado, os projetos de infraestruturas digitais no âmbito do Mecanismo “Interligar a Europa” procurarão garantir que, até 2027, todos os grandes agentes socioeconómicos, tais como escolas, hospitais, redes de transportes, principais prestadores de serviços públicos e empresas com uma elevada utilização de meios digitais tenham acesso a ligações de banda larga orientadas para o futuro.

A proposta da Comissão centra-se em cinco domínios principais: desenvolver e reforçar a supercomputação e o tratamento de dados; facultar o acesso, em toda a Europa, a plataformas abertas e a espaços de dados industriais para a inteligência artificial; proteger (cibersegurança) a economia digital, da sociedade e das democracias da EU; promover as competências digitais; e garantir a utilização generalizada das tecnologias digitais.

Em Portugal, no quadro dos documentos estratégicos nacionais, identificamos a “Estratégia IA Portugal 2030” e o “Plano de Ação para a Transição Digital”. Os dois documentos apontam para uma transformação de Portugal assente num racional de laboratório vivo para a experimentação de novos desenvolvimentos em setores chave, para uma transição da economia assente no conhecimento (qualificação, I&I e I&D&T) e com forte contributo para aspetos de escala global como a digitalização & IA (ciber-segurança e redes) e a neutralidade carbónica (cidades/territórios inteligentes, energias, mobilidade/comunicações, economia verde, economia azul).

A Região, considerando **recursos e ativos**, é relativamente deficitária neste domínio, mesmo que os últimos anos representem um forte investimento, no âmbito do SRTT, na constituição e consolidação da Rede de Incubadoras do Alentejo e no Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia. A par deste investimento inicial importa considerar os investimentos recentes na criação de novos centros de valorização e transferência de tecnologia, que pretendem acrescentar recursos à região no âmbito deste domínio, como são o Centro de Inteligência de Campo Maior e o INEGI_Alentejo da Universidade de Évora.

Ainda no âmbito dos recursos e ativos importa ter em conta setores e/ou projetos/infraestruturas com forte potencial de motor nos processos de digitalização, automação e de inteligência artificial como são o grupo de empresas associadas à aeronáutica, o robusto crescimento que apresenta toda a infraestrutura portuária de Sines e o necessário incremento de inovação em termos de digital e de automação que os setores tradicionais, como o agroalimentar e os recursos minerais, vão precisar nos próximos anos para que se mantenham competitivos e para que os processos de circularidade nas empresas lhes possam acrescentar competitividade. Neste âmbito são centrais, como potencial de ativos, os Clusters dos Recursos Minerais (com sede na região) e o do Agroalimentar.

Finalmente, no âmbito dos recursos e ativos não tecnológicos, importa ter em conta recursos particularmente relevantes da região como são solo, sol, água e biodiversidade no que diz respeito ao fornecimento de componentes, designadamente nos recursos minerais, associadas à otimização na digitalização e na produção e/ou armazenamento de energias sustentáveis, tendo sempre presente que, no caso particular da utilização do recurso água, deverá ser sempre norteada por princípios de eficiência e sustentabilidade, que adquirem particular importância no atual quadro de alterações climáticas.

Em termos de **base regional de inovação**, ainda que seja difícil fazer uma relação direta com os investimentos realizados com base na EREI₂₀₂₀ admite-se que o domínio emergente “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente” pode constituir-se como base de proximidade em termos de análise e com isso admitir que foi feito um investimento regional relevante neste domínio considerando que foi o segundo domínio com maior número de projetos e de investimento elegível, e o que apresentou maior valor médio por projeto. Ainda assim, a região, em contraste com o comportamento nacional, apresenta uma degradação nos indicadores de exportação de bens de alta tecnologia, o que pode indicar uma perda de relevância em domínios como o da digitalização da economia.

Apesar destas tendências regionais importa referir que, nos últimos anos, as empresas têm sido responsáveis pelo maior valor de investimento regional em I&D, pelo que se entende como relevante para o presente e futuro da região, no âmbito deste domínio, destacar o crescente núcleo empresarial ligado ao Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa, quando, face aos projetos já existentes da Embraer (com competências residentes para o desenvolvimento e fabrico de aeroestruturas complexas com recurso a automação), Tekever, Hi Fly e Mecachrome, podemos acrescentar os projetos da Lauak em Grândola, o Projeto da MESA em Beja e o novo projeto do CEIIA em Évora/Beja/Ponte de Sor.

A este Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa importa adicionar a transformação que a infraestrutura portuária de Sines pode significar em termos de incremento da inovação aplicada em automação, inteligência artificial e digitalização na componente logística portuária, mas também no que pode significar em termos de digitalização/comunicações por força da colocação do cabo de fibra ótica submarino “Ellalink”, que ligará a Europa à América Latina e que terá Sines como local de entrada/saída.

É expectável que uma dinâmica afirmativa de digitalização da economia possa gerar inovação (incremental e/ou disruptiva) em processos, inovação em produtos e serviços, ou até mesmo contribuir para uma inovação setorial ou geral e é por isso que a sua relevância para as empresas ligadas aos Clusters mais fortes da Região (Agroalimentar e o Portugal Mineral Resources) se constitui como central no sentido da sua competitividade nos mercados internos e externos e para que subam as suas cadeias de valor.

Em termos de ensino superior e de centros de investigação regionais, no âmbito da digitalização e numa perspetiva de futuro da região, importa destacar o Laboratório Colaborativo DTx (Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital), o Centro de Inteligência de Campo Maior (Município de Campo Maior) e o INEGI_Alentejo (Universidade de Évora) como infraestruturas que, tendo sido apoiadas no âmbito do atual período de programação, podem constituir-se, de forma significativa, como estruturas para a base regional de inovação e de integração no que às três tecnologias digitais chave diz respeito.

Por outro lado, a região está obrigada a um salto digital relevante, considerando os seus atores chave: tecido empresarial - microempresas; os municípios; e o leque muito diversificado de instituições e de associações. Nesse sentido, será central: a consolidação do SRTT como potencial de articulação regional; a afirmação da ADRAL e do PACT como infraestruturas capazes de mobilizar e decodificar competências para os atores chave; e, o robustecimento da rede de incubadoras (digitais) do Alentejo como espaços de acolhimento para novas iniciativas empresariais que venham complementar projetos estruturantes da região.

No quadro de **utilizadores** importa olhar para os setores tradicionais onde o agroalimentar (agricultura, floresta e pescas) e os recursos minerais (indústria extrativa e transformadora) emergem com forte exposição, em termos de empregabilidade, face à evolução dos processos de automação, pelo que importa encontrar modelos preventivos (qualificação e/ou requalificação de recursos humanos) para responder a este risco. Assim, as empresas, as instituições e os recursos humanos da região são os principais destinatários do necessário desenvolvimento regional no domínio da digitalização da economia.

O foco na digitalização das empresas oferece-lhes diferentes vantagens, na otimização de processos e consequentes ganhos de eficiência, na (re)definição de modelos de negócio, e ainda na diversidade de soluções que oferece, eficazes não só do ponto de vista do consumidor (que procura sempre coisas novas), como também do ponto de vista do produtor, ao nível do tratamento de dados e flexibilidade. Transversal a todos os processos de digitalização das empresas de qualquer setor de atividade é a presença da Inteligência Artificial (IA), que irá assumir crescente importância, não apenas nos processos de transformação digital, mas também em todos os domínios da atividade económica.

Neste sentido, a Região Alentejo deve posicionar-se para assumir a criação de condições que favoreçam a investigação e o desenvolvimento em IA na região, através da criação de mecanismos de fixação de talento (formado nas instituições da região, ou por via da sua atratividade) e de mecanismos de apoio a start-ups e a PME inovadoras na utilização da IA.

Ainda nesta dimensão das oportunidades importa considerar que, do ponto de vista da digitalização, a região deve apostar no robustecimento de competências com base no sentido global de investimento crescente em desafios sociais com forte impacto na região, como são: as alterações climáticas; os modelos de energia e transporte sustentáveis e acessíveis (incluindo economicamente); a segurança alimentar; e o envelhecimento da população.

Em matéria de **linhas de ação**, específicas da digitalização da economia, considerando a sua transversalidade face aos domínios de especialização, importa admitir e/ou valorizar a entrada de projetos/investimentos que, tendo componentes associadas ao presente domínio, se enquadrem essencialmente em qualquer um dos outros, criando, assim, uma relação de interdependência entre o domínio transversal e os domínios de especialização.

O racional das linhas de ação e das ações transformativas está expresso no quadro seguinte e conta responder aos constrangimentos e oportunidades identificadas, admitindo-se uma focagem na admissão de um conjunto de investimentos/projetos considerados como centrais no processo de transformação.

DIGITALIZAÇÃO DA ECONOMIA		
Ações Transformativas de Base Regional (T-REGIO)	Linhas de Ação Específicas	Descritivos
Alentejo Digital Innovation HUB, modelo integrado (plataforma digital regional) que potencie a inovação e novos processos em setores tradicionais (eg. Turismo), bem como em setores emergentes estruturais (eg. saúde, inovação social, aeroespacial, alta performance e otimização computacional, etc) para o desenvolvimento da região. Tecnologias digitais nas empresas, modelo integrado que visa o aumento do nível das empresas, no âmbito das três tecnologias digitais chave, com base em processos sólidos e regulares de inovação produtiva, na capacitação e/ou contratação de recursos humanos (altamente qualificados) e na elevação dos níveis estruturais (equipamentos e máquinas) em automação e digitalização das/nas empresas. Modelos de Negócio com base nas tecnologias digitais, modelo integrado que visa reforçar a competitividade - pela digitalização e automação -, dos setores tradicionais da região como o agroalimentar (eficiência no uso dos fatores de produção e na automação dos processos de colheita, de transformação e de comercialização) e os recursos minerais (automação e digitalização nos processos de extração, transformação e de comercialização).	Consolidação de um ecossistema digital regional aberto; Consolidação, pela via digital, de projetos estruturantes da região ligados à logística, à indústria extrativa, ao mar, à mobilidade e a fileiras emergentes como a aeronáutica e defesa; Incremento da literacia digital ao longo da vida.	Apoio a polos/pontos de inovação digital, incubadoras digitais, Fablabs, Makerspaces, espaços de coworking de base digital, Hubs Criativos e espaços/projetos intensivos de aprendizagem em tecnologias e artes; Apoio à inovação produtiva e reforço de competitividade, com vista à elevação dos níveis estruturais (equipamentos e máquinas) das empresas no âmbito das tecnologias digitais chave; Apoio a ações de eficiência no uso dos fatores de produção e na automação e digitalização dos processos produtivos de produção, extração, transformação e de comercialização; Apoio a novos empreendedores (jovens nativos digitais e/ou jovens talentos de outras regiões) e à contratação de recursos humanos altamente qualificados; Apoio a ações de I&ID no redesenho (antecipação) de formas de organização do trabalho e na redefinição de competências e de conteúdos formativos (formação de base, especialização e/ou requalificação).

CIRCULARIDADE DA ECONOMIA (CIRE)

O racional do presente domínio, numa perspetiva de contributo para o desenvolvimento económico e social, representa uma aposta – por oposição a um modelo linear económico baseado em combustíveis fósseis, consumo intensivo de recursos e geração significativa de resíduos - numa economia que promove ativamente o uso eficiente e a produtividade dos recursos por ela dinamizados, através de produtos, processos e modelos de negócio assentes na desmaterialização, reutilização, reciclagem e recuperação dos materiais. Desta forma, procura-se extrair valor económico e utilidade dos materiais, equipamentos e bens pelo maior tempo possível, em ciclos energizados por fontes renováveis.

O Plano de Ação da União Europeia para a Economia Circular, integrado na estratégia mais vasta “Green Deal”, alerta para que existe “apenas um planeta Terra, mas, em 2050, o mundo consumirá como se existissem três ... com base nesta constatação entende que o alargamento da economia circular aos agentes económicos em geral contribuirá de forma decisiva para que se alcance a neutralidade climática até 2050 e para dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos, garantindo igualmente a competitividade da UE a longo prazo sem deixar ninguém para trás.”

É no contexto deste plano que se define, de forma gradual, um conjunto de iniciativas relacionadas entre si por forma a estabelecer um quadro estratégico sólido e coerente, em que os produtos, serviços e modelos de negócio sustentáveis sejam a norma, através da combinação de estratégias que visam fechar, reduzir, desacelerar e regenerar os fluxos de recursos, designadamente através da transformação dos padrões de consumo no sentido da prevenção e redução de resíduos; garantia do bom funcionamento do mercado interno da UE para as matérias-primas secundárias de alta qualidade, e do desenvolvimento de um quadro de medição do bem-estar, para além do PIB, que garanta que a economia circular esteja ao serviço das pessoas, que contribua integralmente para a neutralidade carbónica e climática e que aproveite o potencial da investigação, da inovação e da digitalização.

O Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC) considera que a economia circular não constitui um objetivo em si mesmo, trata-se sim de um modelo económico reorganizado, focado na coordenação dos sistemas de produção e consumo em circuito fechado. O PAEC não estabelece, por isso, metas específicas, pois pretende contribuir para a concretização de objetivos definidos em diferentes planos e estratégias que concorrem para o mesmo fim.

No entanto, numa perspetiva de referencial nacional para 2020 e 2030 o PAEC reúne os objetivos estratégicos macro a que Portugal se encontra vinculado e que traduzem o efeito da transição para a economia circular, designadamente: a valorização do território; promoção da eficiência no uso dos recursos; e contribuição para a sustentabilidade; a aposta na produção sustentável para um consumo equilibrado no domínio alimentar; o objetivo de "Nova Vida aos resíduos"; e reforçar a regeneração de recursos, água e nutrientes.

Neste domínio, as escolhas nacionais – conforme planos de ação e agendas nacionais e regionais – passam por incentivar o “mercado circular” (fiscalidade e regulação); por medidas na área da educação (alimentação e consumos mais sustentáveis); por medidas focadas nas cadeias produtivas e no incremento da lógica “desenhar, reparar e reutilizar”; e por um reforço na investigação e inovação no design e desenvolvimento de novos produtos, processos, serviços e modelos de negócio.

Estas escolhas podem ser consideradas como respostas aos bloqueios que ainda subsistem à necessidade de transição para uma economia mais circular, como sejam: pouca sensibilização dos cidadãos para a problemática da finitude dos recursos e/ou inexistência de sistemas que compensem os cidadãos pelos seus esforços na redução da produção de resíduos; os atuais sistemas, infraestruturas, modelos de negócio e tecnologias podem bloquear a economia num modelo linear - a obsolescência programada, a falta de competitividade e de mercado das matérias-primas secundárias; a falta de conhecimentos ou capacidades das empresas para procurarem soluções no domínio da economia circular. Nesse mesmo plano, das escolhas nacionais, considera-se a necessidade de apostar numa abordagem colaborativa e sistémica multiatores, nas simbioses, em avanços significativos na reutilização contínua dos materiais estrategicamente mais importantes para o país.

Os setores como a construção, os recursos minerais, a agricultura, o agroalimentar, a floresta, o mar e o têxtil são definidos como apresentando grande potencial de circularidade o que, no contexto da região Alentejo, significa um grande desafio e oportunidade. Assim, potenciar a I&D&T em áreas que impactem diretamente na circularidade destes setores trará um potencial acrescido de eficiência, produtividade e, consequentemente, competitividade regional.

No âmbito dos **recursos e ativos** temos que contar, desde logo com o potencial de articulação e de subsequente produção de inovação aplicada que a região já desenvolveu no âmbito da criação e funcionamento do Fórum da Economia Circular do Alentejo (FECA). Este fórum foi criado em 2017 por iniciativa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e com o contributo dos promotores do Projeto Alentejo Circular, membros fundadores do Fórum e que integram atualmente o seu Conselho Estratégico. O FECA reúne as principais partes interessadas da região (autoridades regionais, empresas, instituições do sistema científico, etc.) em torno dos objetivos comuns de dinamizar e potenciar iniciativas e projetos de economia circular, bem como informar e capacitar os atores regionais e a população em geral.

Por outro lado, importa ter em conta o significativo potencial de subprodutos, atualmente encarados/classificados como resíduos, que podem tirar partido da capacidade tecnológica e da capacidade de investimento associadas ao conjunto de empresas de setores como o dos recursos minerais (metálicos e não metálicos), do agroalimentar (frutos secos, olivicultura e vitivinicultura) e dos diferentes sistemas de recolha e/ou de tratamento de resíduos (industriais, construção & demolição, bioresíduos urbanos e agrícolas) e de águas.

No âmbito dos recursos não tecnológicos temos o solo, a água, tendo presente aspetos de ordem quantitativa, mas também qualitativa, nas suas diferentes dimensões e usos que precisa de uma abordagem de circularidade muito forte, nomeadamente na agricultura, considerando o significativo incremento de culturas regadas com forte produção de produtos secundários e/ou resíduos diretos e indiretos.

Em termos de **base regional de inovação** temos que ter em conta o FECA como espaço de concertação operacional e estratégico no que diz respeito ao incremento regional da circularidade no âmbito dos setores mais robustos e com maior potencial de introdução de processos circulares em detrimento dos processos lineares.

Neste sentido, importa destacar o crescimento regional do setor agroalimentar, sem prejuízo de outras dimensões como a pecuária e a pesca, principalmente no que diz respeito ao aumento da área de olival regado (cultura tradicionalmente de sequeiro), de frutos secos e de outras culturas regadas que vieram criar forte pressão sobre as disponibilidades hídricas, especialmente no âmbito do perímetro de rega de Alqueva.

Este setor representa, do ponto de vista da base para a inovação em circularidade, uma oportunidade significativa porquanto é produtor, em termos de diversidade e de quantidade, de um conjunto de produtos secundários com potencial elevado de reutilização e valorização, designadamente a exploração do conjunto de bioprodutos que, a título de exemplo, podem resultar do bagaço de azeitona, do resultante do descasque dos frutos secos e do resultante das podas nas oliveiras.

No âmbito dos recursos minerais, considerando o impacto ambiental da sua exploração e os subprodutos resultantes da mesma, importa considerar, no setor das pedras ornamentais, a reutilização e reconversão como formas, no âmbito da economia circular, de mitigar esses efeitos ambientais negativos. Deste modo, para além do uso de novas tecnologias aplicadas na redução da produção de desperdícios, a reconversão implica a criação de propostas tecnocientíficas e de negócios para o aproveitamento dos subprodutos, bem como se consideram como especialmente importantes as propostas de novas utilizações de escomboreiras e natas em materiais de construção civil e na criação de novos produtos (e.g. papel pedra).

No setor dos recursos minerais metálicos o conceito de reconversão e reutilização implicará a revisitação dos desperdícios e dos minérios. Tomando em consideração a emergência de uma reindustrialização, a necessidade de novas matérias primas permitirá uma reavaliação dos anteriores resíduos e dos minérios para a extração de matérias primas inseridas no conceito de *Critical Raw Materials* (e.g. terras raras, gálio, índio, antimónio, bismuto) presentes nos minérios da região Alentejo.

Para além dos setores agroalimentar e dos recursos minerais, a água (com forte utilização nesses setores) em todas as suas dimensões e usos deve ser sempre pensada numa lógica circular. O processo de tendência para a escassez do recurso, associado ao incremento da procura, é a base de oportunidade para um/a território/região laboratório no uso eficiente e circular da água onde devem ser aspetos centrais a garantia de que não existe concentração de poluentes nos efluentes tratados descarregados e de que a eficiência se traduza numa redução dos volumes captados. A promoção da transição para uma economia circular do setor da água deve ter por base uma visão que não a reduz à condição de produto, mas que a considera, também, como recurso ambiental e ativo económico de elevado valor. Essa abordagem circular assenta na utilização dos recursos e subprodutos resultantes do ciclo urbano da água (pluviais e residuais tratadas), como novos produtos, com potencial de criação de novos ciclos de utilização (novas origens de água).

Nos restantes setores e/ou recursos importa ter como foco e como base para a inovação em circularidade nas empresas regionais, sejam existentes ou novas, a transição da economia linear para a circular, por via, designadamente, da recuperação de profissões identitárias e históricas (com forte componente circular e uso sustentável dos recursos), do design circular de produtos, da redução ou substituição do consumo de recursos naturais e matérias primas por matérias primas secundárias, da prevenção, redução ou eliminação de resíduos (ter em conta o aumento associado aos resíduos de construção e demolição), da eficiência energética e hídrica, do aumento da durabilidade e aptidão para a reparação e atualização dos produtos.

Neste âmbito, o conjunto de centros de investigação e de entidades de ensino superior da região são uma base estrutural sólida na produção de conhecimento e inovação aplicadas. A acrescentar as infraestruturas de valorização e transferência de tecnologia como o COTR, o CEBAL, o IPP/LCA, o MED, o INIAV e o LNEG, importa considerar a nova infraestrutura do roteiro nacional que se constitui como um centro de investigação especializado na agricultura de precisão e gestão de água e que resulta de uma parceria entre a Universidade de Évora e a Sociedade Fraunhofer, bem como o Centro de Competências InovTechAgro, atualmente presidido pelo Politécnico de Portalegre.

Na dimensão dos **utilizadores** importa considerar as empresas dos setores agroalimentar e do setor dos recursos minerais, dado o seu impacto significativo em termos ambientais na região. As soluções de transição para uma lógica circular, nestes setores, são passos no sentido da competitividade regional, em termos económicos na valorização objetiva das cadeias produtivas e na dimensão de atratividade regional para novos habitantes e/ou visitantes, numa perspetiva de competitividade na dimensão turística. Em termos gerais todas as empresas da região devem constituir-se como utilizadores avançados no âmbito deste domínio, considerando o sentido e tendência das políticas públicas nacionais e europeias, alinhadas e com uma intensidade de apoio muito focada sobre a competitividade sustentável das empresas e onde os fatores de valorização, pelos consumidores, de produtos, serviços e produções, estão cada vez mais associados à internalização de regras públicas (publicitadas) de cumprimento (até de superação) de processo amigos do ambiente. É sobre as empresas & instituições, nas componentes de gestão e uso da água (reutilização, reciclagem de nutrientes e matéria orgânica e melhoria significativa da qualidade das massas de água) e/ou na recolha e tratamento de resíduos que este domínio se centrará.

Em matéria de **linhas de ação**, considerando a transversalidade do presente domínio face aos domínios de especialização, importa admitir e/ou valorizar a entrada de projetos/investimentos que, tendo componentes associadas ao presente domínio, se enquadrem essencialmente em qualquer um dos domínios de especialização, criando, assim, uma relação de interdependência entre o domínio transversal e os domínios de especialização.

O racional das linhas de ação e das ações transformativas está expresso no quadro seguinte e conta responder aos constrangimentos e oportunidades identificadas, admitindo-se uma focagem na admissão de um conjunto de investimentos/projetos considerados como centrais no alavancar do processo de transformação regional em termos de linearidade económica para circularidade económica.

CIRCULARIDADE DA ECONOMIA		
Ações Transformativas de Base Regional (T-REGIO)	Linhas de Ação Específicas	Descritivos
Recursos Minerais Alentejo (RMA) é uma ação integrada que pretende a consolidação de uma cadeia de valor mineral, resiliente e sustentável, com base na reavaliação dos minérios em exploração ou sub-económicos, considerando os Critical Raw Materials presentes, no desenvolvimento de novas metodologias de prospeção de hidden deposits e de deep deposits, e, na valorização e reclassificação dos resíduos pré-existentes, como fonte de Critical Raw Materials Pedra Natural Alentejo (PNA) é uma ação integrada em ID&T que incrementa o investimento em automação, em “layouts Lean” e em modelos de circularidade que permitam uma disposição mais eficiente de matérias-primas, máquinas, ferramentas e de produtos finais nas instalações produtivas das empresas, e que permitam, às pedreiras, um funcionamento como stocks (explorar apenas o que o cliente precisa e com o menor risco, desperdício e impacto); Produtos, processos ou serviços com base na economia circular é uma ação que visa a alteração de produtos, processos ou serviços nas empresas com o objetivo de transição da economia linear para a circular (design circular de produtos, redução ou substituição do consumo de recursos naturais e matérias primas por matérias primas secundárias, redução ou eliminação de resíduos, e valorização dos subprodutos e da eficiência energética e hídrica)	Promover a economia circular com base no conhecimento da sociedade (empresas, instituições, profissões ancestrais/identitárias e nas pessoas) sobre os processos de circularidade e na redução progressiva de produtos, processos e/ou serviços resultantes de uma economia linear; Promover a sustentabilidade no uso dos recursos	Apoio a ações/modelos inovadores de educação/formação no âmbito de design de novos produtos, de novos processos e serviços em recursos centrais da região; Apoio a ações que visem a conceção e estruturação de novos modelos de negócios com base numa gestão sustentável dos ciclos dos recursos; Apoio a ações centradas sobre o design circular de produtos; Apoio a ações que visem a redução ou substituição do consumo de recursos naturais e/ou matérias primas primárias (valorização de subprodutos e/ou matérias primas secundárias) e a prevenção, redução ou eliminação de resíduos; Apoio a ações que visem o aumento da eficiência energética e hídrica (inclui diminuição das captações e origens alternativas), contributo para a descarbonização e sequestro de carbono; Apoio a ações focadas sobre o incremento dos processos de circularidade nos setores agroalimentar e de recursos minerais;

2.2.3. DOMÍNIOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Os domínios, com base no processo participativo de revisitação da EREI₂₀₂₀, tiveram um racional de descoberta que tinha como pressuposto a existência de relações robustas com a competitividade e a produção de inovação aplicada com vista a uma transformação significativa do modelo económico na região; com os desafios estratégicos definidos na Estratégia Regional Alentejo 2030; e com as agendas e estratégias nacionais/europeias e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A definição destes domínios, como escolhas regionais no âmbito da competitividade, produção de conhecimento e inovação aplicada, aponta a uma focagem em áreas chave da economia regional que incidem sobre os fundos estruturais do próximo período de programação. Neste sentido, acrescendo ao referencial de mérito que os domínios transversais representam, os domínios de especialização constituem-se como condição de admissibilidade a financiamento de projetos e investimentos que o pretendam fazer no âmbito dos fundos estruturais nas dimensões da competitividade, conhecimento e inovação aplicada.

Assim, considerando as características distintivas da região, o processo participativo e uma ideia estratégica prospetiva para a economia regional, entendeu-se considerar como domínios de especialização: a **Bioeconomia Sustentável**, centrada nos recursos/ativos regionais, que permitem uma valorização dos mesmos com base em novos bioprodutos e/ou novos usos para esses recursos; a **Energia Sustentável**, tendo por base um paradigma associado às energias renováveis e à liderança na produção de gases renováveis; a **Mobilidade e Logística**, tendo por base um paradigma associado à transformação tecnológica da região em setores em que pode ser líder de inovação; os **Serviços de Turismo e Hospitalidade**, considerando as amenidades e recursos regionais que permitem uma afirmação/consolidação diferenciada da região como destino de futuro; os **Ecossistemas Culturais e Criativos**, tendo por base uma ideia de inovação cruzada, de reforço de identidade, que permita a competitividade da região para a atração de novos residentes e para a conceção de novos produtos e serviços, que impactem sobre a circularidade da economia; e a **Inovação Social e Cidadania**, tendo como centro a ideia de um território - laboratório para a conceção inovadora, aplicação e prototipagem de propostas de instrumentos de política pública de promoção da cidadania plena.

BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL (BIOS)

A bioeconomia abrange e articula: os ecossistemas terrestres e marinhos e os serviços que eles podem proporcionar; todos os setores da produção primária que utilizam e produzem recursos biológicos (agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura); e todos os setores económicos e industriais que utilizam recursos e processos biológicos para produzir alimentos para consumo humano e animal, produtos de base biológica, energia e serviços.

Neste contexto, o presente domínio, encontra uma base de suporte na comunicação da Comissão Europeia, de outubro de 2018, ao parlamento onde se sublinha que *“os recursos do mundo em que vivemos são limitados. Desafios mundiais como as alterações climáticas e a degradação dos solos e dos ecossistemas, associados ao crescimento da população, obrigam-nos a procurar novas formas de produzir e consumir que respeitem os limites ecológicos do planeta ... Para fazer face a estes desafios, temos de inovar e melhorar a forma como produzimos e consumimos alimentos, produtos e materiais mantendo o bom estado dos ecossistemas, através de uma bioeconomia sustentável.”*

A revisitação da Estratégia Europeia para a Bioeconomia 2012 (2018) concluiu que os **cinco objetivos** iniciais continuam válidos, a saber: garantia da segurança alimentar e nutricional; gerir os recursos naturais de forma sustentável; reduzir a dependência de recursos não renováveis e não sustentáveis, tanto obtidos na UE como importados; atenuação e adaptação às alterações climáticas; e reforço da competitividade europeia e criação de postos de trabalho.

Em Portugal, quando está para breve a apresentação da estratégia nacional para a bioeconomia sustentável, importa assinalar o papel determinante que a **digitalização** pode ter em todas as cadeias de valor associadas à bioeconomia sustentável, o setor **florestal** e o **sistema alimentar**, sendo que estes dois últimos assumem um papel preponderante num incremento da sustentabilidade dos sistemas de produção primária e em termos de fornecimento de produtos de base biológica – biomateriais e/ou bioprodutos - mais eficientes e mais hipocarbónicos.

Ainda em termos estratégicos nacionais, com relevância regional, a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 introduz a bioeconomia azul “como um dos mais promissores setores emergentes da economia azul” onde inclui novas aplicações para os biorrecursos marinhos que passam pelos mercados farmacêutico e médico, veterinário, nutracêutico, da alimentação funcional e desportiva, da alta cozinha, do bem-estar, da moda, dos biocombustíveis e da engenharia natural. Considera ainda que elevar o potencial biotecnológico dos recursos marinhos obriga a aprofundar a cooperação entre a academia e a indústria, garantindo a sustentabilidade dos recursos, incluindo a cooperação internacional e a criação de Hub Digital Azul como forma de concentração e partilha de dados a partir da qual é possível desenvolver infraestrutura de I&DT nacional capaz de reforçar o potencial de liderança nacional e de crescimento deste setor a nível internacional. Finalmente, aposta na garantia da sustentabilidade e segurança alimentar, no combate às alterações climáticas e à poluição dos ecossistemas, e, no incrementar da educação, formação, cultura e literacia do Oceano.

Em termos regionais, e no que diz respeito a **recursos e ativos** de natureza tecnológica, importa referenciar a forte capacidade instalada nos Institutos Politécnicos da Região (Santarém, Portalegre e Beja), no âmbito da produção de conhecimento e de inovação aplicada no setor primário e de transformação agroalimentar. Ao recurso/ativo Institutos Politécnicos podemos adicionar a significativa capacidade instalada na Universidade de Évora que, no âmbito do MED, do ICT e do MARE-UE, congrega um conjunto muito alargado de atores regionais, nacionais e internacionais.

No resultante desta capacidade instalada nas instituições de investigação e inovação, fortemente ligada aos recursos não tecnológicos da região, encontramos, um conjunto de infraestruturas de valorização e transferência de tecnologia como são: os centros regionais do INIAV (Estação de melhoramento de Plantas em Elvas e Estação Zootécnica Nacional em Santarém); o centro regional do ISQ em Sines; o VALORIZA em Portalegre, o CEBAL e o COTR, ambos em Beja; o CIEMAR e o CoastNet, ambos em Sines.

A estas infraestruturas, que foram objeto, no âmbito do atual quadro financeiro plurianual, de um apoio considerado na segunda fase de investimentos do SRTT, importa acrescentar novos investimentos em infraestruturas de valorização e transferência de tecnologia como são: o Centro Tecnológico Agroalimentar do Alentejo, em Serpa; o Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia de Elvas; o Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia (Estação Biológica de Mértola - Biodiversidade, Agroecologia & Cinegética) em Mértola; o S-Mar, projeto de especialização como Incubadora Tecnológica de Base Marítima em Sines e de responsabilidade do Sines Tecnopolo; e os Laboratórios Colaborativos BIOREF (Portalegre), FeedInov (Santarém) e InnovPlantProtect (Elvas).

No âmbito dos recursos e ativos não tecnológicos a região é portadora de um leque variado e, quantitativamente, muito relevante de recursos e ativos. Desde logo todo o potencial associado aos recursos naturais solo/sol/água/biodiversidade e tudo o que isso representa em termos do setor produtivo onde se destacam setores tradicionais como os produtos da floresta mediterrânica, o olival, a vinha, a pecuária e a pesca. Por outro lado, no mesmo âmbito do setor primário importa ter em conta o potencial de recursos associados a novas culturas como os frutos secos, os pequenos frutos e a produção de cânabis. Ainda no âmbito dos recursos não tecnológicos importa realçar a água e muito concretamente o recurso mar tendo em conta todo o seu potencial em termos de bioprodutos.

Em termos de **base regional de inovação** o cluster de empresas em torno do agroalimentar constituem-se como um dos mais fortes atores para o investimento em inovação aplicada na região. Este facto encontra respaldo no quadro de implementação da EREI₂₀₂₀ onde se sublinha o domínio “Alimentação e Floresta” como aquele que apresentou mais projetos e mais investimento elegível, e, no quadro de transformação da região porquanto, na última década, se realça a subida do setor Agricultura/Pescas enquanto setor com forte contributo para o VAB e para o emprego regionais.

Se considerarmos que, sendo o Alentejo uma das regiões com mais baixo valor de investimento em I&D, foi o setor empresarial regional quem, na última década, mais investiu nesta dimensão, então, por maioria de razões, importa robustecer ainda mais o setor empresarial e incrementar de forma significativa a relação entre as empresas e as instituições de I&I no sentido de, em torno do SRTT, cimentar um ecossistema de inovação, valorização e transferência de tecnologia a nível regional.

As grandes empresas regionais do setor, como a AMORIM, a DELTA, a EDIA, a ESPORÃO, a SOVENA, entre outras, devem constituir-se como os motores do investimento em I&D e como oportunidade para as médias e pequenas empresas regionais no sentido de que a região garanta a liderança competitiva no mercado global dos bioprodutos (alimentares e não alimentares) e na transformação industrial para uma lógica mais bio-based.

No que concerne aos **utilizadores**, considerando as persistentes lacunas ao nível da fraca integração de recursos humanos altamente qualificados/especializados no tecido empresarial, e, no completar das cadeias produtivas (principalmente nas componentes de transformação e inovação), importa que o foco central deste domínio sejam as pequenas e muito pequenas empresas em termos de capacitação em termos de recursos humanos e de inovação aplicada, bem como num forte investimento no envolvimento de todas as partes interessadas, na articulação de atores a nível vertical e horizontal e na articulação entre o I&I e o I&DT, promovendo a “chegada de soluções” ao setor produtivo.

Neste sentido, a identificação e mobilização de utilizadores avançados (empresas líderes e mediadores tecnológicos) é a base para um território que se pretende como altamente atrativo não só pelos seus ativos naturais, mas aliando conhecimento, desenvolvimento tecnológico e ofertas inovadoras.

No âmbito das **linhas de ação** específicas do presente domínio, importa, desde logo, assumir que o posicionamento regional passa por uma **abordagem pelo conceito de ecossistema** em detrimento de uma abordagem por fileira, considerando a transversalidade de alguns elementos como: o valor dos recursos solo/água/biodiversidade; o reforço da circularidade das matérias primas secundárias no caminho para um “resíduo zero”; as componentes de segurança alimentar (circuitos curtos alimentares, com base na confiança na proximidade e na rastreabilidade); e o impacto das operações de produção nos sistemas.

Assim, a abordagem por ecossistema, admite todas as fileiras (consolidadas e emergentes) do setor primário e admite uma verticalidade de intervenção que tenha por base os recursos naturais. Tem uma perspetiva de *aumento do valor acrescentado associado à bioeconomia e aos recursos naturais da região*, numa perspetiva de *aumento da participação ativa das entidades regionais de I&I e de I&DT em consórcios competitivos em matéria de bioeconomia* e numa perspetiva de *aumento do número de indústrias bio-based, em articulação com os ecossistemas de empreendedorismo regional* que, com um racional de focagem num conjunto de linhas de ação e de ações transformativas (expressas no quadro infra), sejam capazes de produzir mudança estrutural na região.

BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL		
Ações Transformativas de Base Regional (<i>T-REGIO</i>)	Linhas de Ação Específicas	Descritivos
Fileiras Produtivas Completas é uma ação que visa a promoção de investimentos inovadores que apliquem os princípios da Agricultura 4.0 e/ou da Economia Circular e que contribuam para elevar a cadeia de valor do setor primário, nos sistemas culturais de sequeiro e regadio, com base na rentabilização dos fatores de produção, no incremento de indústrias transformadoras e na valorização dos fluxos de resíduos como matérias-primas para novas indústrias e/ou bioindústrias. Hub da Economia Azul é uma ação que procura o reforço das cadeias de valor relacionadas com os ecossistemas marinhos e dulciaquícolas, bem como com a gestão sustentável dos respetivos recursos hídricos e biológicos, tendo por base a gestão sustentável dos recursos haliêuticos e da aquacultura, a recuperação de habitats, a capacitação e a transferência de conhecimento científico para a valorização do capital natural dos recursos aquáticos. Hub da Floresta Mediterrânea Multifuncional é uma ação que pretende mobilizar ID&T no sentido de: valorizar economicamente estes ecossistemas considerando os serviços que prestam na mitigação aos efeitos das alterações climáticas; regenerar e/ou inverter processo de degradação associados à escassez e/ou a más práticas de uso dos recursos/ativos; e construir processos de valorização das cadeias de valor associadas a um ecossistema mais sustentável. Hub dos Subprodutos Agrícolas e Pecuários é uma ação que mobilizar I&DT no sentido de valorizar estes subprodutos integrando uma cadeia de soluções de simbiose industrial capazes de gerar novos produtos e/ou novas matérias primas (secundárias) para a bioindústria.	Incrementar a capacidade regional em indústrias bio-based com foco na capacitação para a Bioeconomia; Elevar a cadeia de valor e a sustentabilidade do setor primário (fileiras vegetal e animal), nos sistemas culturais de sequeiro e regadio; Gestão e valorização do Ecossistema da Floresta Mediterrânea	Apoio ao investimento em I&D, por parte das empresas, que promova a integração de recursos humanos altamente qualificados e de conhecimento com retorno económico; Apoio a ações de inovação produtiva que visem a rentabilização dos fatores de produção; Apoio a ações de I&DT que mapeiem e sistematizem as melhores práticas com base nos processos de agricultura familiar (de proximidade) e nas oportunidades geradas pela construção de bacias alimentares de proximidade (circuitos curtos de comercialização, Km0, etc...); Apoio a ações que, privilegiando a relação entre atores territoriais improváveis, acrescentem competências dentro de cada ecossistema e/ou ações de incubação e/ou definição de medidas/propostas (disruptivas) que potenciem transferência de conhecimento & tecnologia, para além de assegurarem a representatividade e sustentabilidade da biodiversidade presente nas áreas naturais classificadas;

Estas áreas, numa lógica complementar, comportam a possibilidade de entradas onde o investimento em I&D deve centrar-se na compreensão detalhada das alterações climáticas em curso e na subsequente previsão detalhada dos seus impactos na produção primária do Alentejo - a curto e médio prazo -, no sentido da adaptação e proteção relativa aos impactos atuais e futuros das alterações climáticas (novos impactos bióticos e abióticos).

Permite ainda investir numa lógica de monitorização (georreferenciação), análise e gestão integrada, *em tempo real*, dos recursos geológicos e biológicos (terrestres, aquáticos e marinhos) da região, no sentido de determinar usos compatíveis, no sentido de determinar a rentabilidade do acesso/exploração dos recursos para novos usos e/ou produção energética. E permite, sobretudo, investir em modelos e soluções inovadoras para a valorização dos materiais secundários e/ou “resíduos”, do setor primário bem como da exploração/transformação dos recursos minerais.

ENERGIA SUSTENTÁVEL (ES)

O domínio de especialização **energia sustentável** abrange produção (crescentemente com origem em fontes renováveis) e utilização (racional e eficiente) e compreende as múltiplas frentes da descarbonização da economia, em conformidade com os objetivos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, vertidos no projeto de Plano Nacional Energia e Clima apresentado por Portugal à Comissão Europeia.

No âmbito do Regulamento (UE) 2018/842, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativo às reduções anuais obrigatórias das emissões de GEE pelos Estados-Membros entre 2021 e 2030 como contributo para a ação climática a fim de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris (conhecido como Regulamento Partilha de Esforços), foi estabelecida uma meta da União que estipula uma redução de 30 % das suas emissões de GEE até 2030 (referencia a 2005). Nesse seguimento foram também estipulados os contributos nacionais para a referida meta da União, cabendo a Portugal limitar as suas emissões de GEE até 2030 em pelo menos 17% (referencia a 2005).

A ambição e a determinação de Portugal para estar na vanguarda da transição energética materializa-se em metas ambiciosas, mas exequíveis, para 2030, pelo que o contributo para a meta vinculativa da União de atingir pelo menos 32% de energia renovável em 2030 em termos da quota de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia é um dos mais ambiciosos a nível europeu. Em particular, foram definidos os principais drivers para alcançar uma quota de 47% de renováveis no consumo final de energia em 2030, com enfoque na eletrificação da economia e dos consumos, na evolução da capacidade instalada e na produção de eletricidade de base renovável, na forte penetração do veículo elétrico, na introdução de gases renováveis, nas tecnologias de alta eficiência nos vários setores, e, na investigação e inovação/maturação de tecnologias alternativas para redução de custos.

A região, em linha com a estratégia de descarbonização (Nacional e da União), e, com base nos seus ativos, apresenta pontos centrais, onde investir, designadamente nos consumos e nas produções (fontes renováveis) associadas à **energia elétrica e calor de processo industriais, e a novos vetores energéticos**.

Em termos de **recursos e ativos** regionais tecnológicos destacam-se, desde logo, o National Research Infrastructure Solar Energy Concentration (INIESC) coordenado pela Universidade de Évora, que é parte integrante do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, o VALORIZA e a Academia para o Hidrogénio (A4H2) do Politécnico de Portalegre. A estas infraestruturas acrescenta o trabalho permanente, a nível regional, do INIAV ao nível do potencial das bioenergias provenientes das produções vegetais e pecuária, bem como do LNEG e do Cluster dos Recursos Minerais ao nível do potencial dos recursos minerais regionais, designadamente nos *Critical Raw Materials* listados pela Comissão Europeia.

No âmbito dos recursos e ativos regionais não tecnológicos importa referir: o sol considerando a forte irradiação solar e o que isso representa em termos de produção energética sustentável; a água, nas suas diferentes dimensões, que podem ir desde a capacidade de produção e armazenamento energético, passando pela complementaridade na produção de hidrogénio por eletrólise até à produção energética eólica offshore; as matérias primas secundárias (orgânicas) do setor agroalimentar associadas à produção de gases renováveis (hidrogénio e biometano); e os recursos minerais regionais numa dimensão transversal à energia e mobilidade sustentáveis porquanto o setor da extração e/ou da transformação dos recursos minerais metálicos e não metálicos asseguram, no âmbito do presente domínio, um conjunto de recursos minerais estratégicos indispensáveis para a reindustrialização da região e do país e transição energética.

Ainda nesta dimensão, a região tem os recursos e tem o conhecimento que lhe permitem ser um polo relevante no contexto nacional e europeu na área dos combustíveis gasosos renováveis até porque, complementarmente, a região é atravessada por linha de distribuição de gás natural que pode ser utilizada diretamente para transportar os gases renováveis aqui produzidos, sem requerer qualquer investimento adicional significativo.

Na **base regional de inovação** está, na dimensão dos gases renováveis, o setor agrosilvopastoril e agroindustrial da região como fonte muito significativa em materiais secundários e/ou fluxos de resíduos adequados à produção de gases renováveis, bem como a capacidade industrial associada ao parque industrial de Sines. Por outro lado, as características da indústria extrativa em torno dos recursos minerais regionais e a indústria pesada que ocorre no perímetro industrial de Sines são importantes por força da sua dimensão empresarial (capacidade de investimento em I&DT) e das suas necessidades energéticas, condicionadas à crescente necessidade de cumprimento de metas de descarbonização, com base na utilização de combustíveis alternativos.

Finalmente, em termos de energia elétrica, considerando o elevado índice de irradiação solar e o potencial produtivo/armazenamento das diferentes albufeiras da região (Alqueva como principal), a região tem vindo a tornar-se atrativa para a instalação de um conjunto significativo de empresas com potencial para se constituírem como uma base muito significativa no futuro da tecnologia associada à energia solar.

Os **utilizadores** são, grosso modo, as empresas, com um foco relevante nas empresas com forte capacidade de investimento em I&DT considerando a necessidade de encontrar empresas líder na implementação de tecnologia disruptiva que tenha potencial de disseminação. Esta focagem concorre para aumentar os níveis de atratividade da região para recursos humanos altamente qualificados e para a atração de investimento em tecnologias críticas, mantendo assim a evolução positiva que a região tem conhecido na última década, nesta dimensão.

Por outro lado, o foco também são as pessoas, como utilizadores finais, no sentido da melhoria da qualidade de vida na região (energia mais acessível economicamente, ...) e subsequente aumento da atratividade da região para novos moradores.

No âmbito das **linhas de ação específicas** importa, desde logo, assumir que o posicionamento regional passa, no âmbito deste domínio de especialização, por incrementar os níveis de eficiência energética e pela descarbonização inteligente da indústria e produção regionais. Este posicionamento permite um racional de focagem, conforme quadro infra, na admissão de um conjunto de investimentos/projetos e de ações transformativas que procuram objetivar o desígnio do presente domínio.

ENERGIA SUSTENTÁVEL		
Ações Transformativas de Base Regional (<i>T-REGIO</i>)	Linhas de Ação Específicas	Descritivos
Gases renováveis é uma ação que pretende a implementação de um sistema de produção de gases renováveis, utilizando a bio(refinaria) e o método power-to-gas (com base na eletricidade renovável excedente), como oportunidade de armazenar energia, como forma de substituir gases não renováveis e como forma de contribuir para a descarbonização nos transportes de médio/longo curso. Energias renováveis é uma ação que visa a exploração do potencial de energias renováveis com especial enfoque nas tecnologias solar e eólica onshore/offshore e no domínio do solar térmico de concentração e do armazenamento térmico a alta temperatura, com base nas suas valências para a produção de eletricidade, hidrogénio e combustíveis solares ou calor de processo industrial; Eficiência energética das cadeias produtivas, é uma ação que visa criar um forte impulso à descarbonização e/ou a modelos experimentais de remunerar serviços dos ecossistemas na retenção de carbono e/ou modelos de negócio assentes em produtos e serviços de baixo carbono.	Incrementar a eficiência energética das cadeias produtivas; Promoção das energias renováveis (produção, armazenamento e consumo).	Apoiar ações de I&DT com vista a um impulso à descarbonização nos diferentes setores económicos da região; Apoiar ações e/ou modelos experimentais de remunerar serviços dos ecossistemas na retenção de carbono e/ou modelos de negócio assentes em produtos e serviços de baixo carbono; Apoiar ações e/ou projetos de reforço da capacidade de produção energética distribuída (e autoconsumo) a partir de mix de fontes renováveis (e de recursos endógenos), bem como a exploração do potencial de energias renováveis; Apoiar ações de I&DT no sentido da produção de combustíveis gasosos e no seu potencial de armazenamento de energia elétrica com base no hidrogénio eletrolítico;

MOBILIDADE E LOGÍSTICA (M&L)

O domínio de especialização **da mobilidade e logística** compreende, numa primeira linha, uma focagem na capacidade industrial da região ligada à aeronáutica e ao potencial associado ao transporte marítimo, mas, tal como o domínio da Energia Sustentável e considerando a necessária transição energética ligada aos transportes “pesados”, compreende também as múltiplas frentes da descarbonização da economia, em conformidade com os objetivos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, vertidos no projeto de Plano Nacional Energia e Clima apresentado por Portugal à Comissão Europeia. Neste âmbito, importa voltar a destacar que Portugal assumiu limitar as suas emissões de GEE até 2030 em pelo menos 17% (referencia a 2005) e que essa limitação também passa pela forte penetração do veículo elétrico e pelo reforço de outras soluções de mobilidade sustentável.

A região, no âmbito deste domínio, em linha com as estratégias multinível de descarbonização, apresenta pontos centrais, onde investir, designadamente: em I&DT de suporte à transição para combustíveis com base em fontes renováveis nos casos da aeronáutica & defesa e dos transportes marítimos; e no sentido de responder com mobilidade suave e sustentável às características geográficas/demográficas do território.

Na dimensão do acesso das pessoas dentro da própria região, importa, acompanhar algumas das ideias incluídas na Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa 2020-2030 e na Estratégia Nacional para a Descarbonização onde podemos encontrar propostas de investimento com enfoque no reforço do transporte público promovendo a complementaridade e articulação modal - considerando, na mesma linha, projetos de transporte a pedido e/ou partilhados - e uma aposta nas amenidades urbanas para uma mobilidade suave assente na mobilidade elétrica e em incentivos a “andar a pé” e “andar de bicicleta” nas deslocações quotidianas e de lazer (curtas distâncias).

Em conclusão, a mobilidade é transversal a todas as áreas da estratégia regional, sendo que no que ao que importa no âmbito desta dimensão, o investimento numa mobilidade eficaz do ponto de vista de acessibilidades (garantindo o acesso a serviços e saúde), de segurança e de sustentabilidade, permite garantir uma política de eficiência energética e de equidade na gestão territorial.

Na dimensão da industrialização importa, sobretudo, ter em conta a relevância regional do Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa em termos de capacidade industrial empresarial instalada e as infraestruturas tecnológicas e não tecnológicas que estão ligadas a este cluster, como sejam: o PACT, o Aeroporto de Beja e os Aeródromos de Ponte de Sor e de Évora. Ainda nesta dimensão importa identificar toda a infraestrutura do Porto de Sines e subsequente ligação ferroviária à Europa como uma das principais oportunidades de inovação e industrialização em modelos/processos de mobilidade globais.

Neste sentido, em termos de **recursos e ativos** regionais tecnológicos destaca-se o núcleo empresarial ligado ao Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa como a Embraer, a Tekever, a Hi Fly e a Mecachrome, às quais acrescentamos a MESA e o CEIIA, recentemente instalado no PACT em Évora. A este Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa importa adicionar a APS que se constitui como uma forte plataforma para o investimento em I&DT ligado às infraestruturas portuárias e interface marítimo/terrestre.

No que diz respeito aos recursos e ativos regionais não tecnológicos, importa ter em conta o modelo regional demográfico que apresenta desafios significativos ao nível da densidade, da estrutura etária e da necessidade de estruturar a oferta de serviços de interesse geral acessíveis a toda a região. Ainda nesta dimensão importa referir a geolocalização da região no contexto nacional (interface rododiferroviário Lisboa/Algarve), no contexto Ibérico (triângulo metropolitano Lisboa, Madrid e Sevilha), e, no contexto Europeu onde Porto de Sines e a sua ligação ferroviária representam uma nova centralidade atlântica da região e na sua posição no cruzamento das principais rotas marítimas internacionais. Este posicionamento e esta infraestrutura permitem potenciar um aumento da captação de investimentos internacionais e de rotas marítimas.

Finalmente, ainda nesta dimensão, importa considerar as amenidades regionais de baixa densidade demográfica como um dos fatores competitivos para a experimentação tecnológica em mobilidade e as infraestruturas como o Aeroporto de Beja e os Aeródromos de Ponte de Sor e de Évora como espaços para dinâmicas de I&DT associadas à aeronáutica e defesa.

Na **base regional de inovação** está o núcleo empresarial associado à aeronáutica e defesa onde pontificam as empresas identificadas supra e as empresas regionais associadas ao transporte de passageiros, bem como o renovado papel das Comunidades Intermunicipais no que concerne ao transporte de passageiros na região.

Os **utilizadores** são, grosso modo, as empresas, com um foco relevante nas empresas com forte capacidade de investimento em I&DT considerando a necessidade de encontrar empresas líder na implementação de tecnologia disruptiva que tenha potencial de disseminação. Esta focagem concorre para aumentar os níveis de atratividade da região para recursos humanos altamente qualificados e para a atração de investimento em tecnologias críticas, mantendo assim a evolução positiva que a região tem conhecido na última década, nesta dimensão. Por outro lado, o foco também são as pessoas, como utilizadores finais, no sentido da melhoria da qualidade de vida na região (mobilidade no acesso aos serviços de interesse geral, energia mais acessível economicamente, ...) e subsequente aumento da atratividade da região para novos moradores.

No âmbito das **linhas de ação específicas** importa, desde logo, assumir que o posicionamento regional passa, no âmbito deste domínio de especialização, por incrementar os níveis de I&DT nos processos industriais ligados à mobilidade e logística e contribuir para níveis superiores de mobilidade sustentável na região. Este posicionamento permite um racional de focagem, conforme quadro infra, na admissão de um conjunto de investimentos/projetos e de ações transformativas que procuram objetivar o desígnio do presente domínio.

MOBILIDADE E LOGÍSTICA		
Ações Transformativas de Base Regional (<i>T-REGIO</i>)	Linhas de Ação Específicas	Descritivos
Transportes Marítimos é uma ação que visa incrementar o retorno regional na mobilidade marítima admitindo investimentos de inovação produtiva focadas na transição digital e energética do porto, na continuada promoção de zonas logísticas com interligação portuária e no Transporte Marítimo de Curta Distância (TMCD) com o objetivo da transferência modal da rodovia para a via marítima. Tecnologias espaciais e indústria é uma ação que visa a criação de um programa aeronáutico completo e de condições para implementar “zonas livres tecnológicas no Alentejo”. Tecnologias de observação da Terra é uma ação que visa conjugar um conjunto de operações de transformação de sistemas produtivos da Região e de ocupação do solo baseadas na aplicação de tecnologias de observação da Terra com desenvolvimento de novos modelos produtivos adaptados á emergência climática.	Promoção da mobilidade sustentável a nível regional; Incrementar e adensar as cadeias de valor associadas aos <i>Transportes Marítimos</i> e à Aeronáutica, Espaço e Defesa.	Apoiar I&DT e operabilidades que estimulem ações de concentração, monitorização e tratamento de dados regionais dos movimentos pendulares no sentido de implementar uma mobilidade local/intermunicipal/regional suave (sustentável) que tenha por base e ideia de Mobilidade como Serviço (MaaS); Apoiar ações de inovação produtiva focada na aeronáutica, designadamente no seu potencial efeito spillover e no desenho e produção de componentes de elevada complexidade; Apoiar ações de I&DT que visem a transição energética na mobilidade marítima e aérea; Apoiar ações de forte componente inovadora que promovam o teste, experimentação e demonstração de novas tecnologias, produtos, serviços e modelos de negócio que respondam aos desafios sociais de futuro.

SERVIÇOS DE TURISMO E HOSPITALIDADE (ST&H)

A Estratégia para o Turismo em Portugal – a Estratégia Turismo 2027 (ET2027) - consubstancia uma visão de longo prazo, que se compagina com ações concretas no curto prazo, permitindo, deste modo, atuar com maior sentido estratégico no presente e, simultaneamente, enquadrar o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027. Está focada nas pessoas e quer afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo. Está focada em dez ativos estratégicos do turismo nacional: pessoas; clima e luz; história e cultura; mar; natureza; água; gastronomia e vinhos; eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios; bem-estar; living – viver em Portugal.

O turismo é um sector de reconhecida importância para a economia nacional – sendo uma das principais atividades exportadoras do país, e sendo assinalável o seu potencial, enquanto gerador de riqueza e de emprego, de desenvolvimento e de bem-estar social.

Alguns indicadores relativos aos últimos 10 anos revelam que esta atividade tem registado um crescimento notável nas várias componentes da oferta – capacidade de alojamento, segmentos novos de oferta de alojamento, diversificação e intensificação das atividades de animação turística, qualificação dos recursos turísticos e infraestruturas de suporte – bem como da procura (nº de dormidas e diversificação em mercados emissores não tradicionais, duplicação do fluxo de passageiros internacionais).

Mantêm-se alguns dos problemas estruturais, como elevadas taxas de sazonalidade, baixa qualificação da população empregada no turismo (ensino básico) e baixa remuneração média anual dos trabalhadores da hotelaria e restauração.

Não obstante a persistência de assimetrias regionais, é assinalável a vitalidade e o crescimento do sector do turismo, nas regiões tradicionalmente não turísticas, através da introdução de novas ofertas turísticas com base diferenciadora e identitária, de cocriação de produtos, serviços e experiências na interface entre residentes e turistas, ainda que estas regiões precisem de continuar a crescer.

Questões como os riscos de excessiva especialização do país ou de algumas das suas regiões, num sector que tem beneficiado de conjunturas internacionais particulares, os problemas de um pós turismo, os riscos de perda de identidade nos destinos, de um agravamento das assimetrias do território, os processos de gentrificação dos bairros nos centros históricos, os dilemas associados à pegada ecológica dos turistas e das empresas turísticas, são alguns dos problemas típicos do sector e que ainda persistem em Portugal, bem como noutros países, e cujo não agravamento importa assegurar.

A par das questões de risco subsiste, no sentido de que os territórios possam assegurar respostas competitivas, um conjunto de particularidades e/ou complexidades no turismo que importa identificar, salientando-se as seguintes: a crescente mobilidade das pessoas; o aumento dos rendimentos em muitas zonas do mundo; a alteração do padrão de gostos e necessidades que estão associadas as alterações demográficas, ao envelhecimento, ao incremento de unidades familiares monoparentais, ao maior nível de formação das pessoas, à crescente consciencialização das questões relativas à saúde e à sustentabilidade ambiental (dos destinos), e, o aparecimento de novos estilos de vida.

Respostas aos riscos apontados emergem da oportunidade de ligação do turismo com as comunidades residentes. Sendo um tema complexo, que requer muita atenção e sensibilidade, é para onde devem ser orientadas as prioridades futuras. A valorização dos recursos endógenos – ligados ao modo de vida local (identidade) – pode contribuir diretamente para valorizar a cadeia de valor associada ao turismo e para a sua sustentabilidade.

A Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, na linha da definição da estratégia nacional para o setor, encontra-se em processo de elaboração da Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo para o período 2021-2027. O documento assenta em duas componentes regionais de tendências onde o ritmo de crescimento médio é superior ao da média nacional (2012-2018) em número de hóspedes, dormidas, estada média e de taxa de ocupação, numa relevância relativa dos mercados de longa distância (Brasil, EUA, China e Canadá) e do mercado espanhol, e, numa perceção regional onde o Alentejo Litoral é a NUTSIII com maior estada média e maior grau de sazonalidade e onde a NUTSIII Alentejo Central é a que apresenta o maior peso da procura internacional, maior taxa de ocupação e proveitos por cama.

A região, no âmbito do turismo e hospitalidade, também por força de um trabalho estratégico de longo alcance, tem revelado dinamismo económico, com atração de investimento e de segmentos de procura com capacidade aquisitiva. Importa, considerar que no contexto atual, de crise que afeta significativamente os fluxos de deslocação das pessoas, as atividades de alojamento, restauração, lazer, e serviços complementares vão ser confrontadas com necessidade de incorporação intensa de conhecimento associadas a uma agenda de certificação do destino que abrange também a certificação da segurança sanitária.

Em termos de **recursos e ativos** tecnológicos a região, tal como no domínio transversal “digitalização da economia”, é relativamente deficitária ainda que se possa identificar o conjunto de atores regionais que, numa perspetiva de “capital institucional”, possa significar as bases para novos recursos e ativos tecnológicos da região, designadamente o Observatório de Turismo Sustentável no Alentejo (Alentejo Sustainable Tourism Observatory - ASTO) que reúne, para além da ERTA, o Instituto Politécnico de Portalegre, o Instituto Politécnico de Santarém e, da Universidade de Évora, o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) que se constitui como um laboratório de investigação nas áreas da História e das Ciências Sociais, bem como o VALORIZA, do Politécnico de Portalegre, na sua linha de investigação específica relacionada com a valorização de territórios transfronteiriços de baixa densidade.

Ainda no âmbito dos recursos e ativos tecnológicos, considerando as novas infraestruturas tecnológicas, é de admitir que o Centro de Inteligência Competitiva e o Laboratório Computacional de Alto Desempenho para *Big Data* e aprendizagem automática (BIGData@UE) sejam recursos futuros para promover um repositório de dados que permita aos agentes o acesso a informação consolidada de turismo e de contexto para a definição de estratégias de mercado e/ou reação preditiva a eventos.

Nos recursos e ativos não tecnológicos encontramos, de forma significativa, os associados ao património natural (amenidades paisagísticas e biodiversidade) e ao património cultural material (os castelos/fortes, os centros urbanos históricos, o património geológico e mineiro, os espaços arqueológicos e religiosos) e imaterial (o cante, as artes e ofícios tradicionais e as histórias/vivências das pessoas).

Ainda, em termos de recursos e ativos não tecnológicos, consideram-se o céu (potencial de Dark Sky), todas as dimensões da água (os rios/ribeiros, as albufeiras e o mar), a produção agroalimentar identitária da região (os vinhos, o azeite e a gastronomia) e os recursos minerais no que significam como espaço de fruição (escombreyras, minas desativadas, locais de extração de rochas ornamentais) e considerando que são matérias de construção com forte identidade territorial (rochas ornamentais).

No que diz respeito à **base regional de inovação** o espectro significativo de muito pequenas empresas (alojamento, animação e restauração) da região pode, apesar dessa dimensão, ser a base para inovação considerando que são dinamizadas, maioritariamente, por empresários jovens e com formação e que operam direcionados para nichos de procura sofisticada, o que obriga à inovação para uma presença no mercado e para proporcionar experiências cada vez mais diferenciadas.

Por outro lado, é de referir o incremento de investimentos de grupos hoteleiros de dimensão nacional que suportam um investimento mais robusto em inovação e o capital institucional, muito dinâmico, e que se vem constituindo como o motor da região nos processos de inovação para uma ajustada chegada ao mercado. Este capital institucional é composto por entidades coletivas públicas como a ERTA e coletivas privadas como a ARPTA, a Heranças do Alentejo e a Rota Vicentina.

No quadro de **utilizadores** regionais, no âmbito do presente domínio, encontramos as empresas do setor, sejam elas de pequena ou grande dimensão. Por outro lado, importa também considerar como utilizadores as empresas e outras entidades de setores com forte ligação ao turismo como na área do agroalimentar e na área do património.

No quadro dos utilizadores avançados identificam-se todas as entidades que compõem o capital institucional da região, diretamente ligadas ao setor e/ou relacionadas de forma relevante, como as entidades ligadas ao património (associações culturais, museus, igreja e municípios).

No domínio das **linhas de ação**, específicas do presente domínio, importa ter em conta que o turismo só pode ser desenvolvido com sucesso no Alentejo, de forma sustentável, como uma atividade específica, genuína, identitária e diferenciada, com condições próprias de atratividade e com um potencial suficiente de diversificação e resiliência capaz de permitir a difusão alargada dos seus efeitos positivos junto das populações residentes e de mitigar e controlar os seus efeitos negativos, nomeadamente os que se referem à pressão sobre os recursos, os serviços de interesse geral e o nível e estrutura dos preços.

Neste sentido, as linhas de ação e as ações transformativas, devem ter em conta as orientações estratégicas do setor tendo por princípio as componentes de competitividade, inovação e produção de conhecimento, admitindo-se uma focagem na admissão de um conjunto de investimentos/projetos que sejam capazes de produzir os pretendidos efeitos transformadores.

SERVIÇOS DE TURISMO E HOSPITALIDADE		
Ações Transformativas de Base Regional (T-REGIO)	Linhas de Ação Específicas	Descritivos
Novas Ofertas Turísticas associadas à Cultura e ao Património Histórico-Cultural Projetos turísticos que reforcem a conectividade do setor com a dimensão cultural (contemporânea/inovadora e/ou na dimensão do património cultural imaterial). Novas Ofertas Turísticas associadas aos Recursos Naturais e Paisagísticos Projetos turísticos que assentem a sua diferenciação na biodiversidade e nos recursos naturais e paisagísticos e na dimensão do seu uso enquanto materiais de construção civil e/ou de design diferenciador de equipamentos e de ofertas.	Aprofundar o conhecimento sobre as procuras turísticas e promoção do destino Alentejo; Incrementar a qualificação da oferta turística.	Apoiar ações de reforço da promoção do destino Alentejo com base numa intensificação do esforço global de promoção turística orientada com foco na eficácia (retorno em fluxos de valor captados) e numa gestão não fragmentada das iniciativas; Apoiar ações de I&DT que visem o reforço da competitividade das empresas e a sua diferenciação, com base na monitorização individual de indicadores de sustentabilidade social, económica e ambiental; Apoiar ações de I&DT de eficiência coletiva através do estímulo e facilitação de iniciativas e processos onde a internacionalização e a capitalização (ganho de dimensão e de massa crítica) de operadores chave se possa articular com iniciativas e processos de especialização, qualificação e diversificação (ganhos de eficiência operacional e de produtividade-valor) dos restantes operadores; Apoiar ações de I&DT que visem reforçar a dimensão de digitalização em todo o setor com base numa estratégia integrada que permita o desenvolvimento de infraestruturas de serviços partilhados à comunidade, tais como comunicações, centros de processamento dados e prestadores de serviços cloud, que permita o acesso dos agentes de turismo e turistas a serviços avançados, assente em plataformas web, redes em fibra ótica, 4G e 5G; Apoiar ações que visem fomentar uma maior cooperação entre as entidades de formação e as empresas visando melhorar a oferta formativa, adequando-a às necessidades dos operadores e à sazonalidade da atividade turística ("escola" de formação turística do Alentejo).

ECOSSISTEMAS CULTURAIS E CRIATIVOS (EC&C)

O conceito de ECC é vasto e diverso e abarca um conjunto de atividades que têm em comum a utilização da criatividade, do conhecimento cultural e da propriedade intelectual como recursos para produzir bens e serviços com significado social e cultural, como as artes performativas e visuais, o património cultural, o artesanato e a joalharia, o saber fazer tradicional, o cinema, a rádio, a televisão, a música, a edição, o software educacional e de entretenimento e outro software e serviços de informática, os novos média, a arquitetura, o design, a moda e a publicidade.

Nas últimas três décadas ganhou relevância em Portugal uma visão da cultura enquanto ‘alavanca’ de desenvolvimento territorial e socioeconómico, assumindo as cidades um papel decisivo a este nível. É neste contexto de alinhamento do país com os padrões económicos, educativos e culturais da U.E. que, na nossa perspetiva, devemos interpretar a emergência e afirmação em Portugal de uma nova linguagem e uma nova mensagem política e técnica associadas à ‘criatividade’ – cidades criativas, territórios criativos, indústrias criativas, economia criativa, setor criativo.

Nos últimos anos, esta abordagem adquiriu não só uma crescente visibilidade na esfera técnico-científica, como tem vindo a assumir centralidade na agenda das políticas de desenvolvimento urbano, económico e sociocultural. Em 2010, foi divulgado o estudo “O Sector Cultural e Criativo em Portugal”, que, ainda hoje, constitui o principal referencial estratégico nacional para o desenvolvimento das indústrias criativas.

Em termos regionais, no âmbito deste domínio, os **recursos e ativos tecnológicos**, ainda que quantitativamente possam não ser muito expressivos, apresentam um bom nível de maturidade e um significativo nível de competências, bem como de reconhecimento regional, facto que não é alheio ao papel de mediação, articulação e acompanhamento da Direção Regional de Cultura do Alentejo que, não se reduzindo a intervenções em Monumentos e Sítios e Centros Históricos, tem uma ação junto dos diferentes setores artísticos e do conhecimento tradicional que permite que estes sejam alavancas de desenvolvimento para a região.

Os laboratórios de investigação ligados à Universidade de Évora (HERCULES, CIDEHUS e CHAIA) são infraestruturas, fundamentalmente ligadas às componentes de património material e imaterial, com forte relação com os agentes institucionais e individuais da região. A Escola de Artes da mesma Universidade conta também com recursos e ativos tecnológicos fundamentais à formação nas áreas da criação, da prática e da investigação artísticas, essenciais ao desenvolvimento de indústrias culturais e criativas por intervenientes qualificados.

Por outro lado o PACT, a Rede de Incubadoras de Base Tecnológica do Alentejo (Instituto Politécnico de Portalegre, Instituto Politécnico de Beja, Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, Núcleo Empresarial da Região de Évora e a Associação Nacional de Jovens Empresários) e algumas experiências em FabLabs (BioBIP, ADRAL, BUINHO) e/ou de Residências Artísticas com alguma penetração/notoriedade nacional e internacional, completam os recursos e ativos tecnológicos ao nível da região e neste domínio.

Em termos de recursos e ativos não tecnológicos importa referir o potencial que as diferentes amenidades regionais, designadamente os indicadores, comparativos com outras regiões, ligados à segurança, à tranquilidade e o “tempo para criar”, que conjugados com as amenidades paisagísticas e culturais, tornam a região extremamente competitiva em ofertas específicas de criação e/ou atração de talento, que permitam afirmar a região, não em termos de obra, mas sim em termos de processo criativo, implementando projetos experimentais que se realizam no laboratório do terreno/território.

Ainda em termos de recursos e ativos não tecnológicos importa reforçar, por fim, o reconhecido valor do património regional, das artes e ofícios tradicionais e da cultura popular, enquanto matriz de valores da cultura regional como base (chão) para os processos inovadores diferenciadores (inspirar expressões contemporâneas com o nosso “chão” e inspirar o nosso “chão” com novas linguagens e novas contemporaneidades).

No que diz respeito à **base regional de inovação**, tomando o presente domínio como comparável, em parte, com o domínio da EREI2020 “património, indústrias culturais e criativas e serviços de turismo” é perceptível que o mesmo foi um dos domínios objeto de mais projetos com enquadramento, no âmbito do período de programação 2014/2020. Mas o indicador de emprego em áreas como “informação e comunicação” e “atividades de consultoria, ciência”, onde podemos encontrar encaixe para as indústrias culturais e criativas, apresenta uma disparidade negativa, com significado em termos de evolução comparativa com as outras regiões do país. Esta aparente contradição pode ter como explicação uma preponderância de projetos no âmbito dos serviços de turismo onde estas tipologias de emprego são menos requisitadas.

O tecido empresarial, no âmbito deste domínio, apresenta boa parte das fragilidades transversais da globalidade das empresas da região (dimensão reduzida, descapitalização, dificuldade na disponibilidade/acesso de/a capital para investir), sendo um facto que as empresas regionais permanecem ameaçadas por graves desequilíbrios sociodemográficos, ausência de massa crítica qualificada, lag digital (pouca competitividade das infraestruturas digitais e largura de banda da internet), alterações climáticas, e, no caso em concreto deste domínio, de desvanecimento de alguns dos seus pilares identitários e culturais.

Neste âmbito, destacam-se as fragilidades associadas à dimensão do mercado e da capacidade das empresas da região, considerando que importa ter em conta que a densificação e aumento de sofisticação da cadeia de valor depende em grande medida de um nível dimensional crítico que não existe no mercado a custos acessíveis para as micro e pequenas empresas, que são a base da economia do Alentejo. Importa reconhecer esta dimensão para que se encontrem as respostas ao adequado aproveitamento e consolidação, entre outras, de atividades especializadas de suporte à produção, montagem e difusão das criações culturais ou de atividades especializadas na conservação, valorização e reabilitação do património cultural e natural.

Nas fragilidades associadas à digitalização e à massa crítica, em linha com a problemática do mercado e da dimensão das empresas consideram-se: a dificuldade económica de acesso, do tecido empresarial e/ou empreendedor, às tecnologias mais sofisticadas que, por si, favorecem a abertura a novas oportunidades; a dificuldade no acesso às melhores soluções de comunicações que limitam ações ligadas a modelos inovadores de trabalho (mobilidade e nomadismo digital); a dificuldade de se fazer a prova de conceito; a pesquisa de tecnologias compatíveis disponíveis; a capacidade para a seleção da melhor tecnologia a aplicar ou o estabelecimento de interface com outros agentes da comunidade científica e criativa que abordam o mesmo tipo de problemas e soluções, por força da enorme abrangência que os problemas técnico-científicos apresentam atualmente.

Apesar desta fragilidade empresarial, a base regional de inovação associada ao capital institucional é significativa considerando a interação entre a Direção Regional de Cultura e os diferentes agentes regionais como a Entidade Regional de Turismo, os municípios (muito envolvidos com o investimento em conservação e fruição do património), as instituições de ensino superior (na sua condição de agentes comprometidos com a conceção, produção e incremento de cultura, constituindo-se como um elo de mudança positiva e útil da sociedade), ou as diversas entidades de natureza associativa que, no território, desenvolvem um conjunto muito significativo de atividades inovadoras em áreas como a cultura e a ciência.

Considerando o referido supra é de definir, como principais **utilizadores**, as empresas e as diversas entidades de natureza associativa da região no sentido em que importa favorecer o cruzamento do sector criativo (empresas e empreendedores) e do sector cultural (entidades gestoras de património, entidades de programação cultural, agentes culturais) com a academia e as unidades de investigação, para colmatar as lacunas existentes no mercado, permitindo a valorização de tecnologias, a difusão de conhecimento e a promoção de aprendizagens específicas no domínio de utilização de novos produtos e processos promotores de massa crítica, pensando a cultura como elemento que pode favorecer transformações noutras áreas, como o urbanismo, a adaptação às alterações climáticas, a economia circular, entre outras.

É nesse sentido que se entende que este domínio pode constituir-se como um recurso significativo no mitigar dos desequilíbrios demográficos regionais no sentido em que os impulsos de resposta possam promover a revitalização de zonas do território em carência e necessidade de envolvimento e desenvolvimento.

A modificação da paisagem demográfica pode partir de atividades muito originais e criativas, mas importa que tenham sentido de enraizamento na identidade anterior e que se fortifiquem com uma nova escrita de uma identidade revigorada e nova. Tornam-se assim estes lugares esquecidos e desertificados em lugares de desejo para novos utilizadores.

A abordagem das fragilidades identificadas não é possível ser efetuada de forma isolada, como se se tratasse apenas de um problema de “cultura”, “artes”, “ciência” ou “tecnologia”, pelo que a criação ou intensificação de parcerias cruzadas, designadamente ao nível de modelos de financiamento, na articulação de atividades e programação em rede, na incubação de empresas emergentes ou na *mentoria* articulada, permitirá o desenvolvimento de sinergias e de práticas inovadoras.

É, pois, necessário responder às necessidades, desafios e oportunidades da região Alentejo com uma visão integradora da ação das artes, da cultura e do património, do saber fazer e do conhecimento tradicional enquanto pilares para a competitividade e o desenvolvimento sustentável. Preconiza-se aliar o saber ao saber fazer, ao saber estar, ao saber ocupar, ao saber fruir e ao saber para a criação de bem-estar, criando riqueza de forma harmoniosa, estimulando a criação de redes transversais que passem pela estética, pela arte e pela criação artística numa perspetiva territorial que promova a evolução positiva dos indivíduos através da criação e da educação cultural e patrimonial para a economia das comunidades.

Esta economia criativa, que deve ser entendida como um ecossistema criativo, com uma expressão crescente em termos de “política cultural local”, irá representar um motor essencial para a afirmação de um modelo económico duradouro, inclusivo e sustentável. Será nas dobras dessa dimensão local, que se poderão descobrir muitos contributos humanos, e culturais de grande valor. Do agricultor, ao carpinteiro, da cozinha, à produção de mel, de queijo, de carne, etc. do engenheiro de som, ao pintor, ao ex-diplomata, ao filósofo. As populações locais quando observadas a uma escala mais fina, trazem revelações que desmontadas e potenciadas na direção certa, poderão contribuir de sobremaneira para a originalidade e vitalidade criativa, económica de cada projeto, de cada processo e de cada comunidade.

Considerando todos os pontos anteriores importa afirmar, como ponto prévio à abordagem das **linhas de ação** específicas deste domínio, que o seu racional se enquadra numa perspetiva de responder aos constrangimentos e oportunidades identificadas, admite-se um conjunto de ações transformativas e uma focagem num conjunto de investimentos/projetos que, beneficiando ou em articulação com as infraestruturas de apoio em empreendedorismo já existentes, designadamente as incubadoras de base tecnológica, sejam capazes de produzir os desejados efeitos transformadores.

ECOSSISTEMAS CULTURAIS E CRIATIVOS		
Ações Transformativas de Base Regional (T-REGIO)	Linhas de Ação Específicas	Descritivos
Atividades de produção, montagem e difusão das criações culturais é uma ação que visa reforçar as atividades especializadas de suporte à produção, montagem e difusão das criações culturais, com investimento em tecnologias digitais e de comunicação. Atividades de conservação, valorização e reabilitação do património cultural e natural é uma ação que visa as atividades especializadas de suporte à conservação, valorização e reabilitação do património cultural e natural, com forte articulação entre atividades de investigação social, histórica e antropológica e tecnologias digitais e de suporte à criatividade e à comunicação. Artes e Ofícios Tradicionais é uma ação que visa investimentos que se insiram numa lógica de criação ou consolidação de Hubs Criativos a partir das artes e ofícios tradicionais com vista à sua valorização e o reforço do seu contributo para o emprego e economia regional.	Reforçar o empreendedorismo criativo, no sentido de incrementar a dinâmica e vitalidade do setor; Fomentar a criação, a valorização e/ou o reforço, em rede multiatores, de infraestruturas digitais dedicadas e de base comunitária; Promover a investigação e inovação, com base no <i>conceito de inovação cruzada e nas parcerias cruzadas</i>; Fomentar, como prioridade estratégica, o surgimento de iniciativas inovadoras aplicadas, propostas de uma forma livre e “bottom-up”; Valorizar e proteger o Património Cultural.	Apoiar ações que visem a produção artística e cultural, a formação & qualificação de instituições, de públicos e de agentes; Apoiar ações que visem a promoção da acessibilidade física (em redes) e digital à cultura e ao património cultural, bem como na criação de conhecimento e cooperação; Apoiar ações que visem a criação de comunidades PALL (pequenas, abertas, locais e ligadas) e/ou de bairro/rua criativa, para atrair e ‘incubar’ talento e criatividade, tendo como centro a neutralidade carbónica, o conceito de “resíduo zero” e os recursos endógenos; Apoiar ações que visem a fertilização de práticas colaborativas entre sectores das áreas criativas e sectores económicos tradicionais, e em particular as fileiras económico/transformativas pertencentes às principais cadeias produtivas regionais de modo a induzir inovação disruptiva ou melhoramento incremental, e permitir a geração de novos modelos de negócio/produtos/serviços, e mesmo novas cadeias de valor; Apoiar ações/projetos culturais inovadores que produzam valor para a economia regional, tendo como foco a identidade de uma população, e sejam base de diversas atividades económicas que decorrem da recuperação e atualização do saber fazer tradicional.

INOVAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (IS&C)

O domínio de especialização **Inovação Social e Cidadania** tem ligação a vários Objetivos de Desenvolvimento Social e enquadra, desde logo, aspetos relacionados com as desigualdades. As desigualdades do mundo atual acrescem às desigualdades sociais que já existiam, as quais – apesar dos progressos entretanto realizados – não foram nem resolvidas nem esquecidas. A complexidade da manifestação das desigualdades (multiescala) exige uma particular atenção por parte dos atores dos sistemas de I&DT, no sentido de tornar as sociedades menos permeáveis às desigualdades socioterritoriais. A construção de soluções inovadoras que incrementem o nível de bem-estar de indivíduos e comunidades, em Portugal, prevenindo processos de exclusão social e injustiça espacial deve considerar-se como um objetivo central deste domínio.

Os processos de financeirização da sociedade contemporânea associados a uma aceleração, à escala global, dos fluxos de financiamento, tecnologia e conhecimento, estão a gerar uma economia de circuitos e fluxos, largamente imateriais, que foi substituindo uma economia mais concreta, assente em processos de produção espacialmente fixos e, por conseguinte, ligada a comunidades ancoradas em lugares. Estes novos fluxos têm conduzido a processos de expulsão territorial (incremento das dificuldades no acesso à habitação e ao emprego) que afetam, essencialmente, grupos de maior vulnerabilidade social, como as famílias e os idosos pobres, os jovens com menores níveis de instrução ou os imigrantes laborais.

Em Portugal, não obstante a recuperação da economia portuguesa verificada nos últimos anos, com consequências sociais claramente positivas, o processo de empobrecimento e de incremento das desigualdades imediatamente anterior teve reflexos ao nível da segregação e da marginalização dos territórios, designadamente por via dos processos de desinvestimento público. Isto implica que os problemas existentes são graves e que a sua resolução será prolongada e efetuada num quadro de recursos escassos que, para além de exigir forte motivação e cooperação dos atores, abre espaços para o exercício da criatividade na pesquisa de soluções inovadoras no domínio sócio-territorial.

Em termos regionais e no que diz respeito aos **recursos e ativos** tecnológicos, no âmbito deste domínio, importa ter em conta os dois centros de investigação, constituídos por parcerias alargadas, centrados na Universidade de Évora como são o CHRC - Comprehensive Health Research Centre e o CICS.NOVA.UÉvora - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Acresce ainda o VALORIZA (Instituto Politécnico de Portalegre), com alguns projetos em curso, igualmente em parceria com outras unidades de investigação do sistema científico e tecnológico nacional e/ou instituições de ensino superior.

É ainda de destacar um conjunto de infraestruturas que, mesmo que indiretamente, podem constituir-se como recursos tecnológicos no âmbito deste domínio, são elas o Laboratório Colaborativo DTx (Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital), o Centro de Inteligência de Campo Maior (parceria Município de Campo Maior, Instituto Politécnico de Portalegre e Universidade Nova de Lisboa), o INEGI_Alentejo (Universidade de Évora) e o BioBIP (Instituto Politécnico de Portalegre).

Finalmente, ainda na dimensão dos recursos e ativos tecnológicos, importa ter em conta o novo Hospital Central do Alentejo e a proposta de criação da Escola de Saúde da Universidade de Évora que, no âmbito da saúde, terão um impacto de forte transformação, seja no I&DT de provisão, seja nos modelos de organização regional para a provisão e nas dinâmicas tecnológicas de acesso. É expectável que esta parceria entre o novo Hospital Central regional e a futura Escola de Saúde da Universidade de Évora alarguem, mais do que os utilizadores, os tomadores de projetos e de investimento em I&DT e em industrialização de produtos associados à saúde.

No âmbito dos recursos e ativos não tecnológicos a estrutura demográfica associada à estrutura de povoamento constituem-se, não só como um desafio, mas também como um fator/recurso para a experimentação em ferramentas e/ou equipamentos de promoção do acesso e da provisão de serviços de políticas públicas que garantam a cidadania plena e a qualidade de vida. As amenidades regionais são um dos recursos e ativos mais relevantes da região, no âmbito deste domínio, considerando que a qualidade ambiental e os fatores ligados à tranquilidade e/ou segurança podem, na próxima década, constituir-se como fatores de atratividade para novos residentes, seja porque chegaram ao final da carreira ativa, seja porque podem escolher os locais de residência independentemente do local de trabalho.

Na **base regional de inovação** importa considerar que o Alentejo tem uma história recente de empreendedorismo e inovação social muito relacionada com a execução de alguns programas e iniciativas comunitárias, das quais se destacam o *“Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo”*, os Programas de Iniciativa Comunitária LEADER & EQUAL - desenvolvidas numa ótica *base place* e *bottom up* – e, mais recentemente, o desenho e concretização da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (2013/2014), a qual se concretizou num inovador programa de apoio ao desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo e inovação social, donde se realça, no Alentejo, as quatro incubadoras de inovação social (Évora, Beja, Portalegre e Chamusca). Ainda assim, no âmbito da EREI2020, o domínio comparável com a presente proposta, *“Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”*, foi o que apresentou menor expressão, com 5% do total dos projetos apresentados, 3% do investimento elegível e a média mais baixa de valor elegível por projeto.

Apesar deste desligamento entre a base regional de atores (empresas, entidades desconcentradas da administração central, municípios e IPSS) e o investimento em ações de produção de conhecimento aplicado e/ou transferência de tecnologia neste domínio importa ter em conta que o investimento, desta mesma base de atores, numa perspetiva da coesão (aquisição de novos equipamentos, remodelação/modernização e/ou construção de (novas) infraestruturas de resposta) teve uma expressão muito significativa no atual período de programação (145 operações aprovadas, com um valor total de 128 milhões de euros de investimento aprovado, o que significa 7% do total do investimento aprovado no Alentejo2020 até outubro de 2020). Assim, considerando todo o investimento efetuado nos últimos anos, esta base regional de atores com forte expressão de capital institucional, constitui-se como uma base sólida para um renovado impulso no investimento em inovação e tecnologia associada a este domínio.

Os **utilizadores** regionais são, em primeira instância, os cidadãos no sentido em que os desafios sociais no Alentejo são diversos, complexos e multidimensionais, sobressaindo, no entanto, os relacionados com as características demográficas. São as características demográficas e de povoamento que aconselham a uma especialização inteligente neste domínio. Não porque a região se deixe capturar na condição de desigualdade face a regiões com densidades demográficas e/ou com povoamentos mais eficientes, mas porque se entende que, sendo estas características mais do que contextuais, criam as condições para uma abordagem assente numa região como laboratório para a inovação social e cidadania.

Este posicionamento de “laboratório experimental”, tendo como base a capacidade instalada nas incubadoras de inovação social e nas organizações da sociedade civil, produz capacidade de inovação, de experimentação, de cooperação e de transferência, sendo que estas possibilidades contribuem para incrementar a atratividade do território, a competitividade externa e a coesão interna.

Finalmente, ainda na dimensão de laboratório experimental e de forma transversal, importa apostar regionalmente na intervenção social como processo de incremento do capital social a partir da experimentação/prototipagem de soluções inovadoras, a disseminar junto de pares ou a integrar nas práticas públicas e nas políticas, sendo, neste caso utilizadores, a rede regional de atores que constitui o forte capital institucional da região. Estes processos não podem deixar de lado o aprofundamento da ligação entre Investigação & Inovação e a Sociedade e a participação dos cidadãos, designadamente através das suas organizações. Esta ligação é biunívoca, pois, se é importante que a sociedade tenha acesso ao conhecimento e à inovação, a Academia deverá também conhecer o que se faz de inovador, nos territórios, pela mão dos cidadãos.

O presente domínio pretende encontrar soluções de **provisão & acesso aos serviços de interesse geral** tendo por base uma ideia de *para todos, considerando cada um*. Neste setor, para além dos serviços de interesse geral tradicionais (e.g. saúde, justiça, educação, finanças, etc...) consideram-se, também, questões como a habitação, o espaço público e a comunicação.

De um modo geral projetos/políticas promotores(as) de modelos inovadores na provisão não podem perder de vista as condições de acesso (e.g. literacia digital, condicionantes físicas, etnias, etc...) de cada um dos cidadãos. No caso particular da educação importa experimentar novos modelos de educação formação (em todas as fases da vida e diversidade de contextos) que tenham em conta a realidade demográfica da região. A habitação, as amenidades urbanas e as comunicações/mobilidade surgem neste domínio, no sentido da garantia de acesso como forma de mitigar desigualdades e, nestas componentes, importa rever, inovando, muitos dos modelos de oferta atuais.

Pretende, também, encontrar soluções no âmbito do **emprego** onde emergem três dimensões, às quais importa dar respostas, como: as **relações que se estabelecem entre os fenómenos do desemprego e da precariedade**, incluindo as desigualdades e a produção de novas formas de pobreza e de exclusão social e que afetam persistentemente determinados grupos; a **prevenção de dinâmicas de exclusão social resultantes da robotização/automação e digitalização da economia**, é uma área de investimento muito relevante para a região; e, finalmente, as **vantagens do trabalho à distância**, da evolução tecnológica, da externalização funcional e da democratização do conhecimento colocam, à região, um desafio de competitividade considerando que os seus recursos em termos de amenidades rurais e urbanas podem assumir uma renovada atratividade para o emprego qualificado.

Finalmente, no âmbito do presente domínio, pretende-se encontrar soluções no âmbito do **cuidar e envelhecer**. O envelhecimento é um aspeto chave na região, sobretudo se associado à baixa densidade e ao isolamento, importa, com base numa abordagem pelos processos, investir em aspetos como a prestação de cuidados (e. g. modernização das infraestruturas, equipamentos, robotização dos cuidadores, etc...) mas também inovar nas abordagens preventivas do envelhecimento, centradas na pessoa (e.g. literacia da atividade física, conciliação profissional/familiar/pessoal, casas inteligentes, etc...), sempre numa lógica de “envelhecimento no meio”.

O racional de **linhas de ação**, específicas do presente domínio, bem como as ações transformativas consideradas, emergem das necessidades de soluções referidas anteriormente, admitindo-se uma focagem na admissão de um conjunto de investimentos/projetos que podem alavancar processos “laboratoriais de território” que produzam diferenciação, industrialização de soluções e, acima de tudo, bem-estar para as populações.

INOVAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA		
Ações Transformativas de Base Regional (<i>T-REGIO</i>)	Linhas de Ação Específicas	Descritivos
Provisão e acesso à educação e saúde em contexto de densidades variáveis é uma ação que visa a mobilização I&I&DT que faça a interação entre a liberdade de escolha (territorial) para viver em territórios de baixa densidade de procura e os direitos no acesso aos serviços de saúde e de educação. Envelhecimento no meio é uma ação que visa a mobilização de I&I&DT nos domínios da saúde, nos sistemas de acesso físico para todos, na mobilidade urbana e nos modelos inovadores de cuidadores (entre pares, de proximidade, etc...) para a promoção de qualidade de vida e diminuição dos processos de institucionalização na velhice.	Incrementar o acesso e a provisão de Serviços de Interesse Geral na Região; Promover a empregabilidade de grupos de risco e o empreendedorismo juvenil; Promover a experimentação e prototipagem de propostas de política.	Apoio a projetos de I&DT e de industrialização de soluções de promoção da provisão e/ou acesso aos SIG; Apoio a ações/projeto de I&DT de produtos (de saúde, mobilidade, farmacêuticos, ortopedia, etc.) que contribuam para dar respostas inovadoras e diferenciadoras decorrentes de necessidades de grupos específicos, de novas abordagens (promoção do envelhecimento no meio) ou de novas tendências; Apoio a projetos de inovação aplicada e as respostas (ações) inovadoras de promoção da empregabilidade de grupos de risco persistente face ao emprego e à precariedade, como sejam, modelos de teste e prototipagem de criação de emprego e de fomento do empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo juvenil, redes colaborativas e monitorização de experiências; Apoio das ações e projetos de inovação aplicada no desenvolvimento tecnológico (digitalização de processos) dos postos de trabalho, acompanhados de soluções de capacitação/adaptação dos recursos humanos; Apoio a projetos de I&I e de I&DT na experimentação e prototipagem de soluções inovadoras que promovam a capacitação das sociedades/comunidades (inclui o institucional) e que sejam transferíveis e dissemináveis junto de pares (em diferentes escalas territoriais) ou a integrar nas práticas públicas e nas políticas;

2.2.4. ARTICULAÇÃO MULTINÍVEL E VARIEDADE RELACIONADA

O processo de construção da EREI₂₀₃₀ é compreendido como parte de uma trajetória de aprendizagem institucional para um maior foco/seletividade nas políticas de inovação e para um incremento da capacidade inovadora da Região. Este processo, com esse racional, tem de ser enquadrado e articulado, numa lógica sistémica, com os diferentes instrumentos de política pública internacionais, nacionais e regionais.

Assim, com base nos objetivos estruturais, nas subsequentes linhas de ação e nos diferentes domínios de especialização com as respetivas linhas de ação específicas e ações transformativas, é possível estabelecer um nexo de relação multinível da EREI₂₀₃₀ com o conjunto de propostas de políticas públicas que entendemos como relevantes, a nível global (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inscritos na Agenda 2030, que Portugal considerou como prioritários), comunitário (Pacto Ecológico Europeu e Horizonte Europa) e nacional (Estratégia Portugal 2030). Neste ponto desenvolvemos um exercício de antecipação do que pode vir a ser a variedade relacionada, considerando o nexo de relação (conectividade e/ou interdependência) entre os diferentes domínios. Este exercício é importante, essencialmente, porque antecipa um modelo de governação que deve estar alinhado com a necessidade de ação sobre pontos e/ou ligações que, antecipadamente, apresentam maior fragilidade, funcionando assim como oportunidade para induzir, de forma coesa, a variedade relacionada.

ARTICULAÇÃO MULTINÍVEL

A Agenda 2030, assente em dezassete **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, pressupõe a integração desses objetivos nas políticas, processos e ações desenvolvidas nos diferentes planos territoriais de governo (local, regional, nacional e global). Portugal manifestou o seu empenho na concretização de todos os ODS, mas atribui especial foco nos objetivos: educação de qualidade (ODS 4); igualdade de género (ODS 5); indústria, inovação e infraestruturas (ODS 9); redução das desigualdades (ODS 10); Ação Climática (ODS 13); e Proteção da Vida Marinha (ODS 14). Neste sentido, alinhando com a focagem nacional, o exercício de nexo relacional efetuado assenta nas linhas de ligação/proximidade entre os objetivos estruturais (com base nas diferentes linhas de ação) da EREI₂₀₃₀ e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Objetivos\ODS	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÉNERO	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	10 REDUZIR AS DESIGUALDADES	13 AÇÃO CLIMÁTICA	14 PROTEGER A VIDA MARINHA
Incrementar a Sustentabilidade Territorial	**	**	***	**	***	***
Reforçar o valor das Cadeias Produtivas Regionais	**	**	***	**	***	***
Incrementar a Qualificação dos Recursos Humanos Regionais	***	**	***	***	***	**

Da resultante do exercício realça uma maior intensidade relacional dos objetivos estruturais com os ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas) e 13 (Ação Climática). Esta resultante está alinhada com a natureza da EREI₂₀₃₀ que assenta nos domínios da competitividade e da inovação, e, com a especificidade da EREI Alentejo, onde os desafios, ambiental (sustentabilidade territorial) e digital (indústrias inovadoras), são centrais nos três objetivos estruturais. Ainda no âmbito desta análise, importa considerar que o objetivo estrutural *“Incrementar a Qualificação dos Recursos Humanos Regionais”* acrescenta uma relação forte com os ODS 4 (Educação de Qualidade) e 10 (Reduzir as Desigualdades), facto que nos permite admitir uma forte relação entre a EREI₂₀₃₀ e os ODS em que Portugal entendeu que deveria existir uma focagem de execução por força do alinhamento das políticas públicas a nível interno.

Enquadrado nos principais desígnios da União, o nexos relacional da EREI₂₀₃₀, foi assim entendido ao **Pacto Ecológico Europeu**. Este alinhamento foi considerado tendo em conta que o Pacto Ecológico Europeu é uma orientação estratégica da União que, tal como boa parte da EREI₂₀₃₀, pretende responder a um dos mais prementes desafios da atualidade como são os desafios climáticos e ambientais, configura um dos seus documentos de maior alcance macro e que, pela sua natureza e amplitude, conformará o grosso dos instrumentos de política que a União vier a produzir. O Pacto Ecológico Europeu assume que, para a sua concretização, importa “repensar as políticas com vista a um aprovisionamento energético limpo transversal a toda a economia: indústria, produção e consumo, grandes infraestruturas, transportes, alimentação e agricultura, construção, política fiscal e prestações sociais... alcançar estes objetivos, é essencial aumentar o valor atribuído à proteção e recuperação dos ecossistemas naturais, à utilização sustentável dos recursos e à melhoria da saúde humana... deve ainda promover e investir na necessária transformação digital e respetivos instrumentos, visto estes serem facilitadores fundamentais desta mudança” e é, desde logo nesta dimensão, que encontramos um alinhamento inequívoco com boa parte das linhas de ação transversais de todos os objetivos estruturais da EREI₂₀₃₀.

Quando aprofundamos o nexos de relação com o Pacto Ecológico Europeu encontramos uma relação direta domínios da EREI₂₀₃₀ e alguns dos seus elementos, como sejam a “energia limpa”, a mobilização da “para a economia circular”, no acelerar da “transição para uma **mobilidade sustentável** e inteligente”, na conceção de “um sistema alimentar justo, sustentável e amigo do ambiente”, na recuperação/preservação de “ecossistemas e a biodiversidade” e na “ambição de poluição zero”.

Um dos instrumentos de política, diretos da Comissão Europeia, sobre o qual faz sentido desenvolver um exercício de nexos relacional da EREI₂₀₃₀ é o **Horizonte Europa**. Numa primeira análise observa-se um alinhamento positivo entre os objetivos estruturais da EREI₂₀₃₀ e os objetivos específicos do Horizonte Europa, designadamente ao nível da promoção da competitividade das empresas, no investimento em I&I com qualidade, e, na capacidade de potenciar/atrair talentos ao nível Europeu. Para além do relacional “macro” entre objetivos importa, neste caso em particular, olhar para o relacional entre os domínios da EREI₂₀₃₀ e o Pilar do Horizonte Europa onde estão estabelecidos os principais clusters de enquadramento. Neste sentido, os domínios da EREI₂₀₃₀ alinham de forma consistente com os clusters identificados no Pilar II *“Global Challenges and European Industrial Competitiveness”* do Horizonte Europeu, mas especificamente, alinham, de forma direta com os clusters: da “Saúde”; da “Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva”; da “Indústria Digital e Espaço”; do “Clima, Energia e Mobilidade”; e “Alimentação, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Ambiente”.

Estes dois exercícios de nexos relacional asseguram que existe uma forte ligação sistémica entre aqueles que são os princípios desígnios e/ou instrumentos de política da União, numa abordagem de conjunto aos desafios globais do clima, com os instrumentos de estratégia da Região Alentejo.

Quando passamos a um nexos relacional com o nível nacional importa um primeiro exercício de alinhamento com a Estratégia Nacional de Especialização Inteligente que, apesar de estar ainda em fase de construção, deve constituir-se como a primeira base de relação sistémica com a EREI₂₀₃₀. O exercício que procuramos estabelecer tem por base os domínios da EREI₂₀₃₀ considerando que, ao nível nacional, já é possível e desejável uma abordagem relacional mais fina. Neste exercício consideramos apenas, face à informação de que se dispõe, um alinhamento direto entre domínios e que assegura, conforme é visível no quadro infra, uma relação sistémica robusta entre a EREI₂₀₃₀ e a ENEI₂₀₃₀.

<i>Domínios ENEI₂₀₃₀ \ Domínios EREI₂₀₃₀</i>	DigE	CirE	BioS	ES	M&L	ST&H	EC&C	IS&C
<i>Digitalização e Economia 4.0</i>	*			*	*			
<i>Economia Circular, Transição energética e Descarbonização</i>		*	*	*				
<i>Grandes Ativos Naturais e Emergentes (mar, espaço e floresta)</i>			*					
<i>Materiais e Key Enabling Technologies (KET)</i>			*					
<i>Capital Simbolico e Ativos Especificos</i>						*	*	
<i>Saúde, Biotecnologia e Alimentação</i>								*

Ainda no nível nacional, o exercício de alinhamento relacional tem que ser feito com a Estratégia Portugal 2030, aprovada em Conselho de Ministros de 13 de outubro de 2020. Esta estratégia vem estabelecer que a aposta de Portugal para todo o edifício de programação plurianual dos fundos estruturais deve estar assente em quatro agendas nucleares, a saber: (I) as pessoas primeiro, um melhor equilíbrio demográfico (inter e intraregional), maior inclusão, menos desigualdade; (II) digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; (III) transição climática e sustentabilidade dos recursos; (IV) um país competitivo externamente e coeso internamente. É com base nestas agendas que, segundo determinação da Resolução de Conselho de Ministros, todas as estratégias regionais devem ser desenhadas e, por maioria de razões, deve ser demonstrado o seu alinhamento com cada uma delas. É esse racional de alinhamento, entre os domínios da EREI₂₀₃₀ e as agendas da Estratégia Portugal 2030, que procuramos representar no quadro seguinte e no comentário subsequente.

<i>Agendas PT₂₀₃₀ \ Domínios EREI₂₀₃₀</i>	DigE	CirE	BioS	ES	M&L	ST&H	EC&C	IS&C
<i>As pessoas primeiro, um melhor equilíbrio demográfico (inter e intraregional), maior inclusão, menos desigualdade</i>	**	*	*	*	*	*	*	***
<i>Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento</i>	***	**	**	**	***	**	***	***
<i>Transição climática e sustentabilidade dos recursos</i>	**	***	***	***	**	**	**	*
<i>Um país competitivo externamente e coeso internamente</i>	***	**	***	***	***	***	***	***

Do nexó relacional que vai para lá das questões evidentes como a forte ligação dos domínios da digitalização e da circularidade com as agendas respetivas da digitalização e da transição climática, importa realçar a forte relação entre o domínio da inovação social e cidadania e as diferentes agendas quando encontramos elementos como a resiliência do sistema de saúde (as pessoas primeiro), a qualificação dos recursos humanos e das instituições (digitalização, inovação e qualificações como motores) e a competitividade e coesão na baixa densidade (um país competitivo externamente e coeso internamente). Quando consideramos do lado das agendas é relevante perceber a forte transversalidade da agenda “um país mais competitivo externamente e coeso internamente” com todos os domínios da EREI2030 porquanto, nessa agenda, estão elencadas questões como a cultura, o património, o turismo, a mobilidade inter-regional, o acesso (físico e económico) aos serviços de interesse geral em baixa densidade, bem como a competitividade dos territórios de baixa densidade. Todos os restantes domínios de especialização da EREI₂₀₃₀ apresentam uma forte relação com duas das agendas e uma relação moderada com duas das outras, facto que representa um alinhamento muito significativo entre os domínios da EREI₂₀₃₀ e as agendas da Estratégia Portugal 2030.

VARIEDADE RELACIONADA

Numa perspetiva de identificação de sinergias intersectoriais, considerando os objetivos estruturais definidos, importa que a variedade relacionada, mais do que aferir as dinâmicas dos projetos que incidem sobre mais do que um domínio, seja capaz de ser medida com base em projetos que “acrescentam” em redes de outros projetos e de outras dinâmicas incrementando o valor das cadeias produtivas. Este posicionamento significa a necessidade/oportunidade de trabalharmos os **espaços de descoberta empreendedora** com base em **plataformas regionais de atores** a partir destes objetivos estruturais transformando assim, a EREI₂₀₃₀ num **processo motor** e não apenas num filtro.

Neste sentido importa avaliar o potencial contributivo da EREI₂₀₃₀, com base nos seus domínios, para potenciar efeitos de disseminação e de arrastamento nas cadeias de valor da região, em colaboração com outros projetos e outras dinâmicas. Os quadros seguintes pretendem relacionar os domínios da EREI₂₀₃₀ com os setores regionais com maior dinâmica e potencial de internacionalização, identificados na Estratégia Regional 2030, e analisar o potencial de sinergias horizontais entre os diferentes domínios.

<i>Setores com Potencial de Internacionalização\Domínios EREI₂₀₃₀</i>	DigE	CirE	BioS	ES	M&L	ST&H	EC&C	IS&C
<i>Recursos Minerais</i>	***	***		***	*	**	**	
<i>Montado de Sobro</i>	**	***	***	**		**	**	*
<i>Agroalimentar</i>	**	***	***	**	*	**	**	**
<i>Aeronáutica</i>	***	*		***	***	**	***	
<i>Serviços de Turismo</i>	***	***	*	**	**	***	**	**

Do quadro apresentado realçam algumas questões em termos de potencial da EREI₂₀₃₀ produzir, fundamentalmente, valor acrescentado nas diferentes cadeias de valor destes setores estratégicos da região. Por um lado, importa assinalar uma intensidade potencial de variedade relacionada moderada/forte entre os domínios da EREI₂₀₃₀ e os setores regionais estratégicos o que abre boas perspetivas na indução de efeito transformador a nível regional. Por outro lado, é de assinalar a significativa especialização do setor aeronáutico na medida em que apresenta uma fraca intensidade de relacionamento com dois dos domínios de especialização. Finalmente, é de assinalar uma intensidade moderada/fraca que o domínio de inovação social e cidadania apresenta na relação com os setores estratégicos regionais que pode resultar do seu posicionamento menos tendente à produção e bens e serviços internacionalizáveis nos setores que a região identificou com esse potencial.

Neste sentido, na perspetiva de uma EREI₂₀₃₀ com dinâmicas (motor) transformativas do perfil inovador da região, importa investir, no âmbito do modelo de governação, em dinâmicas que concretizem o potencial de intensidade relacional entre a EREI₂₀₃₀ e os setores estratégicos e, por outro lado, importa apostar proactivamente em dinâmicas que promovam uma maior ligação do domínio inovação social e cidadania a componentes de competitividade e inovação, considerando a sua forte relevância para a região e dinâmica que a região pretende imprimir enquanto laboratório para as políticas publicas de provisão e acesso aos serviços de interesse geral em territórios de baixa densidade.

Ainda em termos de variedade relacionada, mas no que concerne à intensidade relacional entre domínios no sentido de se entender o potencial de relação horizontal e que seja capaz de gerar dinâmicas de transformação regional, em termos de competitividade e de inovação.

<i>Domínios da EREI₂₀₃₀</i>	DigE	CirE	BioS	ES	M&L	ST&H	EC&C	IS&C
DigE		***	**	***	***	**	**	**
CirE	***		***	***	**	**	**	*
BioS	**	***		***	*	**	**	*
ES	***	***	***		***	**	**	**
M&L	***	**	*	***		**	**	***
ST&H	**	**	**	**	**		***	**
EC&C	**	**	**	**	**	***		*
IS&C	**	*	*	**	***	**	*	

Do quadro que se apresenta realça uma moderada/forte relação entre todos os domínios o que reforça a perspetiva de potencial de variedade relacionada. Por outro lado, é de realçar a transversalidade do domínio Energia Sustentável pela forte relação que apresenta com os restantes domínios. Finalmente, é de realçar, na mesma linha de dificuldade, a menor intensidade relacional que o domínio inovação social e cidadania apresenta relativamente aos restantes domínios.

Neste sentido, considerando as intensidades relacionais e o posicionamento de motor da EREI₂₀₃₀, importa considerar dinâmicas promotoras da variedade relacionada entre todos os domínios, onde a proposta do modelo de governação e as parcerias a constituir no âmbito das ações transformativas podem representar um papel muito relevante.

2.3. GOVERNAÇÃO

As questões relativas à governação, monitorização e avaliação da EREI₂₀₂₀ foram equacionadas na fase da conceção e permanecem como orientações fundamentadas, estabelecendo a necessidade de articular dimensões institucionais (de resposta a desafios de coordenação de iniciativas, de instrumentos de política e de dinamização dos atores regionais e setoriais implicados na cadeia de conceção/implementação/avaliação) e dimensões técnicas (de acompanhamento e monitorização e também de apoio ao Conselho Regional de inovação).

A governação das EREI é absolutamente central tendo em conta a necessidade de que possam cumprir o seu conceptual de efetivas agendas de transformação baseadas no “*local*” (território). A combinação virtuosa (integradora) que é preciso implementar, onde o foco, mais do que em setores de atividade, deve ser em tecnologias ou domínios tecnológicos obriga a um modelo de governação flexível, robusto e de participação/articulação/liderança conhecida e reconhecida. A priorização dos domínios tecnológicos pelas autoridades e *partes interessadas* regionais, a descoberta da sua devida articulação com os recursos de conhecimento que a região pode mobilizar e com a utilização avançada dessa mesma tecnologia exigem, da região, um forte e empenhado investimento no modelo de governação, considerando até as aprendizagens feitas sobre o resultante do previsto como modelo de governação na EREI₂₀₂₀.

A partir do modelo de governação pretende-se a mobilização dos atores regionais para uma focagem na concretização dos objetivos estratégicos, tendo por base o sistema de monitorização e de avaliação definido para a EREI₂₀₃₀ que foi construído tendo em conta as conclusões/recomendações do processo de monitorização da EREI₂₀₂₀.

2.3.1. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

A proposta da EREI₂₀₂₀, considerando que a melhoria do desempenho sistémico do SRI Alentejo se constituía com um dos seus objetivos estratégicos, propunha uma arquitetura de governação assente em três dimensões de participação dos atores regionais: uma dimensão de promoção da política regional de inovação e da implementação da EREI que era assegurada pelo CRI; uma dimensão operacional assente em plataformas de inovação que se constituíam como grupos de dinamização e federação de atores para a descoberta de projetos estruturantes e/ou para a emissão de pareceres e propostas a analisar em sede de CRI; e uma dimensão operacional mais concreta, com base em temáticas ou dinâmicas específicas, em formato de secções de atores que deveriam emanar das plataformas de inovação.

A par deste modelo de promoção da participação, no mesmo modelo de governação, propunha-se a criação de uma unidade técnica de gestão, de responsabilidade da CCDR, com a competência de prestar todo o apoio necessário ao bom funcionamento do modelo de governação e, muito em concreto, de suporte as decisões do CRI.

A clareza e simplicidade desta proposta de modelo de governação para a EREI₂₀₂₀ não obviaram a que a sua implementação fosse claramente insatisfatória. Regista-se a implementação da unidade técnica de gestão, consubstanciada na criação do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais (OADR) que, tendo outras competências, se assumiu como podendo ser a base dessa unidade técnica de gestão. No entanto, este órgão nunca foi dotado dos recursos humanos e das dinâmicas necessárias para a concretização das suas principais tarefas. As razões para esta inoperacionalidade prendem-se, de forma inequívoca, com as limitações associadas à contratação de recursos humanos que tiveram efeitos complexos no início do período de programação. Regista-se também, a instalação da versão final do CRI, que ocorreu em 2019.

Este atraso que está, em parte, ligado às limitações de operacionalidade apontadas ao OADR resulta, sobretudo, de uma série de indefinições quanto à composição do CRI, muito alargada e inoperacional numa primeira proposta, à dificuldade na definição das lideranças para cada uma das plataformas de inovação e, de forma menos relevante, ao atraso em algumas componentes da programação que foram responsáveis pelo congestionamento de tarefas durante os anos iniciais.

As aprendizagens resultantes da difícil implementação do modelo de governação da EREI₂₀₂₀, conjugadas com o processo participativo que resultou na sua revisitação e na proposta de EREI₂₀₃₀ aconselham a apostar numa abordagem pela continuidade.

Neste sentido, o modelo de governação proposto, pretende manter a relativa simplicidade do anterior, criando espaços de articulação autónoma, mas com base numa rede de canais relacionais que permita uma estrutura de monitorização e avaliação robusta, a passagem de informação trabalhada de forma coletiva, a tomada de decisões transversais e a promoção de atividades coletivas que assegurem coesão, coerência e um foco na concretização de projetos, objetivos e metas traçados. Em termos organizacionais está, tal como a proposta de modelo de governação da EREI₂₀₂₀, assente em três pilares/rationais centrais de mobilização de atores e numa lógica operacional no apoio à gestão dos fundos.

Uma lógica de **planeamento e de coordenação**. Nesta dimensão o CRI, constituído durante o processo de revisitação, deve assumir a articulação geral de todos os espaços de interação entre atores e funcionar como espaço de mobilização para o trabalho colaborativo no sentido da execução dos objetivos e metas da EREI₂₀₃₀. Neste sentido, suportado pela CCDR Alentejo, numa lógica de estrutura verticalizada, cabe-lhe, com o apoio da estrutura de apoio técnico (atual OADR e posteriormente a estrutura que lhe der continuidade): ser o órgão máximo de debate, de deliberação e de coordenação de todos os outros fora/espacos que integram o modelo de governação da EREI₂₀₃₀; efetuar recomendações às Plataformas de Inovação; apreciar as propostas das Plataformas de Inovação; efetuar propostas às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais (PO) financiadores; analisar e emitir parecer sobre os relatórios de monitorização e avaliação elaborados pela Unidade Técnica de Gestão e/ou por avaliadores externos.

Uma lógica de **coordenação operacional**. Nesta dimensão, considerando a necessidade de dar continuidade ao modelo anterior e de aprofundar as competências técnicas de suporte à EREI₂₀₃₀, o OADR será a estrutura interna da CCDR Alentejo que ficará responsável por funcionar como pêndulo/descodificador e/ou de “elevador”, no âmbito da EREI₂₀₃₀, na relação entre a dimensão de planeamento e a dimensão operacional. Nesta tarefa, considerando-se oportuno, pode constituir-se parceria cruzada, para apoio técnico ao OADR, com o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT) tendo em conta a sua recente liderança do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT).

Neste sentido as competências do OADR passam por submeter à apreciação/deliberação do CRI propostas que representem: pareceres e/ou propostas de referenciais de mérito para análise dos projetos e/ou propostas apresentadas pelas Plataformas de Inovação; a definição da elegibilidade de beneficiários no âmbito dos avisos e/ou convites; a definição de regras específicas por cada um dos avisos e/ou convites à apresentação de candidaturas; a ponderação sobre os calendários de lançamento de avisos de concurso e/ou de convites à apresentação de candidaturas; relatórios regulares de monitorização e avaliação da implementação da EREI; recomendações e/ou novas ações e/ou programas no âmbito da política regional de ciência, tecnologia e inovação; e a definição de bateria consistente e fiável de indicadores de acompanhamento, resultados e impactes que assegurem o apoio à decisão informada do CRI.

Para além das competências de dinamização/animação de toda a estrutura de governação o OADR, enquanto estrutura técnica, devem desenvolver o conjunto de atividades e construção de conteúdos, inscritas e aprovadas em planos anuais e plurianuais de atividades, que sejam capazes de “preparar” a região para a implementação da EREI, mobilizando as populações, toda a estrutura educativa, as empresas e as instituições, criando informação e comunicação clara e acessível para que **todos** possam vir a ser agentes da transformação que a própria EREI₂₀₃₀ pretende preconizar.

Importa que esta estrutura desenvolva ação integrada para a articulação entre todas as instituições de ensino superior que seja capaz de alavancar o investimento em ID&T regional, procurando ultrapassar alguns dos constrangimentos à inovação na região, como sejam: uma relação mais significativa entre I&I (IES e CVTT) e a inovação produtiva (CLUSTERS e empresas); incremento no número de publicações científicas; e no incremento de recursos humanos altamente qualificados na região (produção e atração de talentos) a trabalhar nas empresas e nos CVTT.

Uma lógica **operacional**. Nesta dimensão, porque importa promover, de forma permanente, o processo de descoberta empreendedora e a variedade relacionada. O modelo proposto assenta na constituição de três plataformas regionais de inovação que coincidem, nas temáticas, com os objetivos estruturais definidos para a EREI₂₀₃₀. Estas plataformas resultam da necessidade de dinamizar a criação de resultados que, seguindo as linhas de ação transversais e as linhas de ação específicas de cada domínio, sejam capazes de produzir os efeitos de mudança estrutural que se pretende implementar na região. Por outro lado, a constituição das plataformas de inovação com base nos objetivos estruturais, alinha, no sentido em que foca, as responsabilidades dos atores e a capacidade de monitorização/avaliação de impacto da EREI₂₀₃₀, no que são os principais desígnios de mudança.

A partir destas plataformas de inovação admite-se a constituição de equipas de articulação operacional para a concretização das ações transformativas (T-REGIO). Estes espaços de atores resultam de projetos concretos que tenham como finalidade produzir mudança com base num determinado recurso e/ou ativo regional.

Cada uma das plataformas de articulação operacional deve funcionar com a liberdade/autonomia ajustada à concretização objetiva de cada um dos projetos mobilizadores, no entanto, é feita articulação e/ou debate regular de resultados no âmbito do CRI e mesmo dentro do espaço do OADR/PACT.

Espaço Operacional (Espaço de Descoberta Empreendedora)	Espaço de Coordenação Operacional	Espaço de Planeamento e Coordenação
Plataforma para a promoção da Sustentabilidade e Coesão Territorial (PlaSuCT)	OADR (posteriormente a estrutura que lhe der continuidade)	Conselho Regional de Inovação (CRI)
Plataforma para o reforço das Cadeias Produtivas Regionais (PlaCaPRE)		
Plataforma para a promoção das Qualificação dos Recursos Humanos Regionais (PlaQuaR)		

2.3.2. COOPERAÇÃO TERRITORIAL

No espaço transfronteiriço Portugal-Espanha, a definição das orientações estratégicas de cooperação territorial, durante o período 2014-2020, obedeceu a um processo que teve em conta as referências programáticas mais importantes que incidem na área da cooperação, nomeadamente as estratégias de desenvolvimento regional e as estratégias de especialização inteligente.

A EREI₂₀₂₀ desempenhou papel importante na internacionalização das empresas e instituições regionais, nomeadamente no âmbito da cooperação nos espaços territoriais das Euroregiões Alentejo, Algarve e Andaluzia (EUROAAA) e Alentejo, Centro e Extremadura (EUROACE) e na cooperação internacional mais alargada.

Em termos práticos, a EREI₂₀₂₀ foi o suporte instrumental no apoio às iniciativas de cooperação das entidades regionais e o envolvimento em ações e projetos desenvolvidos em parceria teve como ponto de partida a ligação e o enquadramento nas RIS3 das regiões da Área de Cooperação. Desta forma, a operacionalização da EREI funciona como espaço de dinamização dos agentes chave do território para a implementação no terreno das prioridades regionais e de cooperação territorial e transfronteiriça. Abrangendo mercados mais amplos e permitindo o acesso a redes de conhecimento e de expansão empresarial mais alargadas, a internacionalização das empresas e instituições da região é uma vertente importante no processo de implementação da estratégia regional de especialização inteligente.

Nesta relevância da aplicabilidade das orientações da especialização regional em contexto de cooperação, as instituições e empresas do Alentejo participaram em ações conjuntas relacionadas com aeronáutica, indústrias culturais e criativas, património e recursos naturais, energias renováveis e eficiência energética, agricultura e agroalimentar, turismo e lazer, economia circular, domínios de afirmação competitiva da região e que são potenciados pela maior abrangência territorial.

A promoção das infraestruturas de investigação e inovação, com o objetivo de dotar o espaço transfronteiriço de centros de excelência, é uma das prioridades da cooperação transfronteiriça traduzindo-se atualmente pelo apoio a projetos estruturantes nas áreas da indústria 4.0 (CIU3A), da criação de redes de universidades e centros tecnológicos (INNOACE, IDERCEXA) com vista à melhoria da competitividade dos setores económicos dominantes no espaço transfronteiriço.

A criação do cluster aeronáutico (AERIS) e o desenvolvimento de projetos e iniciativas aproveitando as condições favoráveis do território, potencia a atração de investimento especializado (INDUPYMES). Como áreas estratégicas surgem a economia circular (ECO2CIR e LOCALCIR) e as indústrias culturais e criativas (MAGALLANES_ICC) criando redes de cooperação transfronteiriça e consolidando ecossistemas empreendedores que permitam impulsionar a competitividade económica, gerando mais emprego e valor acrescentado.

Encontra-se em execução o projeto CILIFO (projeto estratégico) que irá aumentar a dotação de infraestruturas e equipamentos partilhados bem como serviços para a luta contra incêndios. O projeto inclui a implementação do Centro de Investigação e Luta contra Incêndios Florestais e de um programa transfronteiriço para a investigação e inovação em matéria de incêndios, apoiado pelos centros de investigação e Universidades do território.

Além da cooperação transfronteiriça, uma nota de destaque também para a cooperação europeia em domínios que integram a especialização regional, nomeadamente no âmbito dos Programas Interreg Europa, Espaço Atlântico, Espaço Mediterrâneo e Sudoeste Europeu.

O Alentejo é membro da ARE - Assembleia das Regiões da Europa, da ARFE – Associação das Regiões Fronteiriças da Europa, da CRPM – Conferência das Regiões Periféricas Marítimas e as duas Comissões Geográficas e da CAA - Comissão Arco Atlântico, no âmbito das quais muitas das políticas com impactos regionais são acompanhadas por grupos de trabalho especializados, dos quais a região tem integrado uns, e acompanhado quase todos os que mais diretamente dizem respeito aos interesses regionais, como é o caso das RTE-T, a criação da Macroregião Atlântica, a Estratégia e Plano de Ação para o Atlântico, a Iniciativa WESTMed.

A promoção dos clusters estratégicos e dos produtos regionais de excelência (gastronomia e vinho, azeite, turismo, energias renováveis, RTE-T, Porto de Sines, produtos da indústria agroalimentar, hortofrutícolas e horto-industriais) constituem desígnios da maior importância para a economia da região que tem beneficiado da presença nessas esferas de influência da decisão política, como é o caso do cluster o vinho e da vinha, das RTE-T e do Turismo, entre outras que têm beneficiado com essa visibilidade regional que a participação nessas Associações sempre confere.

Na dimensão de internacionalização da estratégia regional de especialização inteligente através da cooperação transnacional, a região tem uma participação ativa no Interreg Europe e também no Sudoeste Europeu, com uma representatividade regional em que se destacam as instituições ligadas ao ensino, investigação e inovação. Das participações do partenariado regional, é possível perceber-se a cada vez mais forte especialização das entidades que participam nestes projetos, numa lógica de articulação com o potencial de especialização da região e, no caso do Alentejo, abrindo caminhos no processo de internacionalização para as instituições do conhecimento e do sistema regional de transferência de tecnologia (Academia e Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia), de interface e dinamização territorial (Agência de Desenvolvimento e Comunidades Intermunicipais).

São exemplos desta vertente de internacionalização a participação no Programa Interreg Europe, nos projetos InnoBridge (fortalecimento da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, EIS (aumentar a competitividade das PME) CircPro (compras públicas circulares), LCA4Regions (biodiversidade e serviços dos ecossistemas), RAMSAT (ambiente e eficiência dos recursos) CityZen (energias renováveis e eficiência energética), no Interreg VB Espaço Atlântico, nos projetos DiadES (biodiversidade e serviços dos ecossistemas) e EERE4WATER (energias renováveis e eficiência energética), no Interreg VB Espaço Mediterrâneo, nos projetos Chebec (energia em edifícios públicos), MISTRAL (economia azul) e no Interreg VB Sudoeste Europeu através dos projetos NanoSenAQM (sensores, qualidade do ar), TWIST (alterações climáticas, eficiência energética) e VALUEPAM (património natural e cultural).

Neste processo evolutivo e reconhecendo a importância da aposta na especialização em contexto interregional, no atual período de programação foi elaborada uma estratégia de especialização comum para a EUROAA (Alentejo, Algarve e Andaluzia). O trabalho conjunto entre as três regiões permitiu contemplar como setores estratégicos para a cooperação: agricultura, pesca e aquicultura, indústria mineira sustentável, energias renováveis, material de transporte, logística, turismo baseado em atrativos locais diferenciados, serviços ligados à cultural, educação e ação social. Foram identificadas áreas comuns para a estratégia de especialização inteligente da EUROAAA: (i) turismo, lazer e cultura, (ii) recursos territoriais endógenos, (iii) agroindústria e produtos do mar, (iv) energias renováveis, eficiência energética e construção sustentável.

Em termos prospetivos, para o período de programação 2021-2027, será importante dar continuidade e reforçar esta vertente da cooperação territorial, em especial no âmbito das Euroregiões e tomando por base as estratégias regionais de especialização inteligente, no sentido de potenciar esta vertente de trabalho e utilizar as estratégias de especialização inteligente como espaços indutores de cooperação territorial. É, claramente, uma vertente de suporte ao processo de desenvolvimento e como tal tem abordagem na estratégia de especialização inteligente do Alentejo.

Com igual interesse, destacamos o tema das energias renováveis na Estratégia Marítima Atlântica e as oportunidades que se desenham também para as regiões periféricas marítimas. A nível europeu, as orientações apontam para a necessidade dos Estados e as regiões perceberem quais são as suas vantagens competitivas em termos de energias renováveis, para poderem desenhar os seus modelos de produção e de cooperação, tendo em vista o paradigma energético europeu presente na Estratégia Europeia de Descarbonização. Igualmente a ter em conta, o PILAR III da governança da Estratégia Atlântica, nomeadamente na vertente da neutralidade carbónica através do contributo das energias renováveis marinhas, tendo em conta três desafios: aumentar o acesso ao financiamento das ações a desenvolver; obter o necessário apoio político e aceitação pública; facilitar a partilha de conhecimento e a divulgação de boas práticas.

A participação nas redes e eventos relacionados com a cooperação transnacional potencia a partilha de boas práticas e permite transpor iniciativas para o Alentejo, sendo neste caso importante referir os projetos DIKWE (portos, autonomia energética da atividade portuária, segurança de embarcações), PHARRE (autonomia energética de edifícios públicos) e E4V (tecnologia inovadora de integração de diferentes fontes de energia renovável). Decorrente da revisão da estratégia de especialização inteligente 2020, a EREI₂₀₃₀ do Alentejo considera como prioritários domínios em que a cooperação será importante, como forma de ganhar escala, de potenciar resultados e de dinamizar processos de maior abertura e internacionalização em termos de inovação, transferência e apropriação de conhecimento. A bioeconomia, a energia e o turismo têm grande potencial de alavancagem de projetos comuns e as regiões poderão obter mais valias se optarem por estratégias conjuntas nestes domínios em que os aspetos funcionais se sobrepõem aos territoriais.

De igual forma, os domínios da circularidade e da digitalização, são condições de suporte ao desenvolvimento inteligente e, como tal, a acolher pelas várias regiões europeias. São desafios comuns, assumidos pela política europeia como os principais impulsionadores da recuperação da economia e da melhoria da qualidade de vida das populações, a par da transição energética, igualmente presentes na estratégia de especialização do Alentejo e com relevância de abordagem noutros territórios, nomeadamente no âmbito das euroregiões.

Em matéria de **cooperação**, o alargamento do campo de intervenientes e também das fontes para mobilização de recursos de financiamento, deverá justificar uma abordagem de cooperação territorial em várias frentes (inter-regional, em direção à integração/atração de recursos em redes de conhecimento, criatividade e inovação; e transfronteiriça, na ótica territorial de alargamento de atuações de especialização inteligente).

Nesta última frente, deve ser ponderada nas Comunidades de Trabalho com a Extremadura, a Andaluzia, o Centro e o Algarve (Euroregiões Alentejo, Algarve e Andaluzia; Alentejo, Centro e Extremadura), a possibilidade de enriquecer a EREI Transfronteiriça, com estruturação em torno de recursos e intervenções em áreas temáticas de interesse comum para estas regiões (agroalimentar, turismo, economia do mar, energias sustentáveis, economia circular, ...). Esta perspetiva deverá combinar também intervenções de matriz infraestrutural (espaços de acolhimento em apoio à atividade económica, plataformas de atividades, equipamentos de uso empresarial, ...), de valorização do património cultural e natural, e de investigação e inovação em áreas científicas e tecnológicas cruzadas.

Esta perspetiva territorial está alinhada com a Comunicação CE, op. cit., designadamente em estratégias de especialização inteligente que identificaram prioridades relacionadas com a Bioeconomia, a par da cooperação entre regiões da União Europeia em plataformas de especialização inteligente e parcerias centradas nesse domínio.

2.3.3. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitorização e a avaliação da presente EREI é feita a partir dos seus objetivos estruturais, designadamente: incrementar a sustentabilidade e coesão territorial; reforçar o valor das cadeias produtivas regionais; e incrementar a qualificação dos recursos humanos regionais (talentos). É, portanto, com base nestes objetivos estruturais, que se processa a escolha e a construção do edifício de recolha, armazenamento, tratamento e comunicação de informação.

Na definição do processo de recolha, de armazenamento, tratamento e disponibilidade da informação relevante para o processo de monitorização e avaliação assentamos num modelo que tem em conta uma lógica de trabalho colaborativo interno que mitiga os riscos de transmissão de informação fora de tempo e a duplicação de tarefas, bem como concentra outputs a partir de um modelo de tratamento que contribui, em termos organizacionais, para a transparência e para uma coerência externa na divulgação de informação. Neste sentido os serviços internos de informática, da CCDR, são responsáveis pela concentração, tratamento e por gerar os outputs resultantes do processo de recolha de informação, da responsabilidade do OADR, para todo o processo de monitorização e avaliação.

No processo de escolha da informação, para o processo de monitorização e avaliação, consideramos um **sistema de indicadores** com base em quatro (4) tipos de indicadores, a saber: indicadores a construir a partir do sistema de informação de suporte aos PO mobilizados para a mobilização do sistema de monitorização, inclui-se neste tipo os indicadores de realização e resultado do (s) PO(s) que se entenda deverem integrar o processo de monitorização; indicadores que para serem construídos exigirão extrações específicas e regulares das bases de informação; indicadores de contexto publicados por autoridades oficiais, designadamente o INE, podendo admitir-se em algumas situações a necessidade de estabelecimento de protocolos específicos para assegurar aprofundamentos regionais de informação; e indicadores a obter de processos de inquirição a stakeholders regionais e/ou a partir de processos qualitativos de auscultação.

A construção do modelo de monitorização e de avaliação tem, também, como base, a ideia de seguir o desenvolvimento (implementação) dos domínios da EREI₂₀₃₀ e mostrar como a sua implementação (no sentido de contribuir para a sua concretização) se articula com os seus objetivos estruturais. Esta interconectividade deve compreender três layers de monitorização/avaliação: uma fase de **implementação** com uma abordagem assente na monitorização/avaliação dos tempos da oferta e na resposta da procura face aos avisos de concurso dentro dos diferentes domínios; uma fase de monitorização/avaliação de **resultados de 1.º nível** onde as componentes de incremento da variedade relacionada e de incremento da cooperação para a descoberta empreendedora podem, ou não, começar a emergir; e, finalmente, uma fase de monitorização/avaliação da **mudança estrutural** onde a variação no âmbito do *European Regional Inovattion ScoreBord* e no *Índice Europeu de Competitividade Regional*, com todas as suas subcomponentes, entram como forma de se perceber saltos de patamar em inovação na Região.

Este modelo de monitorização/avaliação pretende contribuir para uma perceção atempada sobre se uma boa implementação (ou mesmo o seu contrário) dos domínios da EREI₂₀₃₀ corresponde a contributos válidos para os resultados de 1.º nível e, subsequentemente, para uma mudança estrutural que os objetivos estruturais preconizam para a região. Por outro lado, este mesmo modelo, quer contribuir para uma perceção, também temporalmente adequada, da necessidade de alteração dos domínios definidos em sede de planeamento/programação da EREI₂₀₃₀.

A este propósito importa ter em conta que os indicadores de implementação da EREI₂₀₃₀ devem apresentar alguma relação com o programa operacional regional no sentido em que, previsivelmente, indicadores de realização com base em dotações orçamentais, tipologias de operações e/ou número de projetos aprovados no programa, ainda que não correspondam à dimensão mais abrangente da própria EREI₂₀₃₀, expressa em termos de policy mix, ajudam a completar o leque de instrumentos/recursos para a concretização dos domínios da EREI, bem como sinalizam o impacto do próprio programa operacional regional na concretização da EREI₂₀₃₀.

Em termos de **objetivo geral**, interdependente da mudança estrutural que se retende alcançar e que, a partir de si, permite a estruturação da generalidade dos indicadores é a região constituir-se como *Strong - Innovator* no âmbito do *European Regional Inovattion ScoreBord*.

ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE - ALENTEJO2030

Layer's & Objetivos Estruturais		Incrementar a Sustentabilidade e Coesão Territorial	Reforçar o Valor das Cadeias Produtivas Regionais	Incrementar a Qualificação dos Recursos Humanos Regionais
Implementação	BioS	N.º de projetos de inovação, ligados à descarbonização e transição energética;	N.º de projetos que incidem sobre a densificação e/ou valorização das fileiras de especialização económico-produtiva com capacidade exportadora;	N.º de projetos de ações de formação, capacitação e/ou qualificação (em empresas, em entidades de I&I e em instituições);
	E&M(s)			
	ST&H	N.º de projetos de inovação, com base no uso eficiente dos recursos;		N.º de projetos que promovem emprego científico;
	EC&C			
	IS&C	N.º de projetos de inovação que assentem nos recursos endógenos;	N.º de projetos que incidem sobre componentes de spillover e/ou de incremento de ligação regional das infraestruturas pesadas ligadas à mobilidade e logística da região;	N.º de projetos de I&I;
	CirE			N.º de projetos de formação avançada;
	DigE	N.º de projetos de I&D&T em domínios ligados à conservação dos recursos e biodiversidade;		N.º de projetos dinamizados por jovens (internos/externos à região);
	Procura	N.º de projetos não aprovados por falta de enquadramento na EREI ₂₀₃₀ /N.º de projetos não aprovados por outros motivos; N.º de projetos aprovados com enquadramento na EREI ₂₀₃₀ /N.º de projetos aprovados sem enquadramento na EREI ₂₀₃₀ ; Relação, em termos de valor de investimento elegível, procura total/dotação, total dos avisos (análise aviso a aviso e/ou por ano).		
	Colaborativos	N.º de projetos assentes em lógicas de ecossistemas inovadores e colaborativos (nos diferentes domínios) que integrem diferentes tipologias de atores (empresas, entidades do sistema de I&I&D&T e instituições); N.º de projetos que incidam sobre mais do que um domínio		
Resultados de 1.º Nível	Específicos por Objetivo Estrutural	Variação nas taxas de eficiência no uso da água de abastecimento e rega; Variação de iniciativas empresariais e de emprego ligados à sustentabilidade e biodiversidade;	Variação do investimento empresarial (externo e/ou interno) ligado às infraestruturas pesadas & às fileiras regionais; Variação no número de empresas regionais fornecedoras dos grandes projetos associados às infraestruturas pesadas e às fileiras regionais;	Variação da taxa de emprego qualificado e científico nas I&I&D&T e nas empresas no âmbito de projetos e/ou atividades ligadas aos domínios da EREI ₂₀₃₀ ; Variação do número de empresas criadas por jovens; N.º de publicações científicas envolvendo cooperação público/privado e jovens investigadores por mil habitantes.
	Contexto	Variação da taxa de investimento em I&D&T por parte das empresas e das instituições;		
Mudança Estrutural	Específicos por Objetivo Estrutural	Variação do Índice de Coesão Regional; Variação na "reserva/estado de conservação" dos recursos regionais como a água, solo, biodiversidade e energias sustentáveis.	Variação na taxa do perfil das exportações regionais; Variação do efeito âncora relativo aos grandes projetos associados às infraestruturas pesadas;	Variação da taxa de qualificações superiores em pessoas entre os 30 e 34 anos; Variação regional no N.º de publicações científicas e de patentes;
	Contexto	Taxa de variação no perfil inovador da região no âmbito do <i>European Regional Innovation ScoreBoard</i> ; <i>Taxa de variação do perfil de especialização produtiva da economia regional</i> ; <i>Aumento da intensidade de práticas colaborativas e da variedade relacionada (construção de indicador e subsequente monitorização a partir de modelo de inquirição e de painéis com as partes interessadas).</i>		